



*Município
de Fronteira*

CARTASOCIAL



2023

CARTASOCIAL
2023

FICHA TÉCNICA

Título

Carta Social Municipal de Fronteira



Equipa Técnica

Coordenação
Fernando Rebola
Paulo Ferreira

Adelaide João Proença
Alexandre Cotovio Martins
Antonio Calha
Catarina Pereira de Matos
Isabel Maria Munoz
João Alves
Márcia Oliveira
Sofia Alexandra Martins
Susana Dias
Tatiane Lúcia Valduga

Concepção gráfica
e Paginação
Gabinete de Comunicação
e Imagem do Politécnico de Portalegre

Edição
Politécnico de Portalegre

Junho 2023

Cofinanciado por:



ÍNDICE

MENSAGEM DO PRESIDENTE	7
01. NOTA INTRODUTÓRIA.....	9
02. ENQUADRAMENTO LEGAL E ESTRATÉGICO.....	12
03. METODOLOGIA	17
04. CARACTERIZAÇÃO PROSPETIVA DO TERRITÓRIO.....	20
4.1. Caracterização Física.....	20
4.1.1. Localização e Principais Características	
4.1.2. Rede de acessibilidades	
4.2. Caracterização Demográfica.....	23
4.2.1. Breve enquadramento Mundial	
4.2.2. Breve enquadramento Europeu	
4.2.3. Enquadramento Nacional	
4.2.4. Enquadramento Regional: Alentejo e Alto Alentejo	
4.2.5. Fronteira	
4.2.6. Síntese e Projeções Demográficas	
4.3. Caracterização Socioeconómica	50
4.3.1. Famílias	
4.3.2. Habitação	
4.3.3. Emprego e Mercado de Trabalho	
4.3.4. Nível de Vida	
4.3.5. Educação	
4.3.5.1. Escolaridade	
4.3.5.2. Alunos matriculados	
4.3.5.3. Estabelecimentos de ensino	
4.3.6. Saúde	
4.3.6.1. Recursos Humanos	
4.3.6.2. Serviços de Saúde	
05. CARACTERIZAÇÃO PROSPETIVA DA REDE DE EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS SOCIAIS DO CONCELHO	97
5.1. Entidades Locais com Intervenção Social.....	97
5.2. Fontes de Financiamento (Entidades Sociais)	98
5.3. Necessidades das Instituições (Entidades Sociais)	99
5.4. Necessidades de Reforço de Recursos Humanos nas Instituições (Entidades Sociais).....	100
5.5. Avaliação do estado geral das instalações, viaturas e equipamentos (Entidades Sociais).....	100

5.6. Perspetivas de futuro relativamente às instituições (Horizontes temporais 2025 e 2030) (Entidades Sociais)	101
5.7. Distribuição das respostas sociais no Concelho de Fronteira por domínio de atuação e freguesia	102
5.7.1. Respostas sociais no concelho de Fronteira	
5.7.2. Respostas sociais para a Infância e Juventude	
5.7.3 Respostas Sociais para as Pessoas Adultas	
5.7.4 Respostas Sociais para a Família e Comunidade	
5.7.5 Respostas Sociais em Grupo Fechado de Respostas Pontuais	
5.8. Diagnóstico das respostas direcionadas a População Adulta.....	103
5.9. Diagnóstico das respostas sociais direcionadas à Infância e Juventude	104
5.10 Diagnóstico das respostas sociais direcionadas a Família e Comunidade	104
5.11 Diagnóstico das respostas sociais direcionadas a Grupo Fechado de Respostas Pontuais	104
5.12. Focus Group	104
5.13 - Síntese dos elementos mais relevantes da oferta dos equipamentos sociais do concelho de Fronteira.....	104
06. PROGRAMA DE INTERVENÇÃO, AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA REDE SOCIAL	107
Dimensões (Linhas Estratégicas / Objetivos / Ações)	
1. Infância e Juventude	
2. Pessoas Idosas	
3. Condicionantes	
07. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	115
08. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	117
ANEXOS.....	120

MENSAGEM DO PRESIDENTE

A Carta Social do Concelho de Fronteira constitui uma importante ferramenta de trabalho, indispensável na área da intervenção social. Enquadra-se no processo de transferência de competências concretizada no Município de Fronteira a 1 de abril de 2022.

O presente documento permite identificar as respostas sociais existentes, definindo as prioridades de ação e simultaneamente colmatar as necessidades na área da ação social.

A elaboração da Carta Social, surge de modo a facultar um conhecimento mais aprofundado da rede de serviços e equipamentos existentes nas freguesias do Concelho de Fronteira, identificando as fragilidades e desigualdades com que nos deparamos no nosso quotidiano com enfoque nos idosos e jovens que, infelizmente caminham para crescentes situações de pobreza e exclusão social. A rede social do concelho assume-se como um pilar essencial de coesão e solidariedade face à realidade sócio económica resultante da situação que enfrentamos, quer no que diz respeito a um futuro com mais dignidade para as gerações mais jovens quer no que concerne ao envelhecimento saudável.

A Carta Social sistematiza as respostas sociais existentes no concelho e foca-se na edificação de uma estratégia municipal de intervenção social.

Trata-se de um documento que não se pretende que seja estático sendo que o seu principal objetivo é oferecer uma informação fidedigna à população bem como aos serviços e instituições em geral, de forma a proporcionar a melhoria das condições de vida dos munícipes bem como a qualificação dos recursos existentes.

A informação presente neste documento foi fornecida pelas próprias instituições possibilitando o conhecimento conjunto de serviços e equipamentos a toda a comunidade. Os elementos de planeamento, para além de potenciarem e aproveitarem as respostas existentes no concelho, são importantes instrumentos de apoio à decisão política, identificando competências e estabelecendo responsabilidades.

Rogério Silva

01

INTRODUÇÃO

1. NOTA INTRODUTÓRIA

Com a transferência de competências no âmbito da Ação Social prevista na Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, e que posteriormente foi mais concretizada, sequencialmente, pelo Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, e pela Portaria n.º 66/2021, de 17 de março, os municípios assumem a responsabilidade da criação da carta social municipal, enquanto instrumento de diagnóstico e de planeamento estratégico e ordenamento prospetivo da rede de serviços e equipamentos sociais ao nível concelhio.

As cartas sociais constituem assim uma ferramenta essencial para, através do conhecimento detalhado da rede de serviços e equipamentos sociais de cada município, se criarem territórios socialmente coesos, que disponham de uma rede de serviços e equipamentos sociais adequadamente dimensionada e espacialmente distribuída, que permita responder de forma específica, com níveis elevados de eficiência, às atuais carências e problemáticas sociais de cada município. Procura-se, igualmente, que as cartas sociais constituam um instrumento que permita antecipar possíveis carências e/ou novas respostas sociais que contribuam para a melhoria da qualidade de vida, que a um ritmo acelerado vão surgindo em resultado das rápidas transformações societais.

De facto, a rede de serviços e equipamentos sociais, enquanto elemento fundamental na promoção e no desenvolvimento da proteção social, que se concretiza na oferta de um conjunto alargado de respostas sociais direcionadas sobretudo para os grupos mais vulneráveis, tem um papel determinante no combate às situações de pobreza, assim como na promoção da inclusão social e da conciliação entre a vida profissional e a vida pessoal e familiar.¹

Neste sentido, a carta social municipal é, um documento fundamental de apoio à decisão pública em matéria de criação ou desenvolvimento de serviços e equipamentos sociais que reforça os mecanismos de planeamento territorial e de apoio à tomada de decisão, constituindo um instrumento de carácter oficial, global e de fácil acesso, com a informação mais relevante respeitante à rede de serviços e equipamentos sociais de um determinado território. Assim, a presente carta social do município de Fronteira, correspondendo ao conteúdo legalmente exigido, para além desta nota introdutória, inclui, no capítulo 2, um enquadramento legal e estratégico da elaboração das cartas sociais no contexto da região do Alto Alentejo, processo que se desenvolveu de acordo com os pressupostos metodológicos apresentados no capítulo 3. No capítulo 4 sistematiza-se a caracterização prospetiva do território, nas suas vertentes física, demográfica e socioeconómica, enquanto que no capítulo 5 se caracteriza, também de forma prospetiva, a rede de equipamentos e serviços sociais do concelho, numa perspetiva de avaliação da oferta existente e de identificação de eventuais carências, que, por sua vez, enquadra a elaboração do programa de intervenção, ampliação e modernização da rede social do concelho que se apresenta no capítulo 6. O documento encerra com as considerações finais (capítulo 7).

A carta social municipal de Fronteira deve, pois, deixar pistas para uma estratégia de intervenção social integrada, sendo um documento de suporte à tomada de decisão aos diversos níveis, de fomento e apoio à cooperação institucional e, em particular, de

¹ GEP-MTSSS (2023). Carta Social – Rede de Serviços e Equipamentos 2020.
<https://www.cartasocial.pt/documents/10182/13834/csocal2021.pdf/12f65226-8c2a-42ef-b8b3-dad731ecccaf>

informação aos cidadãos, disponibilizando informação acessível e atualizada da rede de serviços e equipamentos sociais do concelho.

De acordo com a Portaria 66/2021, a carta social tem uma vigência de quatro anos. Contudo, considerando que o presente documento, embora prospetivo, tem por base os dados atuais ao qual acresce uma acelerada transformação da sociedade em que vivemos, com forte impacto na rede das respostas sociais oferecidas aos cidadãos, recomenda-se uma monitorização e eventual revisão da carta social pelos órgãos competentes, caso se justifique antes do final do período de vigência.

02

ENQUADRAMENTO
LEGAL E ESTRATÉGICO

2. ENQUADRAMENTO LEGAL E ESTRATÉGICO DA CARTA SOCIAL

A carta social municipal constitui um instrumento estratégico de planeamento da rede de serviços e equipamentos sociais, incluindo o mapeamento das respostas existentes, que prevê a rede de respostas sociais adequada às necessidades e apoia a decisão, devendo estar articulada com as prioridades definidas a nível nacional e regional.

A competência para a elaboração e divulgação das cartas sociais municipais decorre da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, que define o quadro global da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais em matéria de ação social, estabelecendo que, entre outras, esta competência cabe aos órgãos municipais.

A transferência de competências no domínio da ação social, prevista nos artigos 12.º e 32.º da referida Lei n.º 50/2018, foi posteriormente concretizada através do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, que estabelece o regime jurídico de transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais neste domínio. Este diploma define as atribuições e competências dos municípios nesta área, nomeadamente no que diz respeito à prestação de serviços de apoio domiciliário, transporte social, alimentação, atividades de animação e de convívio, alojamento temporário, entre outros. No que concerne às cartas sociais, no n.º 1 do artigo 3.º deste Decreto-Lei, define-se que compete aos órgãos municipais “b) Elaborar as cartas sociais municipais, incluindo o mapeamento de respostas existentes ao nível dos equipamentos sociais” e “c) assegurar a articulação entre as cartas sociais municipais e as prioridades definidas a nível nacional e regional”. O Decreto-Lei n.º 55/2020 determina, ainda, de acordo com o n.º 2 do artigo 3.º, que compete aos órgãos das entidades intermunicipais “b) elaborar as cartas sociais supramunicipais, para identificação de prioridades e respostas sociais a nível intermunicipal.”

Posteriormente, a Portaria n.º 66/2021, de 17 de março, estabelece as regras e procedimentos para a elaboração, monitorização e avaliação das cartas sociais municipais, tendo como referência o objetivo de identificar as necessidades e carências sociais das populações, bem como as respostas e recursos existentes, reforçando o entendimento da carta social enquanto instrumento fundamental para o planeamento e gestão das políticas sociais a nível local, permitindo uma adequação da oferta de serviços e equipamentos sociais às necessidades das populações.

Como já foi referido, o processo de elaboração das cartas sociais é da responsabilidade da câmara municipal e, conforme determinado legalmente, antes das mesmas serem remetidas aos membros do Governo responsáveis pelas áreas da solidariedade e segurança social e das autarquias locais, as cartas sociais devem ser apreciadas e objeto de parecer pelo conselho local de ação social (CLAS) e posteriormente aprovadas em sede de assembleia municipal.

As cartas sociais inscrevem-se num processo de operacionalização sucessiva, em diferentes níveis, de políticas públicas na área social que incorporam os objetivos da política de coesão de Portugal para o Horizonte 2030, em linha com os objetivos supranacionais de ter uma Europa mais inteligente, mais verde e hipocarbónica, mais

conectada, mais próxima dos cidadãos e mais social. Nesta última perspetiva, as orientações de investimento visam:

- Melhorar o acesso o mercado de trabalho, procurando ainda promover maiores níveis de conciliação entre a vida familiar e profissional;
- Melhorar os sistemas de educação e formação, promovendo a igualdade de acesso e a conclusão da educação e aprendizagem dos adultos;
- Promover o acesso equitativo e atempado aos cuidados de saúde, promovendo aspetos como o envelhecimento ativo e saudável, através da dinamização de atividades para idosos e da criação de equipamentos e serviços específicos para esta população;
- Promover a inclusão ativa e combatendo a privação material, alicerçado na igualdade de género e combate à violência doméstica, através de campanhas de sensibilização e da criação de redes de apoio às vítimas.

A nível regional, a EREI (Estratégia Regional de Especialização Inteligente) Alentejo 2030 constitui o plano estratégico para o desenvolvimento económico e social da região do Alentejo até 2030. Na área social, a estratégia desenhada tem como objetivo a promoção da coesão social e territorial, através do desenvolvimento de políticas e medidas que visem a inclusão social, a melhoria da qualidade de vida e a redução das desigualdades².

Com base no diagnóstico identificado, a EREI Alentejo 2030 apresenta três objetivos estruturais, dois domínios transversais e seis domínios de especialização, alinhados entre si. No que concerne aos objetivos estruturais, estes encontram-se enunciados do seguinte modo:

- Incrementar a sustentabilidade e coesão territorial, através do desenvolvimento de projetos de I&DT ligados aos ativos regionais, promovendo a sua incorporação na economia e modelos circulares da utilização de recursos;
- Reforçar o valor das cadeias produtivas regionais, incorporando atividades de I&DT de forma a completar essas cadeias e fomentando projetos-âncora na região na ótica da valorização dos recursos endógenos;
- Incrementar a qualidade dos recursos humanos regionais, através da ligação com as Instituições de Ensino Superior, produzindo conhecimento aplicado e criando ecossistemas digitais e criativos abertos, propícios à atração de talentos e à criação de emprego qualificado.

Estes objetivos encontram-se estruturados em torno dos dois domínios transversais, digitalização da economia e circularidade da economia, culminando nos seguintes seis domínios de especialização: bioeconomia sustentável; energia sustentável; mobilidade e logística; serviços de turismo e hospitalidade; ecossistemas culturais e criativos; e inovação social e cidadania.

Independentemente da ligação entre os diferentes domínios, no aspeto social destacam-se ações transformativas como a:

² CCDRA (2022). Estratégia Regional de Especialização Inteligente – EREI2030. <https://www.ccdra.gov.pt/wp-content/uploads/2021/05/EREI2030.pdf>

- Provisão e acesso à educação e saúde em contexto de densidades variáveis, tendo em conta a interação entre a liberdade de escolha (territorial) para viver em territórios de baixa densidade de procura e os direitos no acesso aos serviços de saúde e de educação;
- Promoção da qualidade de vida e diminuição dos processos de institucionalização na velhice, incluindo processos de promoção do envelhecimento ativo e saudável e a promoção atividades que incentivem a sua participação social e cultural;
- Promoção da empregabilidade e da inclusão social através do desenvolvimento de projetos e medidas que fomentem a criação de emprego e o empreendedorismo social, bem como a qualificação e formação profissional dos cidadãos.

Estas políticas e medidas serão implementadas em colaboração com os municípios da região, entidades locais e regionais, bem como com parceiros sociais e económicos, tendo em vista a promoção do desenvolvimento sustentável e a coesão social da região do Alentejo, considerando também outros instrumentos de planeamento regional, numa articulação multinível orientada para alcançar os diferentes Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Ao nível da sub-região do Alto Alentejo, a Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo (CIMAA), no quadro dos seus objetivos de promoção do desenvolvimento social e económico regional com vista a garantir o bem-estar e qualidade de vida dos seus habitantes, é responsável pela definição de estratégias e políticas regionais em diversas áreas, incluindo a área social. No âmbito da Estratégia de Desenvolvimento Territorial do Alto Alentejo para o período 2021-2030, e na área social, destacam-se como prioridades e ações da CIMAA (p. 7)³:

- “A melhoria das condições de trabalho, formação profissional, habitação, alimentação, saúde, higiene e hábitos de convivência, tendo presentes a igualdade de oportunidades e a redução das diferenças sociais”;
- “Promover e incrementar os investimentos na saúde, tanto em equipamentos como em recursos humanos formados e especializados, tendo presente a necessidade de unidades de cuidados continuados e paliativos, em proximidade e qualidade de resposta”;
- “Garantir os apoios sociais necessários aos idosos, aos portadores de deficiências e incapacidades, combater a pobreza e a exclusão social, diretamente e através das instituições que prestam serviço e respostas sociais nas mais variadas áreas”;
- “Promover a igualdade de género, raça e religião, a erradicação da violência doméstica e social, numa perspetiva de dignidade e respeito pela individualidade de cada pessoa”;
- “Valorizar e reorientar o sistema educativo, incluindo os programas, as estratégias, as metodologias, os métodos e os equipamentos, numa perspetiva de conhecimento, autonomia e desenvolvimento de capacidades, privilegiando o regime presencial, mas sem descuidar a necessidade do ensino à distância”.

Neste contexto, as linhas estratégicas emergentes do diagnóstico efetuado e as ações consideradas necessárias para o desenvolvimento da rede social do concelho de Fronteira, identificadas no capítulo 6 da presente carta social, integram-se nos objetivos e nas grandes linhas de ação da política social europeia, nacional e regional, pelo que

³ CIMAA (2023). Revisitação | Estratégia de Desenvolvimento Territorial para o Alto Alentejo 2030.

poderão vir a ser consideradas como elegíveis em projetos associados aos pacotes financeiros do Portugal 2030 e do Alentejo 2030.

03

METODOLOGIA

3. METODOLOGIA

A estratégia metodológica que assistiu à elaboração da Carta Social do município de Fronteira assenta fundamentalmente num conjunto de metodologias e métodos de pesquisa recorrentes e consolidados no campo das ciências sociais que, em síntese, podemos designar como *estratégia metodológica plural e participada*.

Na sua essência, quer a elaboração do diagnóstico, quer a produção dos capítulos centrados nas propostas de intervenção para o futuro, têm como critério organizador o conceito de *planeamento estratégico participado*, traduzido na auscultação direta e no respetivo envolvimento dos vários atores locais/regionais que operam na área social, sobre a qual assenta a Carta Social do concelho de Fronteira, tanto na fase de diagnóstico, como na fase de reflexão e sistematização das propostas de intervenção futuras.

Esta opção metodológica traduz-se na mobilização de um conjunto de fontes de informação oficiais (a nível nacional, regional e local), bem como na consulta de documentação de índole estratégica específica de cada município, como foi o caso do concelho Fronteira; a par de um processo de auscultação direta, mobilizando para o efeito a produção de vários instrumentos de recolha de dados, de natureza quantitativa e qualitativa, aplicados junto das entidades locais que intervêm na área social, transversalmente às múltiplas valências e respostas sociais direcionadas para públicos diferenciados envolvidos neste processo.

Neste particular, e no âmbito desta estratégia metodológica “multimétodo”, a triangulação da informação recolhida e sistematizada, constitui uma forma de reduzir a eventual e possível subjetividade por vezes decorrente da maior ou menor proximidade que possa acontecer entre as equipas de investigação e objeto de estudo ao longo do processo de trabalho de campo. Paralelamente, afigura-se como uma estratégia com vista a aumentar a coerência, a clarificação e a demonstração das conclusões e das análises desenvolvidas, com base na informação empírica recolhida e validada pelos próprios atores que atuam no terreno.

Neste sentido e tendo em conta estes pressupostos, os trabalhos desenvolvidos ao longo deste processo de elaboração da Carta Social concelhia, assentaram na elaboração e aplicação de vários instrumentos de recolha de dados e na conseqüente análise por via das seguintes técnicas de investigação:

1. Recolha e análise documental junto da Câmara Municipal do município de Fronteira de um conjunto de documentos de natureza estratégica, com especial foco nos documentos subjacentes à Rede Social do município em paralelo com a demais informação estatística obtida junto das entidades oficiais produtoras desta informação, designadamente o INE e a PORDATA. Cabe aqui uma referência adicional à consulta do portal nacional da Carta Social, não só como ponto de partida, mas, analogamente, como fonte de informação oficial e objeto de consulta regular;
2. Recolha e análise de dados qualitativos e quantitativos por via da aplicação de dois questionários junto das entidades que operam no terreno, na área social;
3. Auscultação dos agentes locais para uma sistematização das representações sobre as principais necessidades, prioridades e potencialidades de trabalho em rede em todo o território do Alto Alentejo com impacto a nível concelhio, mediante a realização de um

focus group online, acompanhado de um pedido adicional de envio de informação complementar à discussão gerada no âmbito do referido *focus group*;

4. Elaboração e preenchimento de fichas de caracterização das instituições concelhias que desenvolvem a sua atividade na esfera social.

Todo o processo de recolha de dados realizou-se entre os meses de novembro de 2022 e abril de 2023, de forma articulada e em paralelo, com maior enfoque nos meses de março e abril de 2023.

Em anexo podem ser consultados os modelos de instrumentos de recolha de dados, criados no âmbito do processo de elaboração da Carta Social de Fronteira.

04

CARACTERIZAÇÃO
PROSPETIVA DO
TERRITÓRIO

4. CARACTERIZAÇÃO PROSPETIVA DO TERRITÓRIO

4.1. Caracterização Física

4.1.1. Localização e principais características físicas do território

Localizado na região do Alto Alentejo, distrito de Portalegre, o concelho de Fronteira tem uma área de 248,60 km² divididos pelas freguesias de Cabeço de Vide (65,81 km²), Fronteira (141,39 km²) e São Saturnino (41,39 km²). Faz fronteira a norte com o concelho de Alter do Chão, a oeste com o concelho de Monforte, a sul com os concelhos de Sousel e Estremoz (distrito de Évora) e a oeste com o concelho de Avis (gráfico 4.1.1).

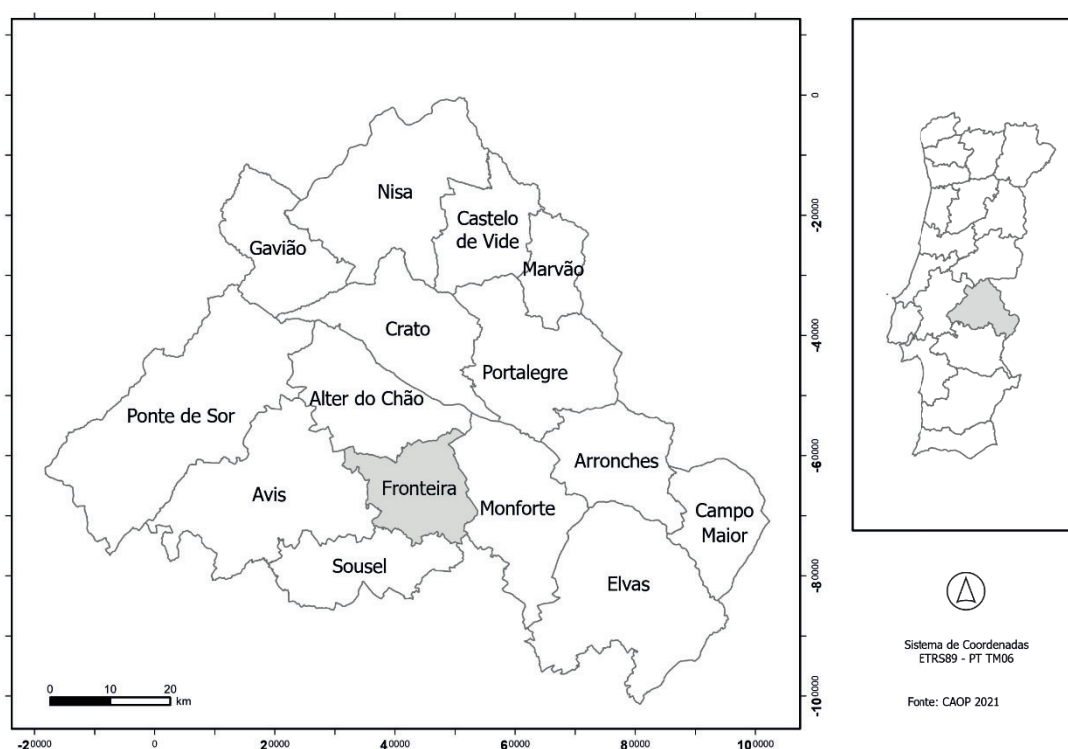


Gráfico 4.1.1 Enquadramento geográfico do concelho de Fronteira

O principal curso de água no concelho é a ribeira de Avis ou ribeira Grande, ao longo da qual se encontram os declives mais acidentados. De uma forma geral o relevo do concelho não é muito acidentado. As zonas de maior altitude situam-se na freguesia de Cabeço de Vide, entre Alter do Chão e Monforte (gráfico 4.1.2).

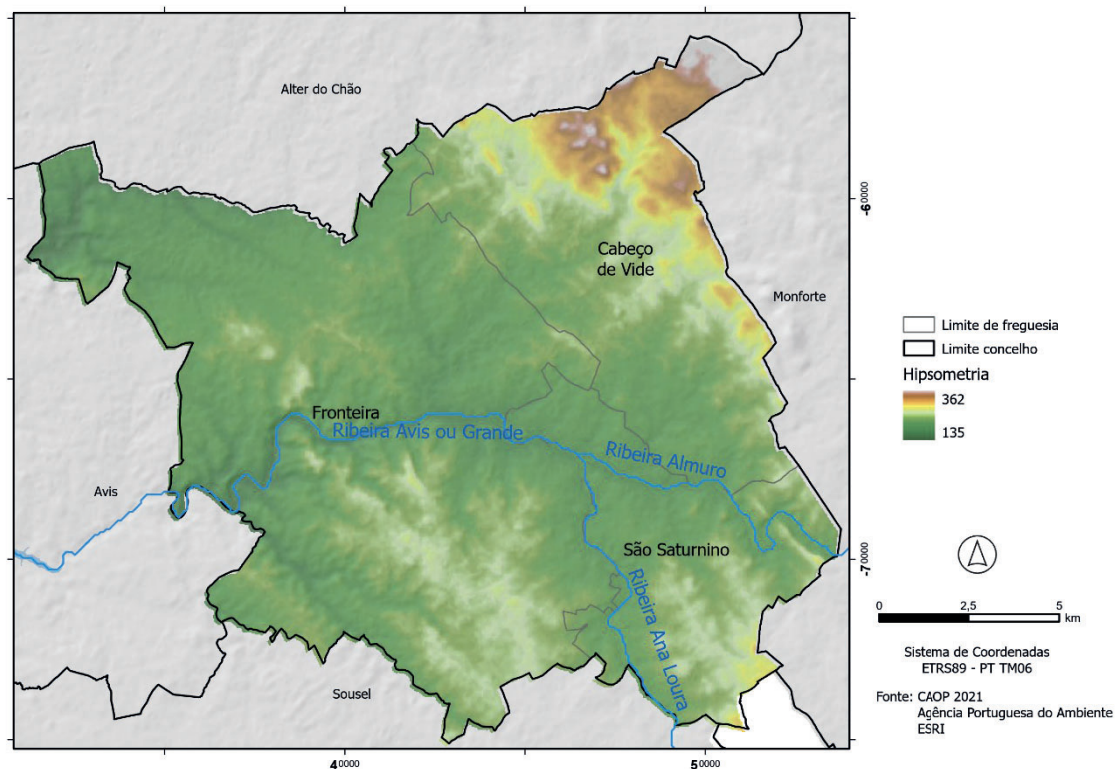


Gráfico 4.1.2 Hipsometria

O clima é tipicamente mediterrânico, com verões quentes e secos e invernos frios, com pouca pluviosidade.

4.1.2. Rede de acessibilidades

A rede viária no concelho de Fronteira estabelece a ligação entre as freguesias do concelho, permitindo também a ligação aos concelhos vizinhos. O concelho de Fronteira é atravessado na direção norte-sul pela EN245, que o liga aos concelhos vizinhos de Alter do Chão e Sousel. É também atravessado no sentido noroeste-sudeste pela EN369, que liga Fronteira ao concelho de Monforte. Esta estrada permite a ligação de várias localidades, como Fronteira, Cabeço de Vide e Seda, ao IP2. A estrada regional ER243 garante as ligações a Avis e Monforte.

A rede viária municipal permite as ligações dentro do concelho servindo tanto os aglomerados urbanos como as áreas mais rurais.

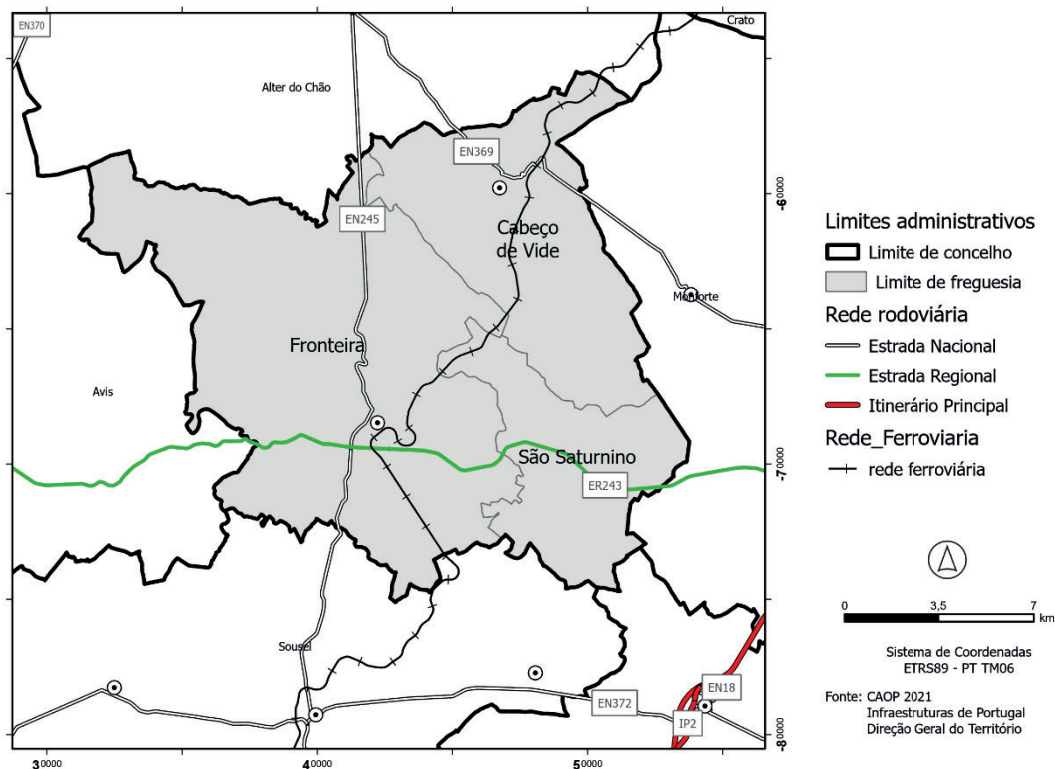


Gráfico 4.1.3 Rede rodoviária e ferroviária

Relativamente a transportes públicos coletivos, existem três ligações diárias entre Fronteira e Portalegre. Uma das ligações serve também Cabeço de Vide, Alter do Chão, Vaiamonte, Monforte e Assumar. A segunda ligação e a terceira ligação servem Cabeço de Vide, Alter do Chão e Crato.

A ligação rodoviária entre Fronteira e Lisboa é garantida por uma a duas ligações diretas diárias.

4.2. Caracterização demográfica

Analisar a dinâmica populacional é fulcral para um conhecimento aprofundado dos territórios. Porém, antes de se enquadrar as características demográficas do local em análise é importante ter em conta alguns dados globais para que se possa circunscrever a informação num contexto micro de forma a possibilitar a apresentação de um diagnóstico aprofundado.

4.2.1. Breve enquadramento mundial

A Organização das Nações Unidas (ONU) reconhece um total de 193 países no mundo, o que correspondeu, em 2018, a uma população mundial de 7,63 mil milhões de habitantes (Eurostat, s.d). A população mundial continua a crescer mas o ritmo de crescimento está a diminuir (United Nations, 2022). Contudo, em 2022, a população mundial atingiu os 8 mil milhões de habitantes. As últimas projeções das Nações Unidas sugerem que a população global pode crescer para cerca de 8,5 mil milhões em 2030, 9,7 mil milhões em 2050 e 10,4 mil milhões em 2100 (United Nations, 2022). Em 2020, a taxa de crescimento da população global diminuiu, pela primeira vez desde 1950, para valores inferiores a 1% ao ano (United Nations, 2022).

Globalmente, em 2022, a nível mundial existiam mais homens (50,3%) do que mulheres (49,7%). As projeções indicam que estes números podem vir a sofrer alterações lentamente ao longo do século em prol de um aumento de pessoas do sexo feminino. Até 2050, espera-se que o número de mulheres seja igual ao número de homens (United Nations, 2022).

O crescimento populacional é causado, em parte, pelo declínio dos níveis de mortalidade refletido no aumento dos níveis da esperança média de vida. Globalmente, a esperança média de vida atingiu 72,8 anos em 2019, um aumento de quase 9 anos desde 1990. Prevê-se que reduções adicionais na mortalidade resultem numa longevidade média de cerca de 77,2 anos, globalmente, em 2050. A esperança média de vida para as mulheres, em 2019, excedeu a dos homens em 5,4 anos, situando-se em 73,8 anos no sexo feminino e 68,4 anos no sexo masculino (United Nations, 2022).

Após uma queda na mortalidade, o crescimento populacional continua a verificar-se enquanto a fertilidade permanece em níveis elevados. Quando a fertilidade começa a reduzir, a taxa anual de crescimento começa também a reduzir. Em 2021, a fertilidade média da população mundial foi de 2,3 nascimentos por mulher ao longo da vida, tendo decrescido cerca de 5 nascimentos por mulher, quando comparada com valores referentes a 1950. Prevê-se que a fertilidade a nível global diminua ainda mais, para 2,1 nascimentos por mulher em 2050 (United Nations, 2022).

A alta fertilidade sustentada e o rápido crescimento populacional representam desafios para o desenvolvimento de um país. Para países com altos níveis contínuos de fertilidade, alcançando os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), em particular os que estão relacionados com a saúde, educação e género, é provável que se acelere a transição para uma fertilidade mais baixa e um crescimento populacional mais lento (United Nations, 2022).

A população de idosos está a aumentar. A parcela da população global com 65 ou mais anos está projetada para aumentar de um valor de 10% em 2022 para 16% em 2050. Até 2050, projeta-se que o número de pessoas com 65 ou mais anos em todo o mundo seja superior ao dobro do número de crianças com idade inferior a 5 anos e, aproximadamente, igual ao número de crianças com idade inferior a 12 anos. Devido à vantagem feminina na esperança média de vida, o número de mulheres supera o número de homens em idades mais avançadas em quase todas as populações. Globalmente, as mulheres representavam 55,7% das pessoas com 65 ou mais anos em 2022 prevendo-se que este valor venha a diminuir ligeiramente para 54,5% em 2050 (United Nations, 2022).

A migração internacional está a ter um forte impacto nas tendências populacionais de alguns países. Nalgumas partes do mundo, a migração internacional tornou-se um fator importante para a mudança populacional. Para países com maior rendimento *per capita*, entre 2000 e 2020, houve uma contribuição da migração internacional para o crescimento da população (entrada líquida de 80,5 milhões de migrantes), tendo-se superado em mais de 20% o saldo de nascimentos sobre os óbitos (United Nations, 2022).

Nas próximas décadas, a migração será o único motor de crescimento populacional em países mais desenvolvidos. Em contraste, prevê-se que o aumento da população em países menos desenvolvidos continuará a ser impulsionado por um excesso de nascimentos sobre mortes (United Nations, 2022).

Entre 2010 e 2021, 40 países ou áreas geográficas, apresentaram um fluxo líquido de mais de 200 000 migrantes cada. O fluxo líquido nesse período ultrapassou 1 milhão de pessoas para alguns destes países. Para vários dos principais países recetores, os altos níveis de imigração neste período foram impulsionados principalmente por movimentos de refugiados provenientes, em particular, da República Árabe da Síria (United Nations, 2022).

De acordo com o *World Population Prospects 2022*, a saída líquida estimada de migrantes ultrapassou 1 milhão no período entre 2010 e 2021. Em muitos países, segundo o mesmo documento, as saídas resultaram de movimentos temporários de trabalhadores. Noutros países, a insegurança e o conflito impulsionaram a saída de migrantes neste período (United Nations, 2022).

A ONU recomenda que todos os países, quer tenham entradas ou saídas líquidas de migrantes, tomem medidas para facilitar a organização, migração segura, regular e responsável, de acordo com os ODS (United Nations, 2022).

A situação global no final de 2021, de acordo com os dados da United Nations High Commissioner for Refugees (UNHCR) remete para a existência em todo o mundo de 27,1 milhões de refugiados e de 53,2 milhões de pessoas deslocadas internamente (devido a conflitos e violência).

4.2.2. Breve enquadramento europeu

A Europa é constituída por 52 países que abrangem uma área total de 10 milhões de km² contemplando um total de 733,57 milhões de pessoas (Worlddata, s.d). Contudo, de entre estes países, 27 fazem parte da União Europeia (UE) com um total de 446,91 milhões de habitantes em 2021 (Eurostat, s.d). Quase três quartos, 74,5%, da população

destes 27 países vivia em 2018 em áreas urbanas, um valor consideravelmente acima da média mundial que era representada por 55,3% (Eurostat, s.d).

Os países da UE ocupam cerca de 4 milhões da área total da Europa. A UE contempla sete “regiões ultraperiféricas”, parcelas territoriais de países como França, Espanha e Portugal (União Europeia, s.d; Eurostat, s.d). Portugal integra a UE desde 1 de janeiro de 1986.

O envelhecimento da sociedade representa um grande desafio demográfico (Eurostat, s.d). A UE registou, em 2020, no seu Índice de Envelhecimento, 137,2 idosos por cada 100 jovens e Portugal registou 165,1 idosos por cada 100 jovens, apresentando um valor superior ao verificado na EU (Pordata, s.d; Eurostat, s.d).

As projeções indicavam uma idade média de 30,9 anos para a população mundial em 2020. Em contraste, para os 27 países da UE foi projetada uma idade média de 43,9 anos em 2020 (Eurostat, s.d). Contudo, Portugal registou nos Censos 2021, uma idade média de 45,4 anos, um valor superior ao previsto para a UE (INE, 2022).

De acordo com o *Report from the commission to the European Parliament, the Council, the European Economic and Social Committee and the Committee of regions on the impact of demographic change* de 2020, a UE teria, no referido ano, 447 milhões de habitantes prevendo-se que este valor atinja os 449 milhões por volta de 2025, antes de diminuir a partir de 2030 para 424 milhões em 2070 (Comissão Europeia, 2020).

O mesmo documento refere que estes dados são acompanhados de um envelhecimento significativo: a proporção de pessoas com mais de 65 anos deverá aumentar de 20% em 2019 para 30% em 2070. Ao mesmo tempo, a população com idade entre os 20 e 64 anos (ou seja, as pessoas em idade ativa) deverá diminuir de forma constante (Comissão Europeia, 2020).

Desta forma, esta evolução aumentará rapidamente o chamado índice de dependência entre o número de pessoas com mais de 65 anos e o número de pessoas em idade ativa entre os 20 e os 64 anos (Comissão Europeia, 2020). No entanto, segundo afirmam os especialistas, a taxa de emprego da população em idade ativa poderá alterar substancialmente a situação (Comissão Europeia, 2020).

O relatório da Comissão Europeia (2020) alerta também para a existência de diferenças consideráveis nas tendências demográficas entre as regiões da Europa. Algumas regiões, em particular, as zonas rurais da Europa Oriental e Meridional, poderão registar um declínio constante e rápido da população. Daí a necessidade de políticas ativas, em particular, no domínio do emprego e da saúde, para garantir que as alterações demográficas não exacerbem as diferenças no interior da União (Comissão Europeia, 2020).

O relatório sublinha também a forma como as tendências demográficas afetarão o lugar da Europa no mundo. A população mundial deverá continuar a crescer, passando de 7,8 mil milhões de pessoas em 2020 para 10,5 mil milhões em 2070 (Comissão Europeia, 2020). Em 1950, a população dos 27 países que compõem atualmente a UE representava 12,9% da população mundial e, em 2020, representava 5,7% da população mundial. Até 2070, a UE deverá representar apenas 3,7% da humanidade (Comissão Europeia, 2020).

De acordo com a Comissão Europeia (s.d.), em janeiro de 2021, registou-se 447,2 milhões de habitantes na UE, sendo que 37,5 milhões de pessoas teriam nascido fora da UE (8,4%

de todos os habitantes da UE) e 23,7 milhões eram cidadãos de países terceiros (5,3% da população total da UE). A maioria dos cidadãos de países terceiros que residiam na UE com uma autorização de residência válida no final de 2021 era titular de autorizações emitidas por motivos familiares ou profissionais (Comissão Europeia, s.d.).

A situação global, de acordo com os dados da United Nations High Commissioner for Refugees, no final de 2021, aponta para a existência em todo o mundo de 27,1 milhões de refugiados e de 53,2 milhões de pessoas deslocadas internamente (devido a conflitos e violência). Contudo, no final de 2021, viviam na UE menos de 10% do total dos refugiados do mundo e apenas uma pequena parte das pessoas deslocadas internamente. A percentagem de refugiados na UE representava 0,6% da sua população total (Comissão Europeia, s.d.).

Sem a migração, a população europeia teria diminuído, em 2019, meio milhão de habitantes (nasceram 4,2 milhões de crianças e morreram 4,7 milhões de pessoas na UE). Em 2020, a população da UE diminuiu em cerca de 100 mil pessoas (de 447,3 milhões em 1 de janeiro de 2020 para 447,2 milhões em 1 de janeiro de 2021), devido a uma combinação de menos nascimentos, mais mortes e menos migração líquida (Comissão Europeia, s.d.).

4.2.3. Enquadramento nacional

Portugal ou República Portuguesa é um estado da Europa Meridional, fundado em 1143, que ocupa uma área total de 92 212 km². A parte continental situa-se no extremo sudoeste da Península Ibérica, fazendo fronteira a norte e a leste com a Espanha e a oeste e a sul com o Oceano Atlântico. O território português inclui duas regiões autónomas: os arquipélagos da Madeira e dos Açores, localizados no Oceano Atlântico (Ministério dos Negócios Estrangeiros, s.d.).

Os resultados dos Censos 2021 representados na tabela 4.2.1. indicam que a população residente, em Portugal, era de 10 343 066 indivíduos. Portugal assinala, em 2021, segundo um valor referente ao ano 2011, uma descida de 2,07% na população residente face a 2011 que representa menos 219 112 residentes do que em 2011 e uma descida menos acentuada, de 0,13%, face a 2001. A diminuição observada marca uma inversão na tendência de crescimento da população que se verificava desde 1864, apenas interrompida de forma pontual em 1970 (INE, 2022). Também, no início do século, de 2001 para 2011, os Censos revelam um aumento de cerca de 2% da população residente no país.

Tabela 4.2.1: População residente (N.º) segundo os Censos em Portugal (2001, 2011 e 2021)

	2001	2011	2021	Varição (2001-2021)
Portugal	10 356 117	⊥ 10 562 178	10 343 066	-0,13%

Legenda: ⊥ - Quebra de Série

Fonte: Pordata (INE, Recenseamentos Gerais da População)

Última atualização: 2023-03-07

Na tabela 4.2.2., os resultados dos Censos 2021 indicam que do total de 10 343 066 indivíduos residentes em Portugal, 4 920 220 (47,6%) são homens e 5 422 846 (52,4%) são mulheres, ou seja, existem mais 502 626 (4,8%) mulheres do que homens.

Tabela 4.2.2: População residente (N.º) segundo os Censos: total e por sexo em Portugal (2021)

	Total	Homens	Mulheres
Portugal	10 343 066	4 920 220	5 422 846

Fonte: Pordata (INE, Recenseamento Geral da População 2021)

Última atualização: 2023-03-07

Em termos de estrutura etária, referente aos grandes grupos etários, observa-se na tabela 4.2.3. que em 2021 houve uma diminuição da população jovem e um aumento da população idosa, face aos Censos referentes aos anos 2001 e 2011. Na análise por grupos etários, verifica-se que apenas o grupo dos indivíduos com 65 ou mais anos cresceu na última década, todos os restantes grupos etários sofreram uma diminuição do número de efetivos populacionais. O grupo etário que representa os indivíduos com idade entre os 15 e os 64 anos foi o que sofreu a diminuição mais acentuada no período apresentado. Em 2021, a idade média em Portugal fixou-se nos 45,4 anos (INE, 2022).

Tabela 4.2.3: População residente (N.º): total e por grandes grupos etários em Portugal (2001, 2011, 2021)

Anos	Grandes grupos etários								
	0-14			15-64			65 ou mais		
	2001	2011	2021	2001	2011	2021	2001	2011	2021
Portugal	1 679 191	1 588 663	1 365 940	6 978 257	6 976 693	6 604 819	1 705 274	2 000 480	2 436 949

Fonte: Pordata (INE, Estimativas Anuais da População Residente)

Última atualização: 2023-04-03

Os Censos 2021 revelam um agravamento do envelhecimento populacional em Portugal, revelado por uma redução do número de indivíduos jovens acompanhada de um aumento do número de indivíduos idosos. O valor de 2021 indica a existência de cerca de 178 idosos por cada 100 jovens, um valor substancialmente superior ao verificado no início do século, em 2001.

Tabela 4.2.4: Índice⁴ de envelhecimento (Rácio - %) segundo os Censos em Portugal (2001, 2011, 2021)

Anos	2001	2011	2021
Portugal	101,6	125,9	178,4

Fonte: Pordata (INE - Estimativas Anuais da População Residente) | Última atualização: 2023-04-03

⁴ O índice de envelhecimento corresponde ao número de pessoas com 65 e mais anos por cada 100 pessoas menores de 15 anos. Um valor inferior a 100 significa que há menos idosos do que jovens.

Nos últimos dez anos agravou-se a tendência para o envelhecimento da população: a população jovem em idade ativa diminuiu e aumentou a população idosa. Na tabela 4.2.5. é possível observar através do índice de sustentabilidade potencial que, entre 2011 e 2021, o número de indivíduos em idade ativa por idoso diminuiu de 2,7 indivíduos em idade ativa por cada idoso para 3,5 indivíduos por idoso. Em Portugal, a sustentabilidade potencial que implica um rejuvenescimento da população ativa em Portugal apresenta-se como um desafio.

Tabela 4.2.5: Índice de sustentabilidade potencial⁵ (Rácio – N.º) segundo os Censos em Portugal (2001, 2011, 2021)

Anos	2001	2011	2021
Portugal	4,1	↓3,5	2,7

Legenda: ↓ - Quebra de série

Fonte: Pordata (INE - Estimativas Anuais da População Residente)

Última atualização: 2022-12-21

Outro dado relevante refere-se ao índice de dependência de idosos. De acordo com a tabela 4.2.6. podemos constatar que o referido índice teve um aumento significativo de 24,4% para 36,09%, de 2001 para 2021, em Portugal o que representa um aumento do número de idosos por cada 100 pessoas em idade ativa.

Tabela 4.2.6: Índice de dependência de idosos⁶ (Rácio - %) segundo os Censos em Portugal (2001, 2011, 2021)

Anos	2001	2011	2021
Portugal	24,4	28,7	36,9

Fonte: Pordata (INE - Estimativas Anuais da População Residente)

Última atualização: 2023-04-03

Na tabela 4.2.7., verifica-se que na primeira década do século XXI a taxa de mortalidade registou um ligeiro decréscimo tendo aumentado consideravelmente o seu valor para 12,0‰ em 2021.

⁵ Número de indivíduos em idade ativa por idoso - Relação entre a população em idade ativa e a população idosa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos e o número de pessoas com 65 ou mais anos.

⁶ O índice de dependência de idosos corresponde ao número de pessoas com 65 e mais anos por cada 100 pessoas em idade ativa, ou seja, com 15 a 64 anos. Um valor inferior a 100 significa que há menos idosos do que pessoas em idade ativa.

Tabela 4.2.7: Taxa bruta de mortalidade⁷ (‰) segundo os Censos em Portugal (2001, 2011, 2021)

Anos	2001	2011	2021
Portugal	10,1	9,7	Pre 12,0

Legenda: Pre – Valor preliminar

Fonte: Pordata (INE - Estimativas Anuais da População Residente)

Última atualização: 2022-09-29

Por outro lado, Portugal tem-se confrontado com o decréscimo populacional causado também pela baixa taxa de natalidade. A taxa bruta de natalidade, em Portugal, tem registado nos últimos Censos um decréscimo significativo, conforme observado na tabela 4.2.8. Portugal regista, em 2021, um decréscimo de 3,2‰ face aos dados dos Censos de 2001.

Tabela 4.2.8: Taxa bruta de natalidade⁸ (‰) segundo os Censos em Portugal (2001, 2011, 2021)

Anos	2001	2011	2021
Portugal	10,9	9,2	Pre 7,7

Legenda: Pre – Valor preliminar

Fonte: Pordata (INE - Estimativas Anuais da População Residente)

Última atualização: 2022-08-10

De acordo com a tabela 4.2.9. a população estrangeira residente em Portugal, em 2021, sofreu um aumento significativo desde 2011, registando um valor de 4,1% de estrangeiros em 2011 e de 6,7% em 2021. Na análise da população estrangeira segundo o sexo, os dados apontam, em 2021, para a existência de um número superior de homens quando mulheres tendo-se verificado de 2011 para 2021 um maior aumento da população estrangeira do sexo masculino quando comparada com a população do sexo feminino.

⁷ Número de óbitos observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período, habitualmente expressa em número de óbitos por 1000 habitantes (metainformação - INE).

⁸ Número de nados-vivos ocorrido durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período, habitualmente expressa em número de nados-vivos por 1000 habitantes (metainformação - INE).

Tabela 4.2.9: População estrangeira com estatuto legal de residente em % da população residente: total e por sexo em Portugal (2011, 2021)

	Total		Sexo			
			Masculino		Feminino	
Anos	2011	2021	2011	2021	2011	2021
Portugal	4,1	6,7	4,3	7,3	3,9	6,2

Fonte: Pordata (INE | SEF/MAI - População Estrangeira com Estatuto Legal de Residente)

Última atualização: 2023-04-04

Na tabela 4.2.10. verifica-se que a população estrangeira residente em Portugal, em 2021, era de 698 536 indivíduos. Segundo dados do Instituto Nacional de Estatística (INE) verificou-se em Portugal, no ano 2021, um aumento significativo de 263 828 indivíduos face ao ano 2011. A população estrangeira do sexo masculino excede, em número, a população estrangeira do sexo feminino conforme ilustrado na tabela 2.4.10. Importa referir que, de entre a população estrangeira, a comunidade mais representativa era a de nacionalidade brasileira, em 2021, com 204 669 de pessoas, com estatuto legal de residência (INE, 2022).

Tabela 4.2.10: População estrangeira (N.º) com estatuto legal de residente: total e por sexo em Portugal (2011, 2021)

	Total		Sexo			
			Masculino		Feminino	
Anos	2011	2021	2011	2021	2011	2021
Portugal	434 708	698 536	218 170	359 727	216 538	338 809

Fonte: Pordata (INE | SEF/MAI - População Estrangeira com Estatuto Legal de Residente)

Última atualização: 2022-06-30

O saldo entre nascimentos e óbitos resultou numa redução de 250 066 pessoas. Contudo, o saldo migratório positivo de 35 780 indivíduos verificado no país não foi suficiente para compensar a redução da população portuguesa (INE, 2022).

A tabela 4.2.11. apresenta os saldos populacionais em 2001, 2011 e 2021. No que diz respeito ao saldo natural que representa a diferença entre o número de nados-vivos e o número de óbitos regista-se um valor negativo em 2011 tendo-se acentuado em 2021 com um valor de -45,2 milhares de pessoas o que significa que o número de óbitos foi superior ao número de nados-vivos em cerca de 45 mil pessoas agravando a tendência de envelhecimento da população portuguesa que se tem verificado nas últimas décadas. Por outro lado, em 2021, o saldo migratório poderá compensar este fator natural, considerando que o valor deste ano destaca a existência de um maior número de

imigrantes do que emigrantes, situação que não se verificou em 2011 registando-se uma diferença (negativa) de cerca de 7,7 mil indivíduos o que significa que, neste ano, o número de emigrantes foi superior ao número de imigrantes.

Tabela 4.2.11: Saldos populacionais anuais (N.º em milhares): total, natural e migratório em Portugal (2001, 2011, 2021)

Anos	Saldo total			Saldo natural ⁹			Saldo migratório ¹⁰		
	2001	2011	2021	2001	2011	2021	2001	2011	2021
Portugal	63.895,0	-13 771,0	26 820,0	7 682	-5 992	-45 220	56 213	-7 779	72 040

Fonte: Pordata (INE – Estimativas Anuais da População Residente, Estatísticas de Óbitos, Estatísticas de Nados-Vivos)

Última atualização: 2023-04-04

4.2.4. Enquadramento regional: Alentejo e Alto Alentejo

Na última década, Portugal registou um decréscimo populacional de cerca de 2,0% (c.f. tabela 4.2.1.) acentuando-se uma tendência para a litoralização e concentração da população junto da capital (INE, 2022). O Algarve e a Área Metropolitana de Lisboa são as únicas regiões do país que registaram um crescimento da população, com valores de 3,7% e 1,7% respetivamente face ao ano 2011, sendo o Alentejo a região que regista o decréscimo mais expressivo, -6,9%, seguindo-se a Região Autónoma da Madeira com um valor de -6,2% (INE, 2022). “Desde há muito que o decréscimo populacional, o envelhecimento e a fraca capacidade de retenção de população jovem são características conhecidas do Alentejo” (Carvalho & Ribeiro, 2009, p.11).

A região do **Alentejo** é a maior província de Portugal e está situada a sul de Portugal, limitada a norte pelo rio Tejo, a sul pela Região do Algarve, a oeste pelo Oceano Atlântico e a este pelo Rio Guadiana e pela fronteira com Espanha (províncias da Extremadura e Andaluzia). Esta região compreende quatro NUTS III, nomeadamente: Alto Alentejo; Alentejo Central; Baixo Alentejo; Alentejo Litoral (Eurorregião Alentejo, Algarve e Andaluzia, s.d; INE, 2022).

Na tabela 4.2.12. observa-se, em 2021, um agravamento dos valores da taxa de crescimento anual médio nas três dimensões, nacional, regional e sub-regional face ao ano 2011. Portugal, registou uma taxa de crescimento em 2001 de 0,485% e em 2011 o valor da taxa reduziu para 0,197% mantendo-se, contudo, positiva. A região Alentejo e a sub-região Alto Alentejo não apresentam taxas de crescimento populacional positivas no período 2001-2021.

⁹ Diferença entre o número de nados-vivos e o número de óbitos num dado período de tempo.

¹⁰ Diferença entre a imigração (entrada) e a emigração (saída) numa determinada região durante o ano (por conseguinte, o saldo migratório é negativo quando o número de emigrantes excede o número de imigrantes). Como a maioria dos países não possui valores exatos sobre imigração e emigração, o saldo migratório é geralmente calculado com base na diferença entre a variação populacional e o crescimento natural entre dois períodos (saldo migratório ajustado). Por conseguinte, as estatísticas sobre saldos migratórios são afetadas por todas as imprecisões estatísticas nas duas componentes desta equação, especialmente a variação populacional.

Tabela 4.2.12: Taxa de crescimento anual médio (%) da população residente segundo os Censos na sub-região Alto Alentejo, na região Alentejo e em Portugal (2001, 2011, 2021)

Anos	2001	2011	2021
Portugal	0,485	⊥0,197	-0,209
Alentejo	-0,074	⊥-0,251	-0,720
Alto Alentejo	-0,546	⊥-0,691	-1,210

Legenda: ⊥ - Quebra de Série

Fonte: Pordata (INE – Recenseamentos Gerais da População)

Última atualização: 2023-03-07

Na tabela 4.2.13. é possível verificar que os resultados dos Censos 2021 apontam para uma população residente em Portugal constituída por 10 343 066 indivíduos contemplando 757 302 indivíduos na região Alentejo e 118 506 indivíduos na sub-região Alto Alentejo. Comparando os valores de 2021 com os valores de 2001, verifica-se um decréscimo populacional nas dimensões geográficas correspondentes ao Alentejo e o Alto Alentejo.

A sub-região **Alto Alentejo** contempla o **Distrito de Portalegre** sendo este constituído por 15 concelhos, nomeadamente: Alter do Chão, Arronches, Avis, Campo Maior, Castelo de Vide, Crato, Fronteira, Fronteira, Gavião, Marvão, Monforte, Fronteira, Fronteira, Portalegre e Sousel e por um total de 69 freguesias (CIMAA, s.d; INE, 2022).

Observando ainda a tabela 4.2.13. verifica-se que os dados dos Censos revelam que a sub-região do Alto Alentejo perdeu de 2001 para 2021 cerca de 17,4% da população residente. Também, a região do Alentejo, assim como Portugal apresentam um decréscimo na população residente embora menos acentuado do que o decréscimo verificado na sub-região do Alto Alentejo.

Tabela 4.2.13: População residente (N.º) por local de residência segundo os Censos na sub-região Alto Alentejo, na região Alentejo e em Portugal (2001, 2011, 2021)

	2001	2011	2021	Varição (2001-2021)
Alto Alentejo	127 018	⊥118 506	104 923	-17,4%
Alentejo	776 585	⊥757 302	704 533	-9,3%
Portugal	10 356 117	⊥10 562 178	10 343 066	-0,13%

Legenda: ⊥ - Quebra de série

Fonte: Pordata (INE- Recenseamentos Gerais da População (Censo 2001); Recenseamento da População e Habitação (Censos 2011 e 2021)

Última atualização: 2022-12-21

De acordo com a tabela 4.2.14. verifica-se que os resultados dos Censos 2021 indicam uma população constituída por 10 343 066 residentes, em Portugal, dos quais 4 920 220 (47,6%) são homens e 5 422 846 (52,4%) são mulheres, ou seja, o país tem 502 626 (4,8%) mais mulheres do que homens. Na região Alentejo, do total de 704 533 residentes, 341 403 são homens e 363 130 são mulheres. Já na sub-região Alto Alentejo, do total de 104 923 pessoas, 49 827 são homens e 55 096 são mulheres.

Tabela 4.2.14: População residente (N.º) por sexo segundo os Censos (2021)

	Total	Homens	Mulheres
Portugal	10 343 066	4 920 220	5 422 846
Alentejo	704 533	341 403	363 130
Alto Alentejo	104 923	49 827	55 096

Fonte: Pordata (Recenseamentos Gerais da População)

Última atualização: 2023-03-07

A tabela 4.2.15. apresenta estimativas sobre a população residente por grandes grupos etários. Observa-se um decréscimo significativo do número de efetivos populacionais das faixas etárias dos 0 – 14 anos e dos 15 – 64 anos no período 2001-2021. De acordo com as estimativas apresentadas, a população residente com 65 ou mais anos de idade registou um aumento no contexto nacional e na região do Alentejo desde o início do século XXI verificando-se, no entanto, na sub-região do Alto Alentejo, uma diminuição do número de pessoas inseridas nesta faixa etária.

Tabela 4.2.15: População residente (N.º) por grandes grupos etários na sub-região Alto Alentejo, na região Alentejo e em Portugal (2001, 2011, 2021)

Anos	Grandes grupos etários								
	0-14			15-64			65 ou mais		
	2001	2011	2021	2001	2011	2021	2001	2011	2021
Portugal	1 679 191	1 588 663	1 365 940	6 978 257	6 976 693	6 604 819	1 705 274	2 000 480	2 436 949
Alentejo	107 817	103.067	89 506	493 896	473 035	430 683	174 513	180 929	191 036
Alto Alentejo	17 060	15.069	15.069	76 655	71 652	61 437	33 113	31 809	31 280

Fonte: Pordata (INE - Estimativas Anuais da População Residente)

Última atualização: 2023-04-03

O índice de envelhecimento, em Portugal, conforme tabela 4.2.16, aumentou significativamente relativamente ao valor registado em 2011, aumentando de 125,9 idosos por cada 100 jovens para 178,4 idosos por cada 100 jovens em 2021. Esta tendência, que reflete um evidente envelhecimento da população, verifica-se também na região Alentejo e na sub-região do Alto Alentejo sendo mais expressiva nesta última, com o registo de cerca de 247,5 idosos por cada 100 jovens em 2021.

Tabela 4.2.16: Índice de envelhecimento¹¹ (N.º) na sub-região Alto Alentejo, na região Alentejo e em Portugal (2011 e 2021)

Anos	2011	2021
Portugal	125,9	178,4
Alentejo	175,55	213,4
Alto Alentejo	211,1	247,5

Fonte: INE – Recenseamento da População e Habitação

Última atualização: 2023-04-03

A tabela 4.2.17 mostra que, de 2011 para 2021, a população jovem em idade ativa por idoso diminuiu nos três contextos geográficos, Portugal, Alentejo e Alto Alentejo situação que revela um aumento do número de idosos face à população em idade ativa neste período. Esta diminuição do índice de sustentabilidade potencial torna-se ainda mais expressiva quando se comparam os valores dos últimos Censos, 2021, com valores de 2001. Destaca-se que, em 2021, na sub-região do Alto Alentejo, o valor do índice de sustentabilidade potencial é significativamente inferior ao valor registado a nível nacional.

Tabela 4.2.17: Índice de Sustentabilidade Potencial¹² (Rácio – N.º) na sub-região Alto Alentejo, na região Alentejo e em Portugal (2001, 2011, 2021)

Anos	2001	2011	2021
Portugal	4,1	⊥ 3,5	2,7
Alentejo	2,9	⊥ 2,6	2,2
Alto Alentejo	2,3	⊥ 2,2	1,9

Legenda: ⊥ - Quebra de Série

Fonte: Pordata (INE – Recenseamentos Gerais da População) Última atualização: 2022-12-21

Outro fator relevante que permite analisar a dinâmica demográfica de um país e/ou região diz respeito ao índice de dependência de idosos. Na tabela 4.2.18, pode observar-se que este indicador revela um aumento do número de idosos por cada 100 pessoas em idade ativa entre 2001 e 2021 nos três contextos geográficos, Portugal, Alentejo e Alto Alentejo. Comparando os valores do último Censo, em 2021, nos três contextos verifica-se que a sub-região do Alto Alentejo apresenta um valor bastante superior ao registado a nível nacional.

¹¹ Relação entre a população idosa e a população jovem, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos (expressa habitualmente por 100 pessoas dos 0 aos 14 anos).

¹² Relação entre a população em idade ativa e a população idosa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos e o número de pessoas com 65 ou mais anos (expressa habitualmente por cada pessoa (100) com 65 ou mais anos).

Tabela 4.2.18: Índice de dependência de idosos¹³ (Rácio - %) na sub-região Alto Alentejo, na região Alentejo e em Portugal (2001, 2011, 2021)

Anos	2001	2011	2021
Portugal	24,4	28,7	36,9
Alentejo	35,3	38,2	44,4
Alto Alentejo	43,2	44,4	50,9

Fonte: Pordata (INE – Estimativas Anuais da População Residente)

Última actualização: 2023-04-03

Relativamente à taxa de mortalidade verifica-se que desde 2001 os valores têm aumentando quer a nível nacional quer ao nível da região Alentejo e da sub-região do Alto Alentejo. A tabela 4.2.19 mostra que há vinte atrás, o valor da taxa de mortalidade na sub-região do Alto Alentejo já era superior ao valor preliminar previsto para Portugal nos últimos Censos de 2021.

Tabela 4.2.19: Taxa de bruta de mortalidade¹⁴ (‰) na sub-região Alto Alentejo, na região Alentejo e em Portugal (2001, 2011, 2021)

Anos	2001	2011	2021
Portugal	10,1	9,7	Pre 12,0
Alentejo	13,5	13,4	Pre 16,6
Alto Alentejo	15,7	16,0	Pre 19,7

Legenda: Pre – Valor preliminar

Fonte: Pordata (INE - Estimativas Anuais da População Residente)

Última actualização: 2022-09-29

A tabela 4.2.20 permite observar que o aumento dos valores da taxa de mortalidade forma acompanhados por uma diminuição da taxa de natalidade no período entre 2001 e 2021. Na região Alentejo prevê-se um decréscimo de 1,5‰ face aos dados dos Censos de 2021 estimando-se uma diferença ligeiramente superior, de 1,6‰, na sub-região do Alto Alentejo.

¹³ O índice de dependência de idosos corresponde ao número de pessoas com 65 e mais anos por cada 100 pessoas em idade ativa, ou seja, com 15 a 64 anos. Um valor inferior a 100 significa que há menos idosos do que pessoas em idade ativa.

¹⁴ Número de óbitos observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (habitualmente expressa em número de óbitos por 1000 habitantes)

Tabela 4.2.20: Taxa bruta de natalidade¹⁵ (‰) na sub-região Alto Alentejo, na região Alentejo e em Portugal (2001, 2011, 2021)

Anos	2001	2011	2021
Portugal	10,9	9,2	Pre 7,7
Alentejo	8,8	8,1	Pre 7,4
Alto Alentejo	8,2	7,4	Pre 6,6

Legenda: Pre – Valor preliminar

Fonte: Pordata (INE - Estimativas Anuais da População Residente)

Última atualização: 2022-08-10

No que diz respeito à evolução da esperança média de vida à nascença, observando-se a tabela 4.2.21, verifica-se, desde 2001, quer a nível nacional quer na região Alentejo, uma tendência de aumento dos valores deste indicador. A esperança média de vida é superior no grupo das mulheres, registando, em 2020, uma diferença de cerca de 6 anos relativamente ao grupo dos homens, na região Alentejo. Os valores que representam a realidade nacional seguem a mesma tendência verificada na região Alentejo. Contudo, o aumento da esperança de vida nas últimas décadas não se tem revelado suficiente para impedir o decréscimo populacional que Portugal e a região do Alentejo estão a vivenciar.

Tabela 4.2.21: Esperança média de vida à nascença: total e por sexo na região Alentejo e em Portugal (2001, 2011, 2020)

Anos	Total			Masculino			Feminino		
	2001	2011	2020	2001	2011	2020	2001	2011	2020
Portugal	76,7	79,8	80,7	73,3	76,7	77,7	80,1	82,6	83,4
Alentejo	76,7	79,3	79,8	73,3	76,4	76,7	79,9	82,0	82,8

Fonte: Pordata (INE – Estatísticas de Óbitos)

Última atualização: 2022-08-09

A população estrangeira residente em Portugal, em 2021, teve um aumento significativo desde 2011, tendência que se verificou também na região Alentejo. Na sub-região do Alto Alentejo verificou-se, entre 2011 e 2021, um pequeno aumento da população residente de nacionalidade estrangeira. Em Portugal, na região Alentejo e na sub-região do Alto Alentejo, em 2021, a percentagem de homens residentes de nacionalidade estrangeira supera a percentagem de mulheres. Além disto, a informação da tabela 4.2.22, revela que, em 2021, a proporção de população residente com nacionalidade estrangeira no país supera o dobro da população estrangeira na sub-região do Alto Alentejo.

¹⁵ Número de nados-vivos ocorrido durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (habitualmente expressa em número de nados-vivos por 1000 habitantes).

Tabela 4.2.22: Proporção da população residente de nacionalidade estrangeira (%) por sexo na sub-região Alto Alentejo, na região Alentejo e em Portugal (2011, 2021)

Anos	Total		Homens		Mulheres	
	2011	2021	2011	2021	2011	2021
Portugal	4,1	6,2	4,3	7,3	3,9	6,2
Alentejo	3,6	5,6	4,0	6,8	3,3	4,5
Alto Alentejo	2,6	2,7	2,7	2,8	2,5	2,6

Fonte: INE | SEF/MAI - População Estrangeira com Estatuto Legal de Residente; INE - Estimativas Anuais da População Residente

Última atualização: 2023-04-04

De acordo com a tabela 4.2.23 verifica-se um aumento de população estrangeira com estatuto legal de residente, em Portugal e na região Alentejo de 2011 para 2021. No entanto, a sub-região do Alto Alentejo não acompanhou esta tendência no período indicado apresentando um ligeiro decréscimo deste tipo de população. Em coerência com a informação representada na tabela anterior, 4.2.22, verifica-se que em Portugal e na região Alentejo, em 2021, o número de homens com estatuto legal de residente supera o número de mulheres verificando-se a situação contrária na sub-região do Alto Alentejo com um número de mulheres ligeiramente superior ao número de homens.

Importa referir, que de entre a população estrangeira, a comunidade mais representativa era a de nacionalidade brasileira, com estatuto legal de residência, no Alentejo e no Alto Alentejo, seguindo a tendência verificada a nível nacional (INE, 2022).

Tabela 4.2.23: População estrangeira com estatuto legal de residente: total e por sexo na sub-região Alto Alentejo, na região Alentejo e em Portugal (2011, 2021)

Anos	Total		Homens		Mulheres	
	2011	2021	2011	2021	2011	2021
Portugal	434 708	698 536	218 170	359 727	216 538	338 809
Alentejo	27 462	39 702	14 611	23 378	12 851	16 324
Alto Alentejo	3 077	2 881	1 554	1 416	1 523	1 465

Fonte: Pordata (INE – População Estrangeira com Estatuto Legal de Residente)

Última atualização: 2022-06-30

O saldo natural, que se refere à diferença entre o número de pessoas que nascem e que morrem, apresenta valores negativos desde 2001 em dois contextos geográficos, regional e sub-regional (tabela 4.2.24). No entanto, em 2001, o número de nascimentos ainda superava o número de óbitos. Verifica-se ainda que o saldo migratório positivo em 2021 não foi suficiente para compensar o saldo natural, verificando-se um decréscimo do saldo total em Portugal, na região Alentejo e na sub-região Alto Alentejo.

Tabela 4.2.24: Saldo populacionais anuais: total, natural e migratório na sub-região Alto Alentejo, na região Alentejo e em Portugal (2011, 2021)

Anos	Saldo total			Saldo natural			Saldo migratório		
	2001	2011	2021	2001	2011	2021	2001	2011	2021
Portugal	63 895,0	- 13 771,0	26 820,0	7 682	-5 992	-45 220	56 213	-7 779	72 040
Alentejo	542,0	-3 354,0	4 302,0	-3 618	-3 961	-6 509	4 160	607	10 811
Alto Alentejo	-556,0	-657,0	-645,0	-958	-1 010	-1 380	402	353	735

Fonte: Pordata (INE – Estimativas Anuais da População Residente, Estatísticas de Óbitos, Estatísticas de Nados-Vivos)

Última atualização: 2023-04-04

4.2.5 Fronteira

O concelho de Fronteira, do distrito de Portalegre, localiza-se no Alentejo (NUT II) e no Alto Alentejo (NUT III), com 248,6 km² de área, subdividida em três freguesias, nomeadamente: Fronteira, Cabeço de Vide e São Saturnino. O município é limitado a norte pelo município de Alter do Chão, a leste por Monforte, a sudeste por Estremoz, a sul por Sousel e a oeste por Avis (Câmara Municipal de Fronteira, s.d; Pordata, s.d; Censos 2021, s.d; Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo [CIMAA], s.d).

O concelho apresentava, em 2021, conforme tabela 4.2.25, um total de 2 858 habitantes, sendo 1 356 do sexo masculino e 1 502 do sexo feminino. Estes 2 858 indivíduos estão divididos entre as três freguesias do concelho. Fronteira apresenta um total de 1 696 habitantes, destes 810 são do sexo masculino e 886 do feminino. Já Cabeço de Vide registou 928 habitantes com 435 do sexo masculino e 493 do sexo feminino. Finalmente, São Saturnino apresenta 234 habitantes, sendo 111 do sexo masculino e 123 do feminino.

Tabela 4.2.25: População residente (N.º) por Local de residência (à data dos Censos 2021), Sexo

	M+F	M	F
Fronteira (concelho)	2858	1356	1502
Fronteira (Freguesia)	1696	810	886
Cabeço de Vide	928	435	493
São Saturnino	435	111	123

Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação – Censos 2021

Última atualização: 2022-11-23

Em todos os concelhos há um registo de perda de população, conforme mostra a tabela 4.3.2, sendo mais acentuado, em termos percentuais, nos concelhos de Nisa e de Gavião, com perdas populacionais de cerca de 30,5% e 30,3% respetivamente entre 2001 e 2021. Ainda, assim, o concelho de Nisa apresenta, atualmente, uma população de 5 952 residentes, cerca do dobro da população de concelhos como Arronches, Fronteira e

Monforte, que apresentam uma população inferior a três mil habitantes. O concelho que menos população perdeu entre 2001 e 2021 foi Campo Maior (INE, 2022).

Com base nos Censos de 2001, 2011 e 2021, Portalegre é o concelho com mais população, com 22 340 residentes, embora tenha perdido cerca de 14,0% da população residente, seguindo-se Elvas com 20 730 residentes e Ponte de Sor com 15 248 residentes. Em termos absolutos, Portalegre, Ponte de Sor, Nisa e Fronteira foram os concelhos que perderam um maior número de pessoas (INE, 2022).

Os resultados dos Censos 2021, conforme mencionado anteriormente, apontam que a população residente em 2021, em Portugal, é de 10 343 066 indivíduos, no Alentejo é de 704 533, bem como no Alto Alentejo é de 104 923. Percebe-se um decréscimo populacional nas três dimensões, com destaque ao Alentejo e o Alto Alentejo desde 2001. Seguindo a tendência, em todos os concelhos do Alto Alentejo há um registo de perda de população, conforme tabela. O concelho de Fronteira registou uma perda de população de 23,3%. Dentre os 15 concelhos, Fronteira foi um dos concelhos que mais perdeu população na sub-região do Alentejo, ficando em 7º lugar na classificação dos concelhos que mais perderam população na sub-região.

Tabela 4.2.26: Taxa de crescimento anual médio da população residente segundo os censos

	2001	2011	2021	Varição (2001-2021)
Alter do Chão	3 933	3 572	3 044	-22,6%
Arronches	3 381	3 157	2 789	-17,5%
Avis	5 182	4 577	3 812	-26,4%
Campo Maior	8 405	8 449	8 042	-4,3%
Castelo de Vide	3 855	3 397	3 116	-19,2%
Crato	4 326	3 700	3 225	-25,5%
Elvas	23 364	23 000	20 730	-11,3%
Fronteira	3 725	3 394	2 858	-23,3%
Gavião	4 869	4 113	3 394	-30,3%
Marvão	4 019	3 506	3 021	-24,8%
Monforte	3 407	3 321	2 992	-12,2%
Nisa	8 559	7 412	5 952	-30,5%
Ponte de Sor	18 087	16 665	15 248	-15,7%
Portalegre	25 957	24 789	22 340	-13,9%
Sousel	5 762	5 057	4 360	-24,3%

Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação – Censos 2001, 2011 e 2021
Última atualização: 2022-11-23

Podemos observar na tabela 4.2.27 a população residente por sexo, que em todos os concelhos do distrito de Portalegre que a população do sexo feminino supera a população do sexo masculino, conforme a tendência que se verifica também a nível nacional, na região do Alentejo e na sub-região do Alto Alentejo verificada anteriormente. Consta-se que em Fronteira a percentagem é de 52,5% da população é do sexo feminino enquanto 47,4% é do sexo masculino.

Tabela 4.2.27: População residente (N.º) por sexo segundo os Censos nos concelhos (2021)

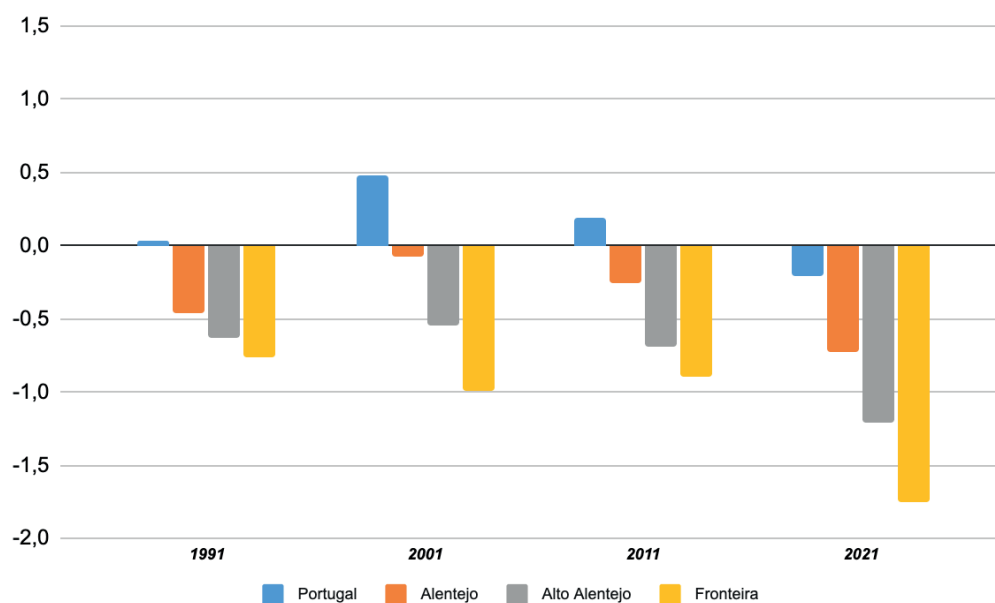
Concelho	Total	Homens	Mulheres
Alter do Chão	3044	1390	1654
Arronches	2789	1379	1410
Avis	3812	1791	2021
Campo Maior	8042	3876	4166
Castelo de Vide	3116	1496	1620
Crato	3225	1485	1740
Elvas	20730	9873	10857
Fronteira	2858	1356	1502
Gavião	3394	1581	1813
Marvão	3021	1442	1579
Monforte	2992	1408	1584
Nisa	5952	2804	3148
Ponte de Sor	15248	7327	7921
Portalegre	22340	10592	11748
Sousel	4 360	2 027	2 333

Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação – Censos 2001, 2011 e 2021

Última atualização: 2022-11-23

O gráfico 4.2.1 apresenta os resultados dos Censos de 1991, 2001, 2011 e 2021 quanto à taxa de crescimento anual médio. Observa-se um decréscimo nas quatro dimensões, Nacional, Regional, Sub-regional e Concelho, sobretudo no último Censo de 2021. Portugal, a nível nacional, registou uma pequena taxa de crescimento em 1991 (0,03%), e obteve um aumento significativo em 2001 (0,48%), e 2011 a taxa voltou a cair, contudo ainda estava positiva (0,19%). O Alentejo e o Alto Alentejo até o presente momento não registaram taxas de crescimento populacional positivas desde 1991. O concelho de Fronteira registou uma perda de população de 1,750% em 2021. Na comparação com as outras dimensões observa-se que Fronteira regista na sua taxa uma perda populacional significativa, sobretudo que registava uma taxa, em 2011, de -0,898%, e agora apresenta uma diferença de -0,852%, entre 2011 e 2021.

Gráfico 4.2.1: Taxa de crescimento anual médio segundo os censos



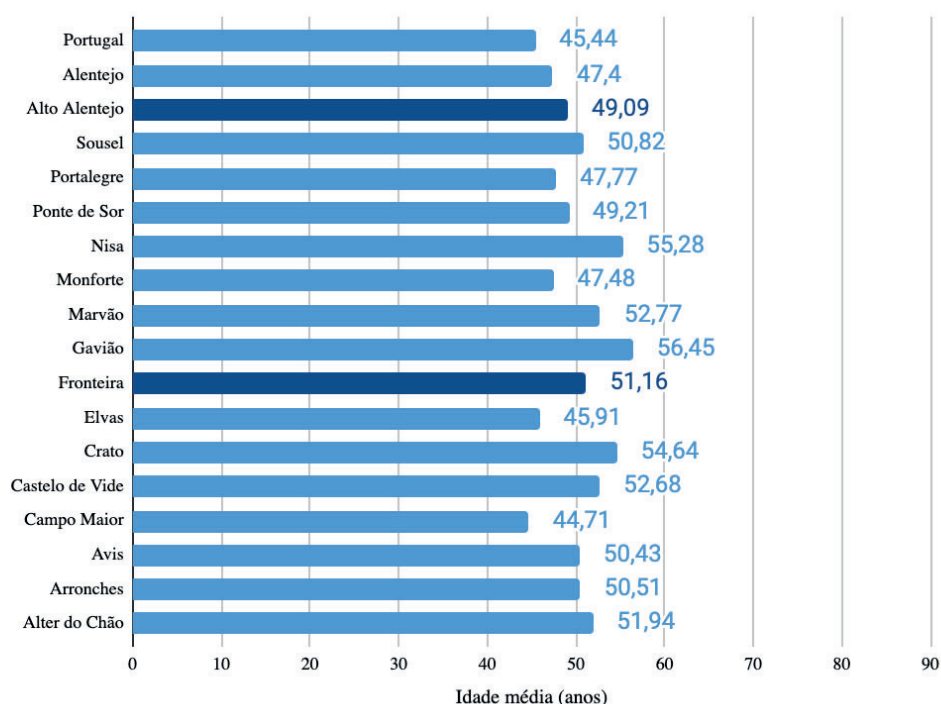
Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação – Censos 2001, 2011 e 2021.

Nota: A fonte faz referência a uma quebra de série nos valores referentes ao ano 2011.

Última atualização: 2023-03-07

O envelhecimento da população continua a ser um dos fatores mais preocupantes. No gráfico 4.2.2 podemos constatar que a idade média em Portugal fixou-se nos 45,4 anos. Contudo, a média do Alentejo (47,4 anos) está acima da média nacional. O Alto Alentejo (49,0 anos) ultrapassa a média nacional. Superior está a média de Fronteira em 51,16 anos, comparativamente ao Alentejo e ao Alto Alentejo.

Gráfico 4.2.2: Idade média (anos) da população residente nos concelhos



Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021
Última atualização: 2022-11-23

Importa referir que a taxa de mortalidade é cada vez maior na população residente em Portugal, no Alentejo, no Alto Alentejo e em Fronteira nos últimos Censos, conforme tabela 4.2.28. Observou-se que a taxa de mortalidade cresceu consideravelmente em Portugal desde 2011, bem como no Alentejo e no Alto Alentejo. Fronteira apresenta uma taxa de mortalidade de 21,6‰ em 2021, são 9,6‰ a mais do que Portugal, 5‰ a mais do que o Alentejo e 1,9‰ a mais do que o Alto Alentejo em 2021.

Tabela 4.2.28: Taxa bruta de mortalidade (‰)

Anos	2001	2011	2021
Portugal	10,1	9,7	Pre 12,0
Alentejo	13,5	13,4	Pre 16,6
Alto Alentejo	15,7	16,0	Pre 19,7
Fronteira	18,5	17,7	Pre 21,6

Legenda: Pre – Valor preliminar

Fonte: Pordata (INE - Estimativas Anuais da População Residente)

Última atualização: 2022-09-29

Por outro lado, Fronteira apresenta uma descida na taxa de natalidade de 8,0‰ em 2011 para 4,9‰ em 2021. Portugal regista um decréscimo de 1,5‰ referente aos dados dos Censos de 2021 e de 2011. Já o Alentejo em 2021 obteve 7,4‰, um decréscimo de 0,7‰ em comparação com 2011. O Alto Alentejo segue a tendência e registou um decréscimo de 0,8‰ em 2021 em comparação com o ano de 2011.

Fronteira apresentou em 2021 uma taxa bruta de natalidade muito inferior aos valores das restantes apresentadas. Fronteira apresenta uma descida na taxa de 3,1‰, comparativamente a 2011.

Tabela 4.2.29: Taxa bruta de natalidade (‰)

Anos	2001	2011	2021
Portugal	10,9	9,2	Pre 7,7
Alentejo	8,8	8,1	Pre 7,4
Alto Alentejo	8,2	7,4	Pre 6,6
Fronteira	6,4	8,0	Pre 4,9

Legenda: Pre – Valor preliminar

Fonte: Pordata (INE - Estimativas Anuais da População Residente)

Última atualização: 2022-08-10

A tabela 4.2.30 ilustra os valores do índice de envelhecimento nos territórios nacional, do Alentejo, do Alto Alentejo e de Fronteira. Em todos os territórios observados se constata um aumento significativo deste valor. A nível nacional, quase duplicou nas últimas duas décadas, passando de 101,6 no ano de 2001 para 178,4 no ano de 2021.

Relativamente às regiões do Alentejo e do Alto Alentejo, os valores acabam por sofrer aumentos semelhantes, ainda que os valores apresentados para o Alto Alentejo sejam sempre superiores aos valores do Alentejo.

A nível micro, o Município de Fronteira, no ano de 2001, apresentava um valor de 216,1, contudo em 2011 o valor é muito superior (227,5). Em 2021, Fronteira regista uma subida significativa (312,9), a principal conclusão é a de que, comparativamente às realidades nacional, do Alentejo e do Alto Alentejo, este concelho apresenta um Índice de Envelhecimento muito superior.

O Índice de Dependência de Idosos, por sua vez, representa o número de pessoas com 65 ou mais anos por cada 100 pessoas em idade ativa (entre os 15 e os 64 anos).

Tabela 4.2.30: Índice de Envelhecimento (Rácio - %)

Anos	2001	2011	2021
Portugal	101,6	125,9	178,4
Alentejo	161,9	175,5	213,4
Alto Alentejo	194,1	211,1	247,5
Fronteira	216,1	227,5	312,9

Fonte: Pordata (INE – Recenseamentos Gerais da População)

Última atualização: 2023-04-03

É possível observar que este indicador tem registado uma subida nas últimas duas décadas em todos os territórios. A nível nacional, no ano de 2001, registaram-se 24,4

idosos por cada 100 indivíduos em idade ativa. Este valor subiu para 28,7 em 2011 e no ano de 2021 atingiu o máximo de 36,9, registando assim uma subida de mais de 8,2 idosos por cada 100 pessoas em idade ativa nos últimos 20 anos.

O Alentejo apresenta valores superiores aos valores nacionais em todos os anos representados. Em 2001 o valor era de 35,3, sendo superior ao nacional em 10,9 indivíduos, Em 2011 continua a registar-se uma subida para os 38,2, vindo a atingir os 44,4 em 2021. Contudo, a subida das últimas duas décadas no Alentejo não é tão acentuada a nível nacional, representando um total de mais 6,2 indivíduos com mais de 65 anos por cada 100 em idade ativa.

O Alto Alentejo, a par dos restantes territórios discutidos anteriormente, apresenta também uma subida deste indicador nas duas últimas décadas representadas. Em 2001 o número de idosos por cada 100 pessoas em idade ativa era de 43,2. Em 2011 subiu ligeiramente para 44,4. Em 2021 atingiu o valor máximo de 50,9.

No município de Fronteira, encontramos valores muito superiores aos níveis mais macro. Em 2001, apresentava um valor de 47,1% idosos por cada 100 indivíduos em idade ativa. Em 2021, Fronteira registou uma subida de 12,4%, comparativamente a 2011. Atualmente, o município de Fronteira apresenta um índice de dependência de idosos muito superior ao que é evidenciado no território nacional. Também este é um indicador do envelhecimento demográfico evidente neste concelho.

Relativamente a outro indicador, o Índice de Dependência de Jovens, sabemos que este avalia o número de jovens (menores de 15 anos) por cada 100 pessoas em idade ativa (entre os 15 e os 64 anos).

Tabela 4.2.31: índice de dependência de idosos¹⁶

Anos	2001	2011	2021
Portugal	24,4	28,7	36,9
Alentejo	35,3	38,2	44,4
Alto Alentejo	43,2	44,4	50,9
Fronteira	47,1	45,9	58,3

Fonte: Pordata (INE – Recenseamentos Gerais da População)

Última actualização: 2023-04-03

Ao observar a tabela 4.2.32, percebemos que a nível nacional, bem como ao nível do Alentejo e do Alto Alentejo, se verificou uma descida no Índice de Dependência de Jovens, significando que existem cada vez menos jovens por cada 100 indivíduos em idade ativa. No que diz respeito ao município de Fronteira, o número de dependência de jovens desceu na década compreendida entre 2001 e 2011. Neste período de tempo, o indicador variou entre os 21,8% e os 20,2%. Entre 2011 e 2021 este indicador registou uma nova queda de 1,6%, atingindo o valor de 18,6% no ano de 2021.

¹⁶ O índice de dependência de idosos é o número de pessoas com 65 e mais anos por cada 100 pessoas em idade ativa, ou seja, com 15 a 64 anos. Um valor inferior a 100 significa que há menos idosos do que pessoas em idade ativa.

Tabela 4.2.32: Índice de Dependência de Jovens (Proporção %)

Anos	2001	2011	2021
Portugal	24,1	22,8	20,7
Alentejo	21,8	21,8	20,8
Alto Alentejo	22,3	21,0	20,6
Fronteira	21,8	20,2	18,6

Fonte: Pordata (INE – Recenseamentos Gerais da População)

Última actualização: 2023-04-03

Nos últimos dez anos, conforme tabela 4.2.33, reduziu-se a população jovem em idade ativa e aumentou a população idosa em Portugal, no Alentejo e no Alto Alentejo. Notou-se que entre 2011 e 2021 o número de indivíduos em idade ativa por idoso, referente ao índice de sustentabilidade potencial, agravou-se nas três dimensões mais macro. Fronteira, em 2021, registou 1,7 indivíduos em idade ativa por idoso, e em 2011 era de 2,2 indivíduos por idoso, ou seja, uma queda de 0,3 indivíduos por idoso, no período citado.

Tabela 4.2.33: Índice de Sustentabilidade Potencial¹⁷ (Rácio – N.º) Fronteira na sub-região Alto Alentejo, na região Alentejo e em Portugal (2001, 2011, 2021)

Anos	2001	2011	2021
Portugal	4,1	↓ 3,5	2,7
Alentejo	2,9	↓ 2,6	2,2
Alto Alentejo	2,3	↓ 2,2	1,9
Fronteira	2,1	↓ 2,2	1,7

Legenda: ↓ - Quebra de Série

Fonte: Pordata (INE – Recenseamentos Gerais da População)

Última actualização: 2022-12-21

É possível constatar, na tabela 4.2.34, que o saldo migratório tem sofrido oscilações no período de tempo analisado, sobretudo no âmbito nacional. Em 2001, o país apresentou um número de imigrantes superior ao número de emigrantes. Em 2011, este indicador passou a apresentar números negativos. Em 2021, Portugal voltou a receber mais imigrantes do que emigrantes. Na região do Alentejo, o saldo migratório também sofreu oscilações entre 2001 e 2021. No ano de 2001, registou um saldo positivo. Porém, em 2011, constata-se uma queda nos valores. Ainda assim, em 2021 observa-se uma subida significativa. Quanto à região do Alto Alentejo, as oscilações também são notórias nos períodos analisados.

No que diz respeito ao Saldo Natural, a análise deste indicador permite-nos concluir que os saldos naturais, de forma geral e em todos os territórios, têm vindo a sofrer, nos períodos em estudo, um decréscimo acentuado sobretudo a nível nacional, ainda que também notório nos restantes territórios.

¹⁷ Relação entre a população em idade ativa e a população idosa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos e o número de pessoas com 65 ou mais anos (expressa habitualmente por cada pessoa (100) com 65 ou mais anos).

No que concerne ao Saldo Total, verificamos que a maioria dos valores apresentados são negativos para 2021. Observamos que no território nacional há uma tendência de subida de 2011 a 2021. No Alentejo percebe-se a mesma tendência no período referido. Já no Alto Alentejo e Campo Maior nota-se ainda uma tendência negativa.

Fronteira apresentou valores positivos desde 2001 no indicador que apresenta o Saldo Migratório, mesmo assim, o Saldo Natural, desde 2001 apresenta valores negativos. Quanto ao Saldo Total, em 2021 Fronteira registou valor positivo.

Tabela 4.2.34: Saldo populacionais anuais: total, natural e migratório no concelho de Fronteira, na sub-região Alto Alentejo, na região Alentejo e em Portugal (2001, 2011, 2021)

Anos	Saldo total			Saldo natural			Saldo migratório		
	2001	2011	2021	2001	2011	2021	2001	2011	2021
Portugal	63 895,0	- 13 771,0	26 820,0	7 682	-5 992	-45 220	56 213	-7 779	72 040
Alentejo	542,0	-3 354,0	4 302,0	-3 618	-3 961	-6 509	4 160	607	10 811
Alto Alentejo	-556,0	-657,0	-645,0	-958	-1 010	-1 380	402	353	735
Fronteira	-33,0	-3,0	10,0	-45	-33	-48	12	30	58

Fonte: Pordata (INE – Estimativas Anuais da População Residente, Estatísticas de Óbitos, Estatísticas de Nados-Vivos)

Última atualização: 2023-04-04

4.2.6 Sínteses e Projeções Demográficas

Seguindo a tendência de todos os concelhos do Alto Alentejo, de 2001 a 2021, Fronteira registou um decréscimo populacional de 23,3%. Em 2021 verificou-se uma perda de população comparativamente com os outros anos, apresentando assim um decréscimo populacional desde 1991. Dos 15 concelhos que mais perderam população na sub-região do Alto Alentejo, Fronteira está em 7º lugar.

Contudo, em Fronteira registamos um conjunto de indicadores que justificam este ritmo de decréscimo da população. A diminuição da taxa de natalidade e o aumento da taxa de mortalidade implica que se registem mais óbitos que nascimentos, resultando na fragilização da capacidade de renovação geracional. O envelhecimento da população é um dos fatores preocupantes, a idade média de Fronteira situa-se nos 51,16 anos, comparativamente às realidades mais macros apresenta um índice de envelhecimento muito superior.

A taxa de crescimento migratório positiva em 2021, contribuiu para atenuar a perda de crescimento natural.

Com o objetivo de auxiliar na compreensão da dinâmica da população e sustentar a definição de estratégias de planeamento local e regional, designadamente para a programação de equipamentos e definição de políticas públicas de investimento,

apresentam-se de seguida as projeções demográficas para o concelho, elaboradas segundo o modelo de projeções demográficas por coortes e componentes, que é consensualmente aceite para análise e construção de projeções demográficas no âmbito das ciências sociais. De notar que as projeções de população mostram como o volume e a estrutura de uma população podem hipoteticamente evoluir no futuro e são elaboradas tendo por base vários cenários de evolução futura, resultantes da conjugação de hipóteses de evolução das componentes de variação da população, designadamente da fecundidade, mortalidade e migrações. Partindo de diferentes cenários e hipóteses, as projeções mostram diferentes modos de evolução da população, muitas vezes divergentes. A conjugação de hipóteses permitiu definir três cenários de projeção da população do concelho de Fronteira para os anos de 2025 e 2030, um cenário otimista, um pessimista e um último central, constatando-se, no entanto, que para cada horizonte temporal a realidade não se altera significativamente. Em qualquer dos cenários a população acima dos 65 anos é muito superior ao contingente de jovens (0 a 14 anos). As ligeiras e quase insignificantes alterações na fecundidade são irrelevantes face à descida do número de população feminina em idade fértil.

Gráfico 4.2.3: Cenário pessimista - Projeção demográfica para o concelho de Fronteira

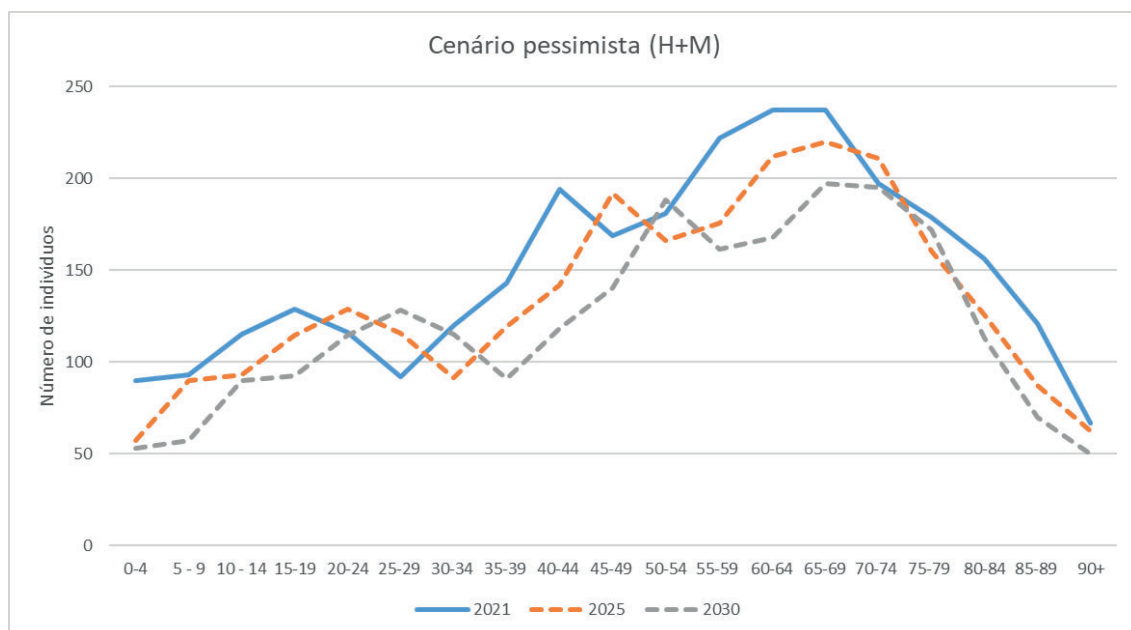


Gráfico 4.2.4: Cenário central - Projeção demográfica para o concelho de Fronteira

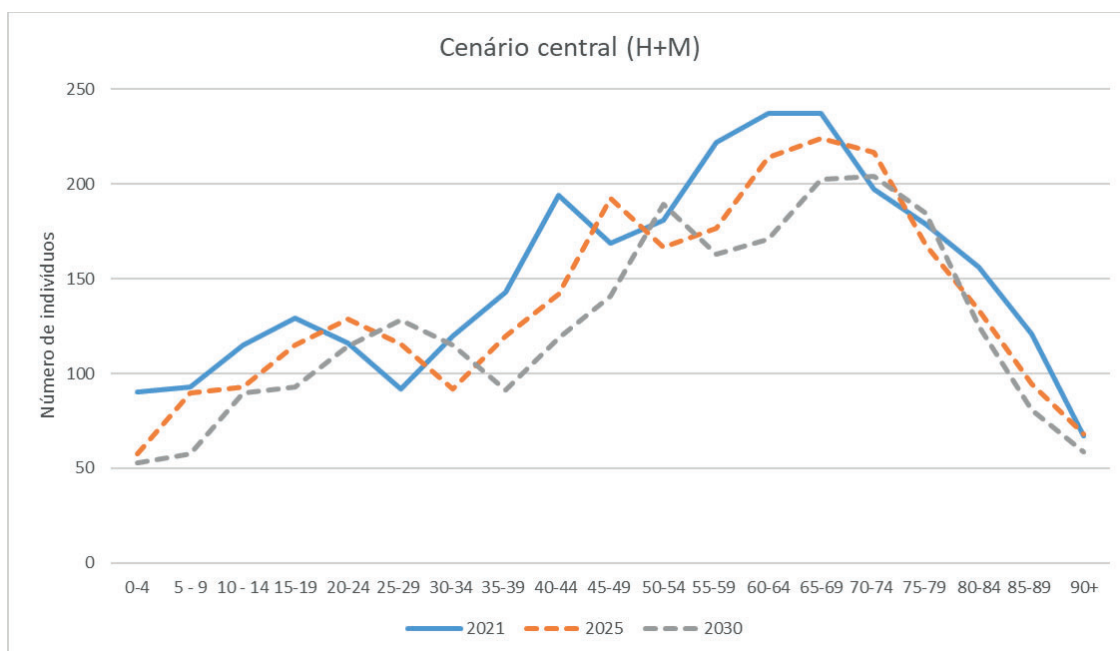
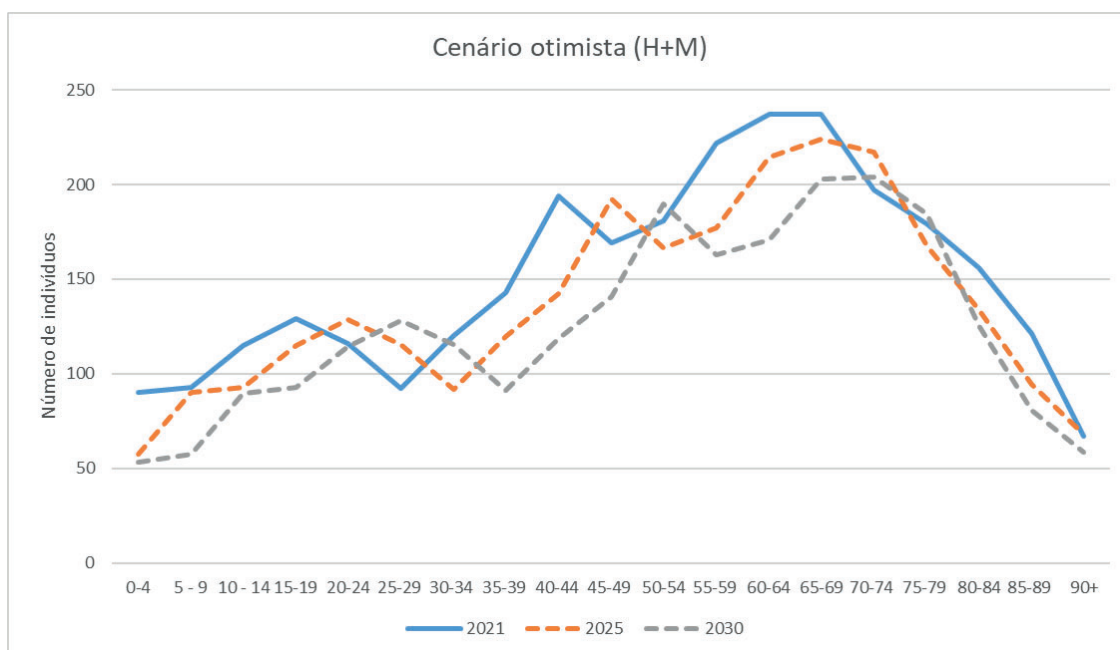


Gráfico 4.2.5: Cenário otimista - Projeção demográfica para o concelho de Fronteira



Apenas a previsão pessimista prevê um envelhecimento um pouco mais severo, mas os outros cenários apontam para um envelhecimento geral com uma perda contínua das populações adultas, prevendo-se a continuação de um duplo envelhecimento pela base e pelo todo da estrutura da população do concelho.

A reversão desta situação passa por estratégias de retenção das populações adultas nas faixas mais produtivas e reprodutivas, fundamentalmente entre os 20 e os 40 anos, o que poderá conduzir a um aumento da população jovem, por um lado, por outro, implementar políticas onde o bem-estar dos idosos seja o principal objetivo.

4.3. Caracterização socioeconómica

4.3.1. Famílias

As famílias constituem uma parte integrante da rede de proteção social sendo o primeiro nível de suporte e de apoio para seus membros. O papel da família na prestação de apoio social é bastante abrangente, incluindo: i) suporte financeiro, nos casos de situações financeiras difíceis, como perda de emprego ou despesas imprevistas; ii) cuidados aos idosos, evitando adiar processos de institucionalização e aliviando a necessidade de respostas de instituições de longa permanência; iii) educação e orientação, em particular das crianças preparando-as para a vida adulta; iv) apoio emocional, especialmente em momentos de crise.

A sub-região do Alto Alentejo à semelhança de outras regiões, tem assistido a mudanças significativas nas estruturas familiares ao longo das últimas décadas. As causas para tais alterações são múltiplas e incluem fenómenos como o envelhecimento da população, os processos de urbanização, as mudanças na dinâmica do trabalho ou as alterações na formação dos relacionamentos.

No concelho de Fronteira é possível verificar um elevado número relativo de famílias unipessoais (correspondendo a 27,0% do total de famílias – tabela 4.3.1). Este número é o reflexo de uma tendência que se vem verificando ao longo dos últimos vinte anos (cf. gráfico 4.3.1.) e que se traduz na diminuição do tamanho das famílias, com mais famílias unipessoais e famílias nucleares mais pequenas (do total de 641 famílias com 3 ou mais elementos, contabilizadas em 1991 em Fronteira, contabilizam-se apenas 410 em 2021).

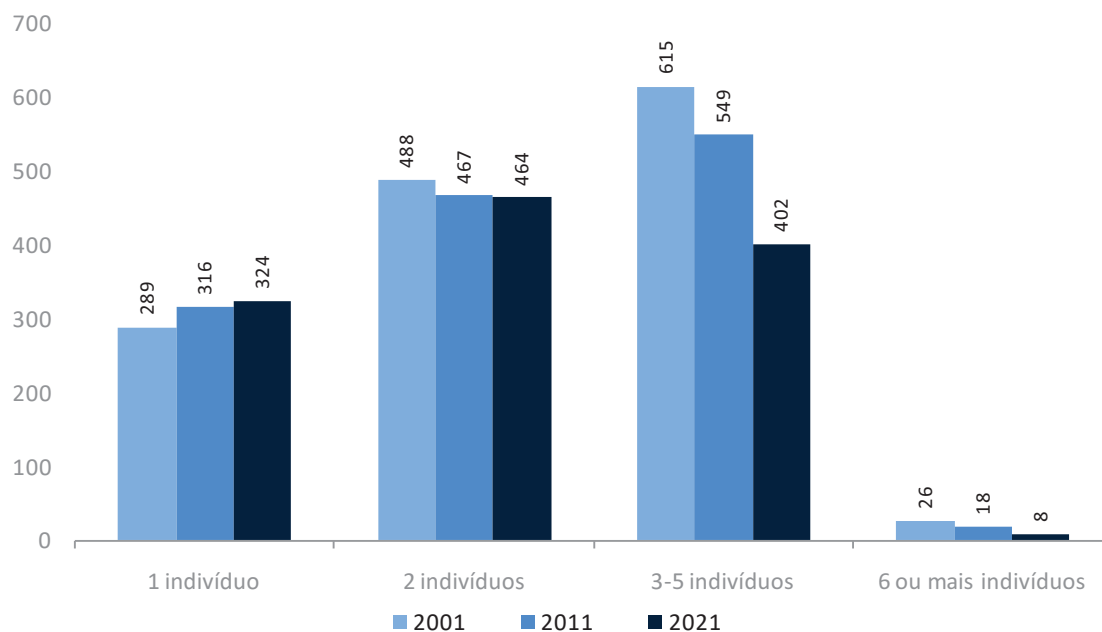
Tabela 4.3.1.: Famílias segundo os Censos, total (N.º) e por número de indivíduos (%), nos concelhos, na sub-região Alto Alentejo, na região Alentejo e em Portugal (2021)

	N. Total	Dimensão (%)			
		1 indivíduo	2 indivíduos	3 a 5 indivíduos	6 e mais indivíduos
Alter do Chão	1 288	30,3	37,3	31,5	0,9
Arronches	1 162	29,7	35,7	34,2	0,4
Avis	1 635	30,5	35,3	32,9	1,3
Campo Maior	3 191	25,0	32,3	41,0	1,7
Castelo de Vide	1 303	27,7	40,0	31,7	0,6
Crato	1 386	30,6	38,1	30,7	0,6
Elvas	8 579	28,2	34,3	36,0	1,5
Fronteira	1 198	27,0	38,7	33,6	0,7
Gavião	1 468	29,1	40,8	29,5	0,6
Marvão	1 290	29,8	38,8	30,8	0,6
Monforte	1 143	28,4	32,8	36,8	1,9
Nisa	2 656	32,6	37,9	29,0	0,5
Ponte de Sor	6 350	26,8	36,3	35,9	1,0
Portalegre	9 556	27,6	36,4	35,3	0,6
Sousel	1 872	29,5	35,9	33,9	0,7
Alto Alentejo	44 077	28,2	36,1	34,7	1,0
Alentejo	291 767	27,2	34,9	36,6	1,3

Portugal	4 149 096	24,8	33,3	40,2	1,7
----------	-----------	------	------	------	-----

Fonte: Pordata (INE; Recenseamentos Gerais da População)

Gráfico 4.3.1.: Famílias (N.º) segundo os Censos por número de indivíduos, no concelho de Fronteira (2001, 2011, 2021)



Fonte: Pordata (INE; Recenseamentos Gerais da População)

As alterações na dimensão das famílias indicam uma mudança na dinâmica familiar e na composição global das famílias na região. As implicações sociais desta tendência não devem ser subestimadas; famílias mais pequenas podem significar menos apoio para familiares idosos, por exemplo. A análise combinada da tabela 4.3.2. com o gráfico 4.3.2. permite perceber que, em Fronteira, 65,1% das famílias unipessoais correspondem a idosos que residem sozinhos (correspondendo a 211 das 324 famílias unipessoais). Esta é uma situação que pode traduzir-se numa maior vulnerabilidade dos idosos na medida em que pode resultar numa maior dificuldade financeira, falta de apoio social, declínio da saúde mental, maiores dificuldades com as tarefas do dia-a-dia e uma maior exposição a fraudes e crimes.

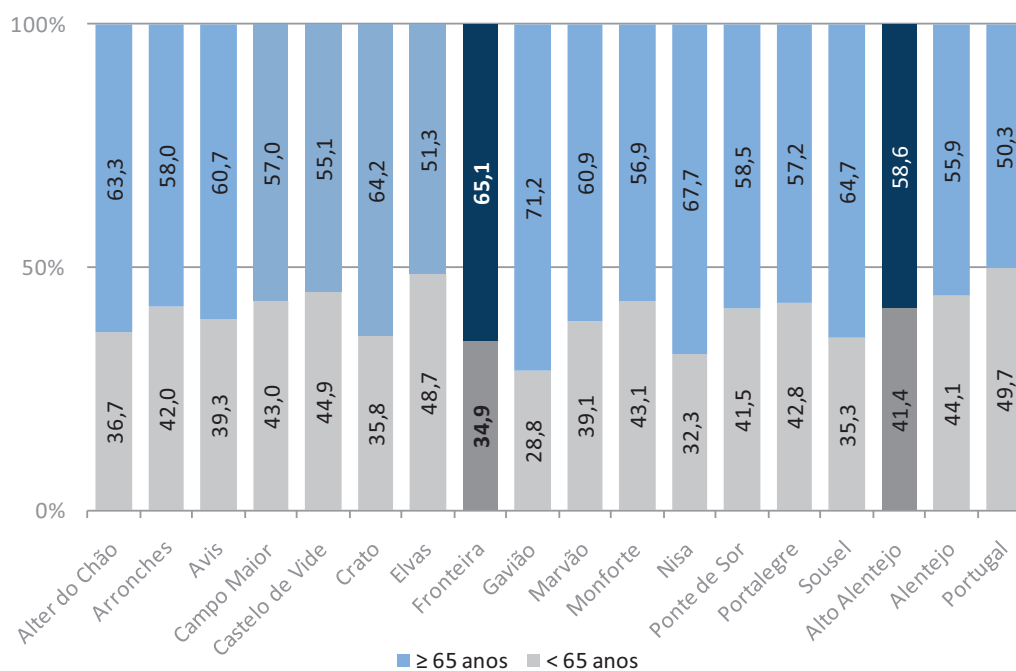
Decorre destas tendências a necessidade de uma atenção particular para o desenvolvimento de políticas locais de apoio e de suporte dirigidas a idosos que residem sozinhos e que incidam sobre as diferentes dimensões do problema. Nomeadamente: ações de proteção financeira que protejam os idosos contra fraudes e outros crimes financeiros; serviços de apoio, como programas de visitação, serviços de transporte, entre outros; desenvolvimento de redes de apoio, como grupos de convívio ou atividades comunitárias; capacitação de cuidadores, incluindo informações sobre saúde, segurança e bem-estar e campanhas de conscientização: para aumentar a sensibilização da comunidade para a situação dos idosos que estão sozinhos.

Tabela 4.3.2.: Famílias unipessoais (N.º) segundo os Censos, nos concelhos, na sub-região Alto Alentejo, na região Alentejo e em Portugal (2001, 2011, 2021)

	2001	2011	2021
Alter do Chão	370	368	390
Arronches	317	300	345
Avis	455	495	499
Campo Maior	495	610	798
Castelo de Vide	362	354	361
Crato	463	421	424
Elvas	1 581	2 013	2 416
Fronteira	289	316	324
Gavião	494	499	427
Marvão	356	391	384
Monforte	263	247	325
Nisa	959	906	865
Ponte de Sor	1 365	1 532	1 700
Portalegre	1 834	2 408	2 639
Sousel	560	557	552
Alto Alentejo	10 163	11 417	12 449
Alentejo	58 553	71 676	79 290
Portugal	631 762	866 827	1 027 871

Fonte: Pordata (INE; Recenseamentos Gerais da População)

Gráfico 4.3.2.: Famílias unipessoais (%) segundo os Censos (com menos de 65 anos e com 65 e mais anos), nos concelhos, na sub-região Alto Alentejo, na região Alentejo e em Portugal (2021)



Fonte: Pordata (INE; Recenseamentos Gerais da População)

4.3.2. Habitação

A habitação é considerada uma dimensão fundamental nas políticas sociais, pois afeta diretamente a qualidade de vida das pessoas e a sua inclusão na sociedade. Uma boa habitação proporciona segurança, conforto e bem-estar, além de ser uma componente importante na formação de comunidades saudáveis e coesas. As políticas habitacionais constituem, também, importantes instrumentos de combate à exclusão social e à pobreza, uma vez que muitas famílias com baixo rendimento enfrentam dificuldades para adquirir ou manter uma habitação adequada.

Como demonstrado anteriormente a região do Alentejo assistiu a uma diminuição significativa da sua população, essa tendência resultou num aumento do número de alojamentos de residência secundária ou vagos. Em muitos dos concelhos do Alto Alentejo a percentagem de alojamentos que constituem residência habitual não chega a cinquenta por cento do parque habitacional. O despovoamento da região tem provocado uma abundância de casas vagas disponíveis para venda, arrendamento ou devolutas excedendo largamente a média nacional. Esta mudança traz consigo tanto desafios como oportunidades. Por um lado, pode levar ao abandono de propriedades, deterioração da infraestrutura e a perda de património cultural e histórico. Por outro lado, pode igualmente, constituir uma oportunidade de atração para quem procura uma opção de estilo de vida residindo fora dos grandes centros urbanos. Fronteira inscreve-se nesta tendência de configuração do parque habitacional, em 2021, do total de 2565 alojamentos apenas 1198 constituíam residência habitual (cf. tabela 4.3.3.).

Tabela 4.3.3.: Alojamentos (N.º) por forma de ocupação segundo os Censos, nos concelhos, na sub-região Alto Alentejo, na região Alentejo e em Portugal (2021)

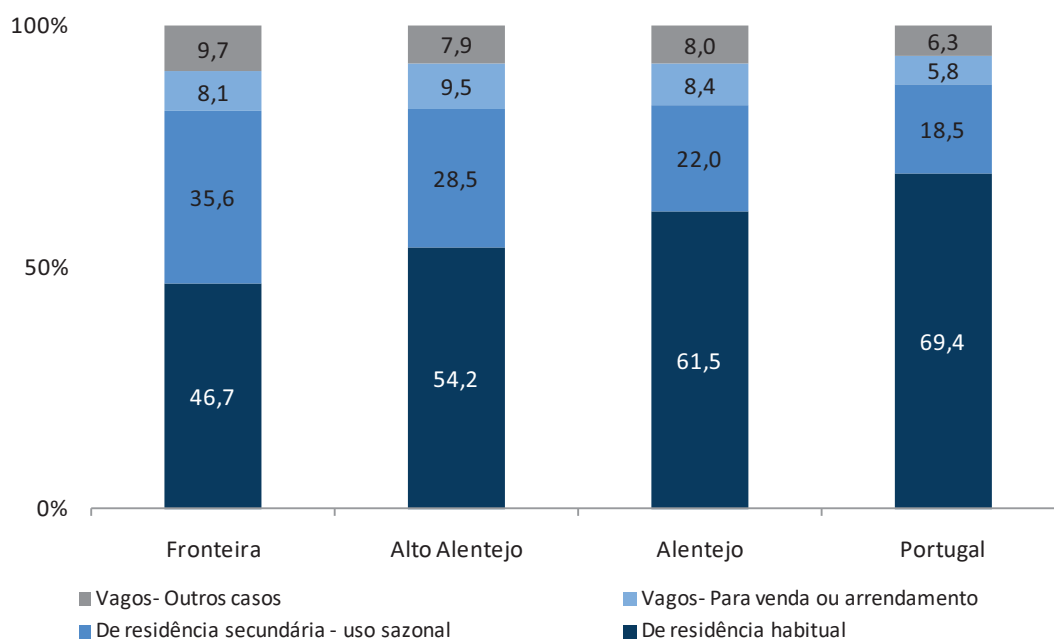
	De residência habitual	De residência secundária - uso sazonal	Vagos- Para venda ou arrendamento	Vagos- Outros casos	Total
Alter do Chão	1 282	1 156	366	205	3 009
Arronches	1 162	963	252	152	2 529
Avis	1 597	1 210	388	353	3 548
Campo Maior	3 191	1 191	346	406	5 134
Castelo de Vide	1 301	1 150	307	150	2 908
Crato	1 375	1 420	219	181	3 195
Elvas	8 565	2 118	1 587	1 141	13 411
Fronteira	1 198	912	207	248	2 565
Gavião	1 467	1 410	279	373	3 529
Marvão	1 288	1 036	256	380	2 960
Monforte	1 081	971	147	146	2 345
Nisa	2 653	3 340	548	606	7 147
Ponte de Sor	6 340	2 677	1 063	434	10 514
Portalegre	9 553	2 544	1 316	1 236	14 649
Sousel	1 872	1 010	409	383	3 674
Alto Alentejo	43 925	23 108	7 690	6 394	81 117

Alentejo	290 644	104 219	39 912	38 033	472 808
Portugal	4 142 581	1 104 881	348 097	375 118	5 970 677

Fonte: Pordata (INE; Recenseamentos Gerais da População)

O gráfico 4.3.3. evidencia um número significativo, 35,6%, de alojamentos que constituem residência secundária de uso sazonal no concelho de Fronteira. Esta tendência, como referido anteriormente, é uma consequência da dinâmica demográfica ocorrida neste território e expressa a existência de residentes sazonais. Muitos destes residentes sazonais têm ligação ao território e migraram para outras regiões ou países mantendo uma forte conexão com suas raízes. Trata-se de uma parte valiosa da comunidade que pode contribuir para o seu desenvolvimento a longo prazo na medida em que pode ser uma importante fonte de riqueza cultural e económica para os concelhos do Alto Alentejo. De facto, os residentes sazonais constituem um importante recurso na preservação de tradições e do património cultural, bem como no fortalecimento de laços sociais entre as gerações. O seu envolvimento tem, assim, o potencial de ajudar a melhorar a qualidade de vida na região.

Gráfico 4.3.3.: Alojamentos (%) segundo os Censos por forma de ocupação, no concelho de Fronteira, na sub-região Alto Alentejo, na região Alentejo e em Portugal (2021)

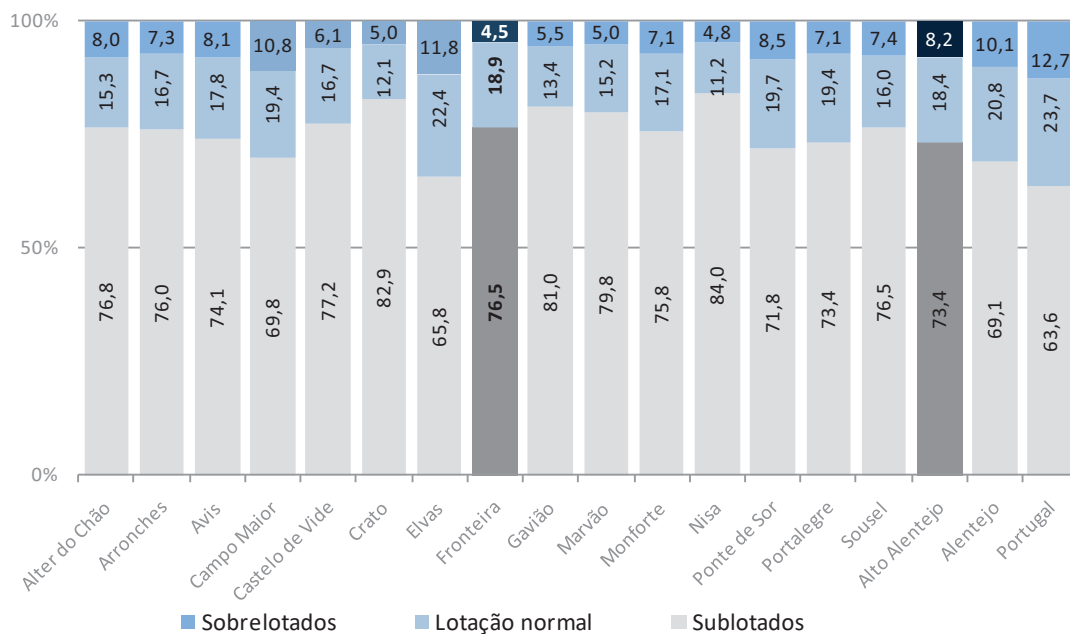


Fonte: Pordata (INE; Recenseamentos Gerais da População)

A lotação dos alojamentos é passível de ser usada como indicador de bem-estar social, ainda que deva ser considerada em conjunto com outros fatores. A lotação elevada pode indicar uma procura crescente por moradias, constituindo um sinal de crescimento económico e aumento da população. No entanto, a lotação excessiva também pode ser um indicador de falta de moradias acessíveis e problemas de habitação, especialmente se estiver associada a condições precárias de moradia. Portanto, é importante analisar a lotação dos edifícios em conjunto com outros indicadores para obter uma imagem mais

completa do bem-estar social de uma comunidade. O gráfico 4.3.4. permite constatar uma elevada percentagem (76,5%) de edifícios sublotados no concelho de Fronteira (correspondendo a um total de 917 edifícios), acima do verificado na sub-região do Alto Alentejo e na realidade nacional. Esta tendência deve ser considerada como uma consequência do processo mais alargado de despovoamento que tem ocorrido na região resultando em edifícios vazios ou parcialmente vazios.

Gráfico 4.3.4.: Alojamentos (%) segundo os Censos por índice de lotação, nos concelhos, na sub-região Alto Alentejo, na região Alentejo e em Portugal (2021)



Fonte: Pordata (INE; Recenseamentos Gerais da População)

Analisando de forma mais pormenorizada a situação dos alojamentos que constituem residência habitual dos seus ocupantes (tabela 4.3.4.) é possível confirmar que a tendência para a diminuição deste tipo de alojamento tem acelerado na última década. Em Fronteira, a maioria (76,8%) dos alojamentos são ocupados pelos seus proprietários. Esta é, aliás uma tendência generalizada em Portugal que tem uma das maiores taxas de propriedade de habitação na Europa, com cerca de 70% das famílias a possuírem a sua própria casa. Isso reflete uma cultura forte de investimento imobiliário e uma tradição de propriedade da casa própria como forma de poupança e segurança financeira.

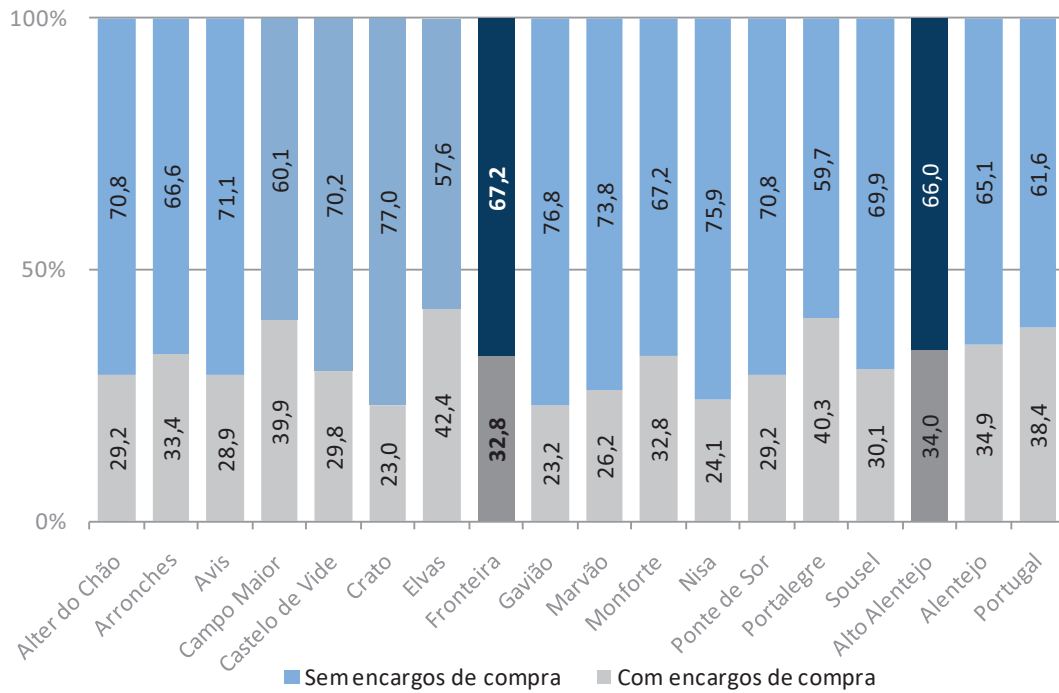
Tabela 4.3.4.: Alojamentos (N.º) de residência habitual segundo os Censos, nos concelhos, na sub-região Alto Alentejo, na região Alentejo e em Portugal (2001, 2011, 2021)

	N.º de alojamentos de residência habitual			Ocupados por (2021)	
	2001	2011	2021	Proprietários (%)	Não proprietários (%)
Alter do Chão	1 548	1 441	1 282	73,9	26,1
Arronches	1 341	1 244	1 162	70,1	29,9
Avis	1 977	1 827	1 597	75,8	24,2
Campo Maior	2 928	3 119	3 191	72,6	27,4
Castelo de Vide	1 515	1 404	1 301	72,5	27,5
Crato	1 766	1 535	1 375	83,4	16,6
Elvas	8 258	8 847	8 565	65,6	34,4
Fronteira	1 407	1 349	1 198	76,8	23,2
Gavião	2 002	1 732	1 467	86,3	13,7
Marvão	1 628	1 472	1 288	69,4	30,6
Monforte	1 210	1 196	1 081	75,4	24,6
Nisa	3 639	3 209	2 653	86,5	13,5
Ponte de Sor	6 757	6 554	6 340	73,5	26,5
Portalegre	9 680	10 111	9 553	68,3	31,7
Sousel	2 296	2 062	1 872	77,0	23,0
Alto Alentejo	47 952	47 102	43 925	72,4	27,6
Alentejo	285 913	298 767	290 644	73,6	26,4
Portugal	3 551 229	3 991 112	4 142 581	70,0	30,0

Fonte: Pordata (INE; Recenseamentos Gerais da População)

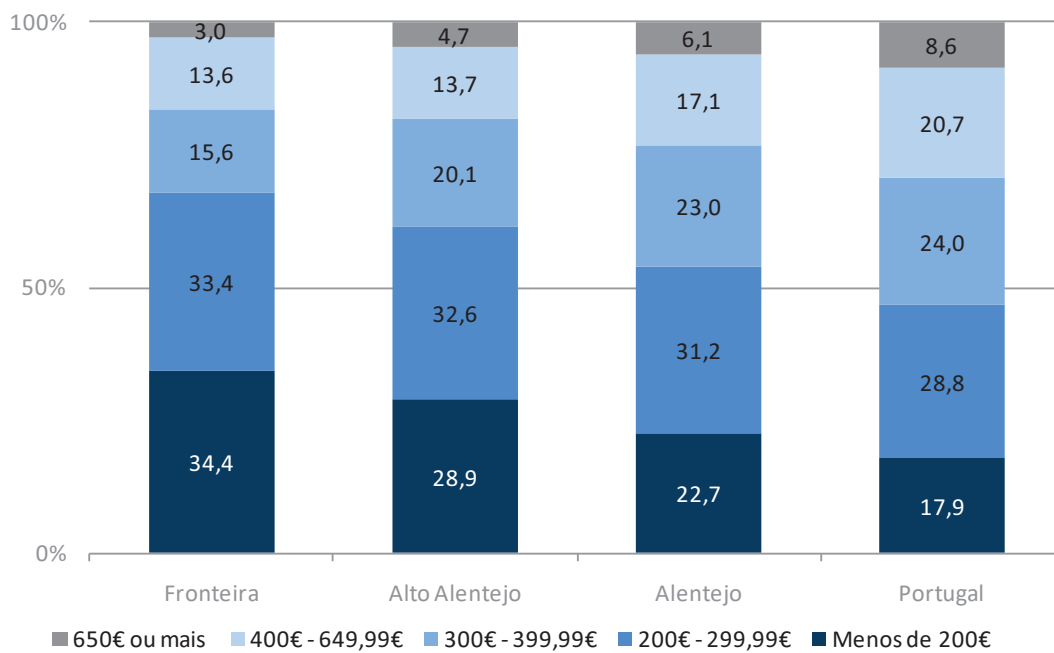
Os encargos financeiros com a prestação da casa constituem um dos fatores de vulnerabilidade das famílias para fazer face a situações de crise financeira. O gráfico 4.3.5. permite constatar que o número relativo de proprietários com encargos de compra é, em Fronteira, de 32,8% (correspondendo a 302 dos 920 proprietários), um valor bastante baixo quando comparado com o verificado na realidade nacional que se situa nos 38%. Também ao nível da estrutura dos escalões de encargos de compra, patente no gráfico 4.3.6., é possível verificar que o valor dos empréstimos tende a ser inferior neste concelho quando comparado com a situação nacional. A conjugação destes indicadores releva alguma resiliência do território, nesta questão em particular, na medida em que proprietários sem encargos de empréstimos são geralmente considerados menos vulneráveis a situações de crise financeira, tendo maior flexibilidade para lidar com possíveis mudanças económicas adversas.

Gráfico 4.3.5.: Alojamentos (%) segundo os Censos ocupados por proprietários por existência de encargos de compra, nos concelhos, na sub-região Alto Alentejo, na região Alentejo e em Portugal (2021)



Fonte: Pordata (INE; Recenseamentos Gerais da População)

Gráfico 4.3.6.: Alojamentos (%) segundo os Censos ocupados por proprietários por escalão de encargos de compra, no concelho de Fronteira, na sub-região Alto Alentejo, na região Alentejo e em Portugal (2021)



Fonte: Pordata (INE; Recenseamentos Gerais da População)

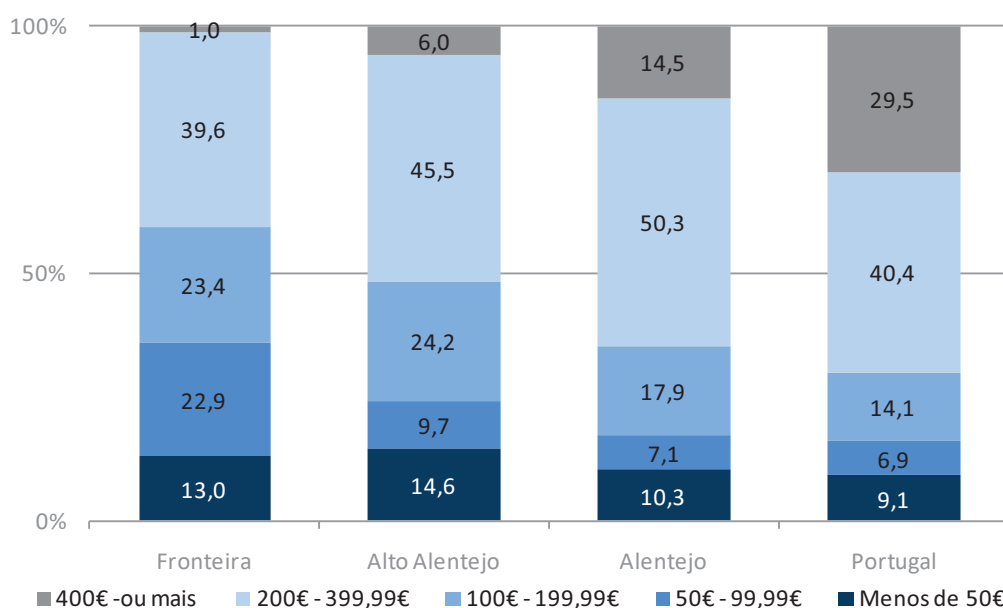
No que ao mercado de arrendamento diz respeito, a tabela 4.3.5. permite observar que um número significativo dos contratos de arrendamento (55,2%), no concelho de Fronteira, é relativamente recente, posterior ao ano 2012. Este é, ainda assim, um valor que se situa aquém do registado a nível nacional (65%). Os contratos antigos, geralmente, têm preços de arrendamento mais baixos do que os contratos recentes o que, em parte, explica os valores das rendas apresentados no gráfico 4.3.7. Como é possível verificar, a proporção de contratos de rendas baixas é, neste concelho, superior ao verificado na realidade nacional: em Fronteira, 35,9% dos contratos dizem respeito a rendas inferiores a 100 euros, sendo este valor em Portugal de apenas 16%. Refira-se que o valor do contrato de arrendamento é definido por uma combinação de fatores, como a localização e condições do imóvel, e não apenas pela antiguidade do contrato.

Tabela 4.3.5.: Alojamentos (N.º) ocupados por inquilinos, por época de contrato de arrendamento, nos concelhos, na sub-região Alto Alentejo, na região Alentejo e em Portugal (2021)

	Antes de 1990	1991 – 2005	2006 – 2011	2012 – 2016	2017 – 2021
Alter do Chão	44	43	27	31	80
Arronches	50	49	37	31	89
Avis	27	21	19	31	83
Campo Maior	116	36	43	152	311
Castelo de Vide	22	18	26	51	109
Crato	9	26	7	27	63
Elvas	390	209	220	412	990
Fronteira	24	37	25	28	78
Gavião	1	2	7	22	76
Marvão	47	47	33	46	118
Monforte	23	15	21	32	65
Nisa	25	10	23	41	100
Ponte de Sor	106	79	84	200	589
Portalegre	436	215	265	389	984
Sousel	48	17	25	50	116
Alto Alentejo	1 368	824	862	1 543	3 851
Alentejo	7 171	3 539	4 257	9 086	25 356
Portugal	151 620	89 108	82 953	181 553	417 576

Fonte: Pordata (INE; Recenseamentos Gerais da População)

Gráfico 4.3.7.: Alojamentos (%) segundo os Censos ocupados por inquilinos, por escalão de renda, no concelho de Fronteira, na sub-região Alto Alentejo, na região Alentejo e em Portugal (2021)



Fonte: Pordata (INE; Recenseamentos Gerais da População)

Os alojamentos coletivos são alojamentos que se destinam a albergar um grupo numeroso de pessoas. O INE classifica este tipo de habitação em: i) “alojamento de convivência”, habitado por um grupo numeroso de pessoas submetidas a uma autoridade ou a um regime comum e ligadas por um objetivo ou interesses pessoais comuns (exemplos: estabelecimentos prisionais, militares, religiosos, de saúde, de educação e de apoio social) e, ii) “alojamento de hotelaria e similar” que alberga mais do que uma família sem objetivos comuns e segundo um determinado preço, tal como um hotel ou uma pensão. A tabela 4.3.6. permite observar um crescimento de população residente neste tipo de alojamentos ao longo das duas últimas décadas, de facto, em Fronteira, entre 2001 e 2021, o aumento foi de 31,4%. É possível, igualmente, verificar que a maioria das situações de 144 indivíduos institucionalizados, em 2021, diz respeito a residentes em estruturas de apoio social (93,3%). O aumento do envelhecimento da população e a falta de alternativas de cuidado a longo prazo, como cuidados em casa, são fatores que explicam este aumento da população institucionalizada.

Tabela 4.3.6.: População residente nos alojamentos coletivos segundo os Censos, total (N.º) e por tipo de alojamento (%), nos concelhos, na sub-região Alto Alentejo, na região Alentejo e em Portugal (2001, 2011, 2021)

	População residente nos alojamentos coletivos			População residente em alojamentos coletivos por tipo de alojamento coletivo em 2021		
	2001	2011	2021	Apoio social (%)	Saúde (%)	Outros ¹⁸ (%)
Alter do Chão	99	188	190	88,4	11,6	0,0
Arronches	95	195	210	100,0	0,0	0,0
Avis	134	213	144	99,3	0,0	0,7
Campo Maior	105	91	108	84,3	0,0	15,7
Castelo de Vide	132	174	240	95,0	0,0	5,0
Crato	185	227	243	90,1	0,0	9,9
Elvas	386	536	588	70,4	13,6	16,0
Fronteira	102	104	134	93,3	0,0	6,7
Gavião	160	221	234	99,6	0,0	0,4
Marvão	115	126	206	100,0	0,0	0,0
Monforte	211	227	263	50,6	47,1	2,3
Nisa	124	297	342	98,2	0,0	1,8
Ponte de Sor	241	365	503	94,2	5,2	0,6
Portalegre	327	447	571	85,3	0,0	14,7
Sousel	95	131	173	100,0	0,0	0,0
Alto Alentejo	2 511	3 542	4 149	87,7	6,1	6,2
Alentejo	13 307	16 100	19 498	79,6	3,0	17,3
Portugal	103 573	130 212	151 182	77,2	6,7	16,2

Fonte: Pordata (INE; Recenseamentos Gerais da População)

4.3.3. Emprego e mercado de trabalho

O emprego e o mercado de trabalho são indicadores importantes de bem-estar social. O emprego garante um rendimento regular, o que permite às pessoas satisfazer as suas necessidades básicas e melhorar a sua qualidade de vida. Além disso, o trabalho pode oferecer uma sensação de propósito e realização, bem como oportunidades de desenvolvimento pessoal e profissional. O mercado de trabalho reflete a saúde económica de uma comunidade. Um mercado de trabalho dinâmico e robusto, geralmente, favorece o crescimento económico, uma taxa de desemprego baixa e a disponibilidade de empregos com boas condições e salários justos. Tudo isto pode contribuir para a segurança financeira das pessoas e para a redução da pobreza e da exclusão social.

¹⁸ Inclui alojamentos coletivos como hotéis, alojamento de convivência de natureza religiosa, prisional e outras.

Na tabela 4.3.7. são apresentados os valores da taxa de atividade que representa a mão-de-obra disponível para trabalhar (incluindo trabalhadores, com 15 e mais anos, que estão empregados e desempregados) por cada 100 pessoas residentes¹⁹. Como é possível verificar, Fronteira apresenta uma taxa de atividade menor em comparação com a realidade nacional. A explicar esta tendência encontramos o envelhecimento da população que tem um impacto negativo direto na taxa de atividade. No gráfico 4.3.8. é possível observar a taxa de atividade registada em cada um dos diferentes grupos etários.

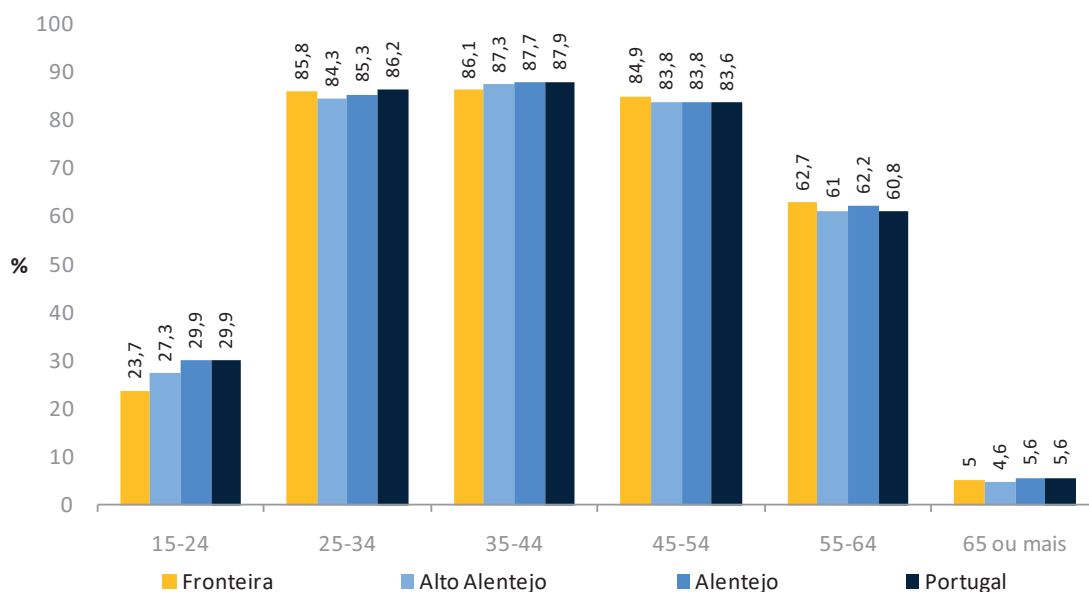
Tabela 4.3.7.: Taxa de atividade (%) segundo os Censos, nos concelhos, na sub-região Alto Alentejo, na região Alentejo e em Portugal (2001, 2011, 2021)

	2001	2011	2021
Alter do Chão	42,3	44,4	41,2
Arronches	45,1	45,6	48,1
Avis	47,4	45,5	45,8
Campo Maior	52,8	54,0	52,5
Castelo de Vide	47,1	43,5	45,4
Crato	43,1	42,2	41,2
Elvas	51,0	52,2	50,7
Fronteira	50,2	50,2	45,4
Gavião	36,3	36,3	37,3
Marvão	43,8	42,6	43,9
Monforte	45,6	46,1	44,2
Nisa	38,6	39,1	40,5
Ponte de Sor	51,3	50,7	47,5
Portalegre	53,6	53,0	50,7
Sousel	48,0	47,3	45,9
Alto Alentejo	48,7	48,8	47,6
Alentejo	52,7	52,4	50,8
Portugal	57,4	55,9	53,5

Fonte: Pordata (INE; Recenseamentos Gerais da População)

¹⁹ Poderão verificar-se incongruências dos valores apresentados na tabela com outras fontes estatísticas. O indicador considerado para efeitos deste trabalho tem por base o recenseamento direto. Outras fontes poderão basear-se em inquérito amostra e em diferentes pressupostos.

Gráfico 4.3.8.: Taxa de atividade (%) segundo os Censos por grupo etário, no concelho de Fronteira, na sub-região Alto Alentejo, na região Alentejo e em Portugal (2021)



Fonte: Pordata (INE; Recenseamentos Gerais da População)

A tabela 4.3.8. e o gráfico 4.3.9. conferem uma perceção mais pormenorizada da dinâmica da população ativa, permitindo perceber uma diminuição acentuada, em Fronteira, nas últimas duas décadas, apresentando uma taxa de variação negativa de -28,7%, entre 2001 e 2021. Quanto à composição da população ativa em termos do sexo, verifica-se uma igual proporção de homens e mulheres, à semelhança do verificado na realidade nacional.

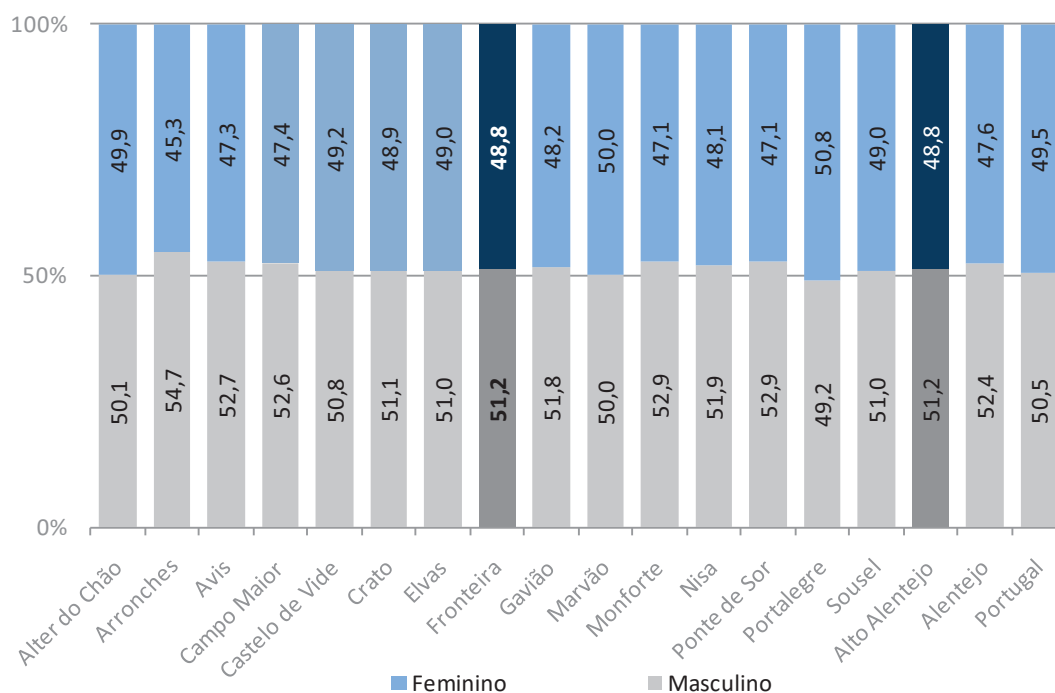
Tabela 4.3.8.: População ativa (N.º) segundo os Censos, nos concelhos, na sub-região Alto Alentejo, na região Alentejo e em Portugal (2001, 2011, 2021)

	2001	2011	2021	Varição % (2001-2021)
Alter do Chão	1 464	1 410	1 116	-23,8
Arronches	1 352	1 292	1 199	-11,3
Avis	2 153	1 842	1 551	-28,0
Campo Maior	3 746	3 859	3 601	-3,9
Castelo de Vide	1 582	1 332	1 281	-19,0
Crato	1 686	1 416	1 210	-28,2
Elvas	10 009	10 180	9 044	-9,6
Fronteira	1 632	1 493	1 163	-28,7
Gavião	1 613	1 369	1 167	-27,7
Marvão	1 572	1 355	1 200	-23,7
Monforte	1 348	1 309	1 139	-15,5
Nisa	2 994	2 634	2 228	-25,6
Ponte de Sor	7 983	7 409	6 428	-19,5

Portalegre	12 056	11 480	9 948	-17,5
Sousel	2 420	2 097	1 778	-26,5
Alto Alentejo	53 610	50 477	44 053	-17,8
Alentejo	352 949	342 654	313 915	-11,1
Portugal	4 990 208	5 023 367	4 817 978	-3,5

Fonte: Pordata (INE; Recenseamentos Gerais da População)

Gráfico 4.3.9.: População ativa (%) segundo os Censos por sexo, nos concelhos, na sub-região Alto Alentejo, na região Alentejo e em Portugal (2021)



Fonte: Pordata (INE; Recenseamentos Gerais da População)

A configuração do emprego em termos de setor de atividade é apresentada na tabela 4.3.9. e no gráfico 4.3.10. A sua análise permite perceber que o setor terciário é o que mais tem crescido em Fronteira, estando em linha com o verificado em Portugal. O setor dos serviços representa assim uma fatia significativa da economia da região e do emprego gerado (68,7% do total do emprego). O setor primário é menos expressivo na criação de emprego na região, mas apresenta um peso relativo elevado (15,8%) quando comparado com a realidade nacional (2,9%). A agricultura e a pecuária representam, assim, atividades com importância relativa na criação de emprego no concelho, ainda que, como se pode verificar no gráfico 4.3.10., a sua importância venha a diminuir nas últimas décadas. No que respeita ao setor secundário, a sua importância na criação de emprego em Fronteira, representando 15,5% do emprego total, situa-se abaixo do verificado em Portugal (24,8%).

As tendências observadas representam uma mudança na estrutura da economia, com o aumento do setor de serviços em relação ao setor industrial e agrícola. Esta é uma tendência iniciada no século XX que se tem verificado nos países desenvolvidos impulsionada por uma série de fatores, como a urbanização ou a globalização da economia. Este setor dos serviços, em forte expansão, integra uma ampla gama de

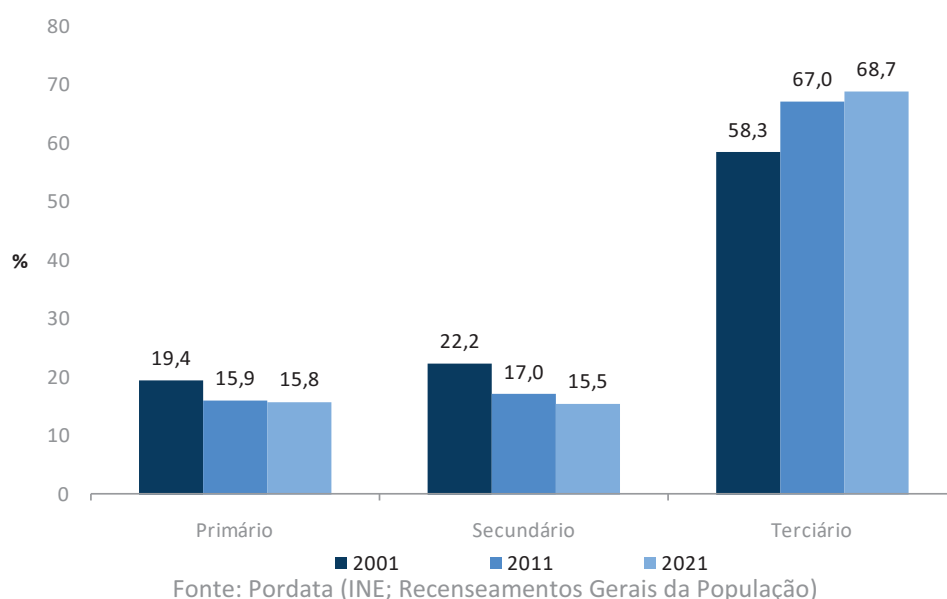
atividades económicas, como o comércio, o turismo, a saúde e a educação e tem sido um motor importante do crescimento económico local, regional e nacional.

Tabela 4.3.9.: População empregada (N.º e %) segundo os Censos por setor de atividade económica, nos concelhos, na sub-região Alto Alentejo, na região Alentejo e em Portugal (2021)

	N.º			%		
	Primário	Secundário	Terciário	Primário	Secundário	Terciário
Alter do Chão	156	133	746	15,1	12,9	72,1
Arronches	139	168	836	12,2	14,7	73,1
Avis	254	230	936	17,9	16,2	65,9
Campo Maior	229	1 004	2 126	6,8	29,9	63,3
Castelo de Vide	78	187	949	6,4	15,4	78,2
Crato	92	208	820	8,2	18,6	73,2
Elvas	711	1 257	6 096	8,8	15,6	75,6
Fronteira	172	169	749	15,8	15,5	68,7
Gavião	84	209	784	7,8	19,4	72,8
Marvão	99	161	872	8,7	14,2	77,0
Monforte	172	119	758	16,4	11,3	72,3
Nisa	165	385	1 510	8,0	18,7	73,3
Ponte de Sor	820	1 218	3 880	13,9	20,6	65,6
Portalegre	449	1 610	7 309	4,8	17,2	78,0
Sousel	293	301	1 041	17,9	18,4	63,7
Alto Alentejo	3 913	7 359	29 412	9,6	18,1	72,3
Alentejo	32 784	58 792	200 693	11,2	20,1	68,7
Portugal	130 145	1 096 498	3 199 818	2,9	24,8	72,3

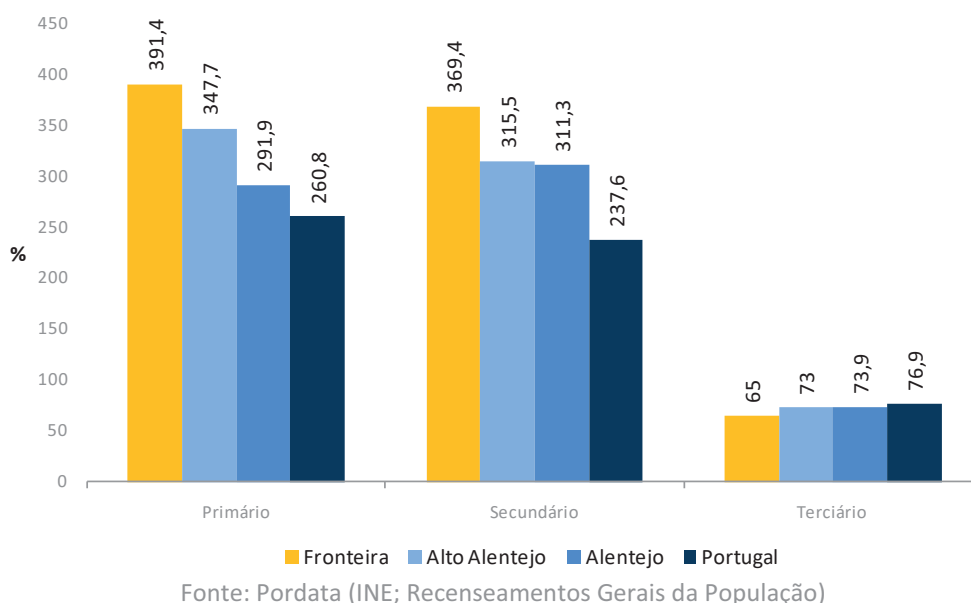
Fonte: Pordata (INE; Recenseamentos Gerais da População)

Gráfico 4.3.10.: População empregada (%) segundo os Censos por setor de atividade económica, no concelho de Fronteira (2001, 2011, 2021)



No gráfico 4.3.11. é apresentada a relação de masculinidade (número de homens por cada 100 mulheres) da população empregada do concelho de Fronteira em cada um dos setores de atividade. A sua análise permite perceber uma relação entre o sexo e a natureza da atividade realizada. No caso em particular de Fronteira, nas atividades relacionadas com o setor primário existe uma predominância do sexo masculino (numa proporção de 391 homens para cada 100 mulheres a empregadas no setor). A relação inverte-se no sector terciário em que há uma predominância de mulheres empregadas (65 homens para cada 100 mulheres). Estas diferenças de sexo nos setores de atividade são influenciadas por fatores culturais, políticos e económicos e, por isso, passíveis de se irem alterando ao longo do tempo.

Gráfico 4.3.11.: Relação de masculinidade da população empregada (rácio - %) segundo os Censos por setor de atividade económica no concelho de Fronteira (2021)



A maioria da população empregada no concelho de Fronteira tem a sua situação profissional enquadrada na categoria de trabalhador por conta de outrem (78,4%, cf. tabela 4.3.10.). Esta é a situação que tipicamente enquadra a situação na profissional dos trabalhadores em Portugal (77,6%). Quanto ao vínculo laboral da população empregada na situação de trabalhador por conta de outrem, tabela 4.3.11., o contrato sem termo tipifica a maioria das situações (71,7%) no concelho de Fronteira, à semelhança do verificado a nível nacional (66,3%).

Tabela 4.3.10.: População empregada (%) segundo os Censos por situação na profissão principal, nos concelhos, na sub-região Alto Alentejo, na região Alentejo e em Portugal (2021)

	Trabalhador por conta própria como empregador	Trabalhador por conta própria como isolado	Trabalhador por conta de outrem	Outra
Alter do Chão	9,2	10,5	77,7	2,6
Arronches	8,2	10,6	78,9	2,3
Avis	8,4	9,0	81,0	1,6
Campo Maior	7,1	7,1	83,6	2,1
Castelo de Vide	9,8	11,4	76,5	2,3
Crato	6,2	13,3	77,3	3,2
Elvas	10,9	8,1	77,4	3,5
Fronteira	9,0	9,7	78,4	2,8
Gavião	8,1	8,3	81,3	2,3
Marvão	5,9	17,5	75,6	1,0
Monforte	7,0	9,9	81,0	2,1
Nisa	10,2	12,9	74,3	2,6
Ponte de Sor	8,8	9,4	79,4	2,4
Portalegre	8,2	7,7	81,7	2,3
Sousel	10,0	9,6	78,0	2,4
Alto Alentejo	8,9	9,2	79,4	2,6
Alentejo	9,7	9,2	79,0	2,2
Portugal	10,6	9,5	77,6	2,3

Fonte: Pordata (INE; Recenseamentos Gerais da População)

Tabela 4.3.11.: Trabalhadores por conta de outrem por tipo de contrato (N.º e %), nos concelhos e na região do Alto Alentejo, no Alentejo e em Portugal (2019)

	N.º		%	
	Contrato a termo / a prazo	Contrato permanente / sem termo	Contrato a termo / a prazo	Contrato permanente / sem termo
Alter do Chão	150	316	32,2	67,8
Arronches	103	416	19,8	80,2
Avis	377	560	40,2	59,8
Campo Maior	461	2 264	16,9	83,1

Castelo de Vide	140	428	24,6	75,4
Crato	116	365	24,1	75,9
Elvas	1 866	2 450	43,2	56,8
Fronteira	123	311	28,3	71,7
Gavião	86	297	22,5	77,5
Marvão	140	294	32,3	67,7
Monforte	183	371	33,0	67,0
Nisa	198	563	26,0	74,0
Ponte de Sor	931	2023	31,5	68,5
Portalegre	962	3459	21,8	78,2
Sousel	262	525	33,3	66,7
Alto Alentejo	6 098	14 642	29,4	70,6
Alentejo	62 643	107 310	36,9	63,1
Portugal	989 659	1 947 834	33,7	66,3

Fonte: Pordata (GEP/MTSSS [até 2009] | GEE/MEc [2010 a 2012] | GEP/MSESS, MTSSS [a partir de 2013] - Quadros de Pessoal DGERT/MTSSS)

O nível de desemprego constitui um importante indicador social pois tem repercussão direta na capacidade financeira das famílias limitando a capacidade de consumo e condicionando, por vezes, o acesso à satisfação de necessidades básicas. O número médio de inscritos nos centros de emprego no total da população (tabela 4.3.12.) sofreu, no concelho de Fronteira, algumas oscilações ao longo das últimas décadas situando-se em 2021 em 7,7%, um valor superior ao ocorrido em Portugal (5,9%). Este é um fenómeno que atinge de forma diferenciada homens e mulheres (cf. gráfico 4.3.12.).

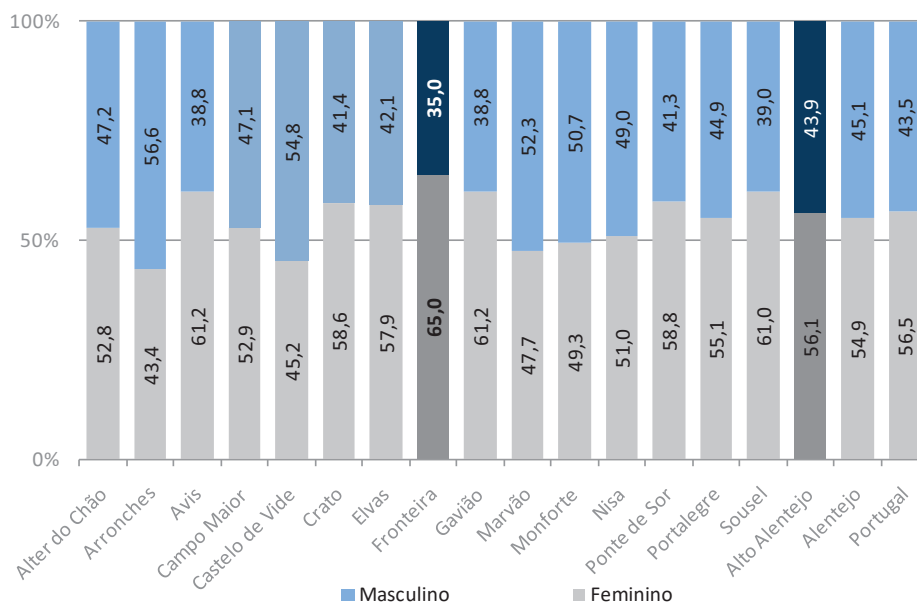
Tabela 4.3.12.: Desempregados (%) inscritos nos centros de emprego e de formação profissional no total da população residente com 15 a 64 anos, nos concelhos e na região do Alto Alentejo, no Alentejo e em Portugal (2001, 2011, 2021)

	2001	2011	2021
Alter do Chão	7,7	7,4	7,7
Arronches	3,3	5,9	3,3
Avis	6,5	7,6	8,5
Campo Maior	4,6	7,9	8,4
Castelo de Vide	5,9	5,0	4,3
Crato	9,1	8,4	7,8
Elvas	5,4	9,7	7,9
Fronteira	8,6	9,2	7,7
Gavião	9,5	9,4	5,0
Marvão	5,9	4,5	5,2
Monforte	5,3	9,4	8,0
Nisa	6,2	6,8	6,3
Ponte de Sor	7,7	12,7	5,3
Portalegre	5,5	7,8	4,4
Sousel	6,4	6,0	7,1
Alto Alentejo	6,2	8,7	6,3
Alentejo	6,4	7,3	5,3

Portugal	4,7	7,9	5,9
----------	-----	-----	-----

Fonte: Pordata (INE - Estimativas Anuais da População Residente; IEFP/MTSSS-METD) Nota: a fonte indica dados provisórios referentes ao ano 2021

Gráfico 4.3.12.: Desempregados (média anual - %) inscritos nos centros de emprego e de formação profissional por sexo, nos concelhos, na sub-região Alto Alentejo, na região Alentejo e em Portugal (2001, 2011, 2021)



Fonte: Pordata (IEFP/MTSSS-METD)

A análise do desemprego por grupo etário (tabela 4.3.13.) permite identificar os mais jovens como o grupo mais vulnerável, tanto a nível concelhio (24,1% do grupo etário 15-24 anos e 6,0% do grupo etário 25-34 anos) como nacional (18,7% do grupo etário 15-24 anos e 9,4% do grupo etário 25-34 anos). Os jovens são um grupo particularmente vulnerável a situações de exclusão social nomeadamente nas situações em que não participam do mercado de trabalho e, simultaneamente, se encontram fora do sistema educativo. São um grupo que, a longo prazo, enfrenta maiores dificuldades de inserção social, na medida em que acumula entraves na procura de emprego, como a falta de qualificações, de experiência ou formação. É, pois, importante estar atento aos jovens que não estudam nem trabalham, pois podem enfrentar dificuldades em termos de empregabilidade e integração social, o que pode levar a problemas como pobreza, falta de perspetivas de futuro e dependência de apoio social.

Tabela 4.3.13.: Taxa de desemprego (%) segundo os Censos por grupo etário, nos concelhos, na sub-região Alto Alentejo, na região Alentejo e em Portugal (2021)

	15-24	25-34	35-44	45-54	55-64	65 ou mais
Alter do Chão	17,9	11,9	6,7	4,8	5,5	2,4
Arronches	7,5	7,8	2,4	3,7	5,4	5,4
Avis	24,4	8,3	7,7	6,5	7,3	1,7
Campo Maior	19,3	8,9	5,1	4,7	5,5	1,9
Castelo de Vide	18,8	4,7	6,7	2,9	5,0	0,0
Crato	19,4	10,8	4,4	6,1	7,6	6,5
Elvas	24,0	12,3	10,5	9,2	8,9	3,6
Fronteira	24,1	6,0	4,8	3,7	6,6	8,3
Gavião	22,1	14,6	8,5	4,7	4,3	0,0
Marvão	11,1	6,0	4,9	4,4	6,8	4,5
Monforte	27,8	9,7	4,2	7,9	5,9	0,0
Nisa	23,3	10,4	6,9	6,1	5,1	3,8
Ponte de Sor	16,4	10,6	8,0	5,3	7,4	1,9
Portalegre	19,4	8,7	4,8	3,9	5,0	1,3
Sousel	19,0	12,3	7,1	6,0	6,1	4,7
Alto Alentejo	20,2	10,1	6,8	5,7	6,5	2,7
Alentejo	17,2	8,5	5,9	5,4	6,1	2,5
Portugal	18,7	9,4	6,9	6,6	7,7	3,0

Fonte: Pordata (INE; Recenseamentos Gerais da População)

4.3.4. Nível de vida

A avaliação do nível de vida permite obter uma visão mais abrangente da situação social dos diferentes concelhos da sub-região do Alto Alentejo. A sua análise possibilita uma melhor perceção do bem-estar dos indivíduos e das comunidades, levando em consideração fatores que afetam a qualidade de vida, como o poder de compra ou o rendimento. Para além disso, o nível de vida pode ser útil para identificar desigualdades sociais, regionais e económicas entre diferentes comunidades.

O índice de poder de compra *per capita* dos concelhos da sub-região do Alto Alentejo permite constatar uma tendência de convergência ao longo das últimas décadas (cf. tabela 4.3.14.) relativamente à realidade nacional. Ainda assim, apesar da evolução positiva deste indicador, constata-se um menor poder de compra nesta região relativamente à média nacional. Na situação particular do concelho de Fronteira o índice de poder de compra ascendia, em 2019, a 76,6% do valor nacional (cf. tabela 4.3.14. e gráfico 4.3.13.).

Tabela 4.3.14.: Poder de compra per capita (índice - %), nos concelhos, na sub-região Alto Alentejo, na região Alentejo e em Portugal (2000, 2011, 2019)

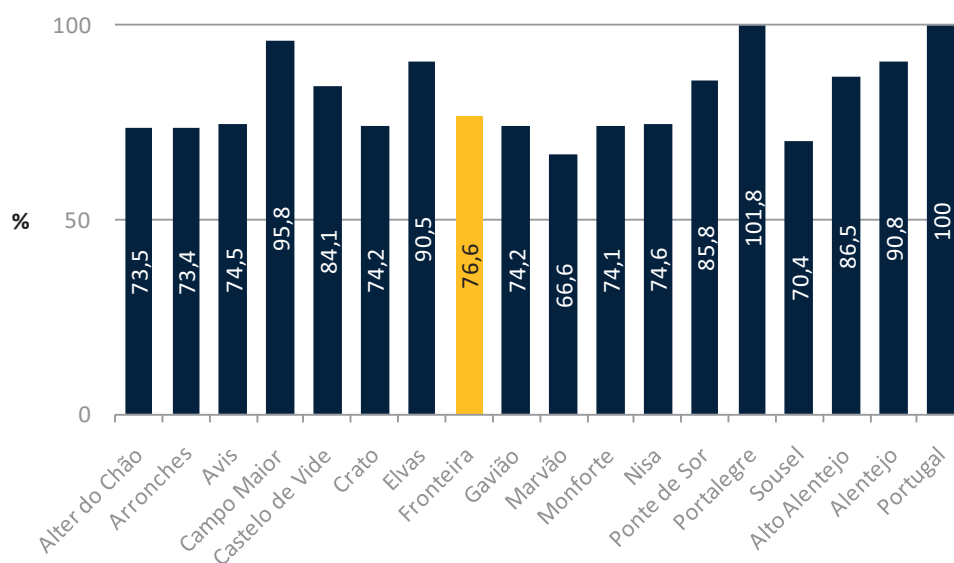
	2000	2011	2019
Alter do Chão	57,9	70,2	73,5
Arronches	58,8	68,1	73,4

Avis	51,3	69,4	74,5
Campo Maior	73,8	90,0	95,8
Castelo de Vide	67,2	76,1	84,1
Crato	49,3	68,6	74,2
Elvas	72,1	84,9	90,5
Fronteira	55,7	72,0	76,6
Gavião	46,6	63,4	74,2
Marvão	55,9	61,2	66,6
Monforte	48,6	64,0	74,1
Nisa	58,3	67,4	74,6
Ponte de Sor	66,9	80,6	85,8
Portalegre	95,3	102,0	101,8
Sousel	56,9	66,1	70,4
Alto Alentejo	x	81,7	86,5
Alentejo	71,8	88,0	90,8
Portugal	100,0	100,0	100,0

Legenda: x – valor não disponível

Fonte: Pordata (INE - Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio)

Gráfico 4.3.13.: Poder de compra per capita (média anual), nos concelhos, na sub-região Alto Alentejo, na região Alentejo e em Portugal (2001, 2011, 2021)



Fonte: Pordata (INE - Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio)

O poder de compra não é determinado apenas pelo salário pois existem outros fatores que influenciam o poder aquisitivo das famílias, tais como a existência de outras fontes de rendimento, os preços de bens e serviços, a inflação, as taxas de juros ou os impostos. Portanto, o poder de compra é uma medida complexa que envolve diversos fatores económicos e sociais, não se limitando apenas ao salário. Ainda assim, o salário constitui a principal fonte de rendimento disponível das famílias portuguesas. Neste indicador, verificamos que os trabalhadores por conta de outrem, no concelho de Fronteira,

auferiam, em 2019, uma remuneração base média mensal de 769€ (cf. tabela 4.3.15.) situando-se abaixo do verificado na região Alentejo e em Portugal.

Tabela 4.3.15.: Remuneração base média mensal²⁰ (€) dos trabalhadores por conta de outrem, nos concelhos, na sub-região Alto Alentejo, na região Alentejo e em Portugal (2002, 2010, 2019)

	2000	2011	2019
Alter do Chão	502,0	677,0	753,1
Arronches	474,2	611,7	785,6
Avis	534,8	708,3	773,5
Campo Maior	737,0	1 003,8	1084,9
Castelo de Vide	509,2	676,2	750,0
Crato	481,9	635,3	705,5
Elvas	529,5	679,5	753,0
Fronteira	489,0	669,6	769,3
Gavião	462,4	652,2	742,9
Marvão	492,0	638,8	722,0
Monforte	541,7	740,6	822,4
Nisa	519,7	639,7	696,3
Ponte de Sor	577,5	752,7	855,5
Portalegre	600,3	767,3	823,4
Sousel	489,7	619,1	761,2
Alto Alentejo	x	740,7	828,8
Alentejo	x	789,7	868,9
Portugal	685,0	899,0	1 001,5

Legenda: x – valor não disponível

Fonte: Pordata (GEP/MTSSS [até 2009] | GEE/MEc [2010 a 2012] | GEP/MSESS, MTSSS [a partir de 2013] - Quadros de Pessoal DGERT/MTSSS)

Na tabela 4.3.16. é apresentada a diferença entre a remuneração base média mensal dos trabalhadores por conta de outrem e o salário mínimo nacional. Em geral, espera-se que a remuneração base média mensal seja superior ao salário mínimo nacional, uma vez que este último é um valor mínimo estabelecido por lei para proteger o trabalhador de condições precárias de trabalho e garantir um salário mínimo digno. No concelho de Fronteira a diferença ascendia, em 2019, a 169€.

Tabela 4.3.16.: Diferença entre a remuneração base média mensal (€) dos trabalhadores por conta de outrem e o salário mínimo nacional, nos concelhos, na sub-região Alto Alentejo, na região Alentejo e em Portugal (2002, 2010, 2019)

	2002	2010	2019
Alter do Chão	154	202	153
Arronches	126	137	186

²⁰ Montante líquido (antes da dedução de quaisquer descontos) em dinheiro e/ou géneros, pago com carácter regular e garantido ao trabalhador no período de referência e correspondente ao período normal de trabalho (metainformação - GEE/ME).

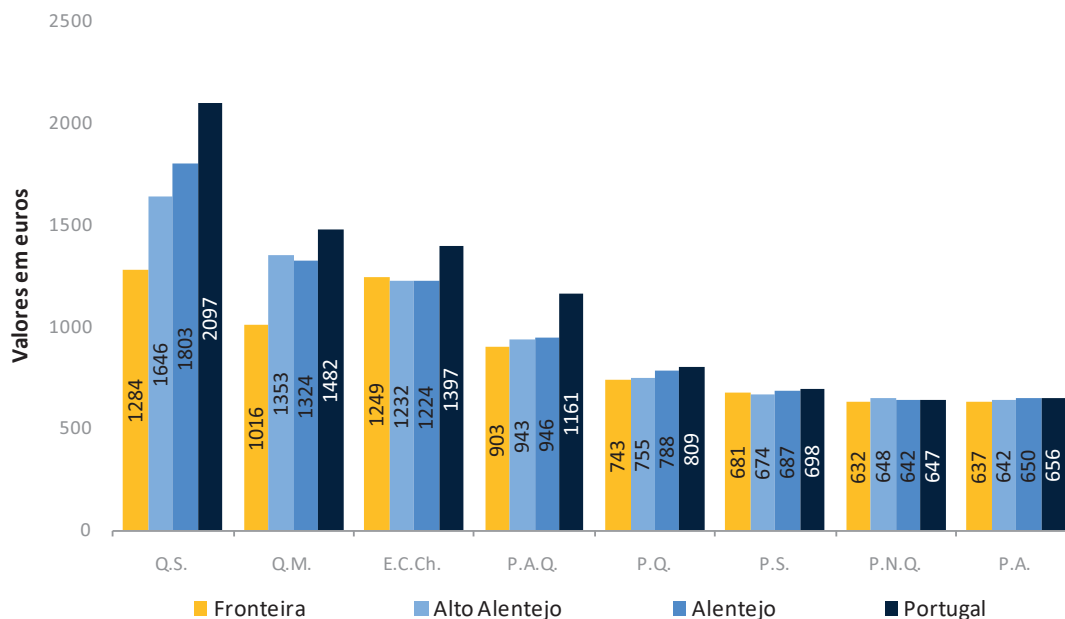
Avis	187	233	173
Campo Maior	389	529	485
Castelo de Vide	161	201	150
Crato	134	160	105
Elvas	182	204	153
Fronteira	141	195	169
Gavião	114	177	143
Marvão	144	164	122
Monforte	194	266	222
Nisa	172	165	96
Ponte de Sor	230	278	256
Portalegre	252	292	223
Sousel	142	144	161
Alto Alentejo	x	266	229
Alentejo	x	315	269
Portugal	337	424	401

Legenda: x – valor não disponível

Fonte: Pordata (GEP/MTSSS [até 2009] | GEE/MEc [2010 a 2012] | GEP/MSESS, MTSSS [a partir de 2013]
- Quadros de Pessoal DGERT/MTSSS)

O valor da remuneração base média mensal dos trabalhadores por conta de outrem pode variar em função da estrutura da economia, do setor de atividade e do nível de qualificação da população. Para obter uma visão mais esclarecedora deste indicador no concelho de Fronteira são apresentados, neste trabalho, o nível de remuneração pelo nível de qualificação (gráfico 4.3.14.) e o nível de remuneração por setor de atividade (gráfico 4.3.15.). Como é possível constatar, a maiores níveis de qualificação correspondem remunerações mais elevadas, ocorrendo, neste concelho, um contraste remuneratório entre os trabalhadores com qualificação superior (1284€) e os trabalhadores não qualificados (632€). Refira-se, ainda assim, que os trabalhadores com qualificação superior auferem uma remuneração significativamente inferior à verificada a nível nacional nos trabalhadores com o mesmo nível de qualificação (2097€).

Gráfico 4.3.14.: Remuneração base média mensal (€) dos trabalhadores por conta de outrem, por nível de qualificação²¹, no concelho de Fronteira, na sub-região Alto Alentejo, na região Alentejo e em Portugal (2019)

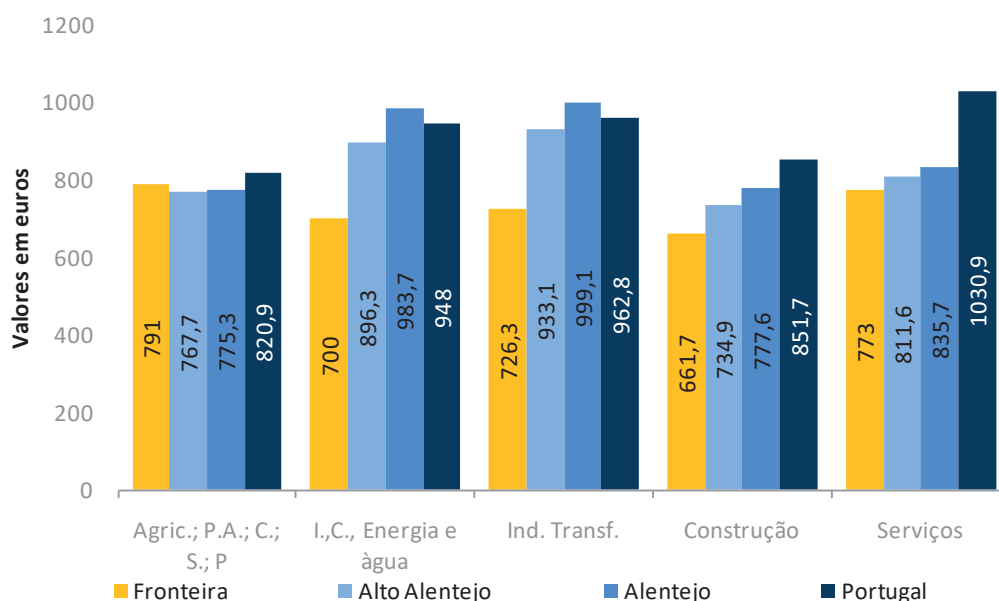


Fonte: Pordata (GEP/MTSSS [até 2009] | GEE/MEc [2010 a 2012] | GEP/MSESS, MTSSS [a partir de 2013] - Quadros de Pessoal DGERT/MTSSS)

Analisando a remuneração média por setor de atividade (gráfico 4.3.15.) verificamos que, em Fronteira, as remunerações mais elevadas correspondem às dos trabalhadores por conta de outrem, empregados no setor da agricultura e pecuária (791€) e as mais baixas às dos trabalhadores empregados no setor da construção (661€). A remuneração no setor dos serviços (773€) é particularmente contrastante com o nível verificado a nível nacional que ascende a 1030€. A explicar esta tendência estará o tipo de atividades incluídas no setor dos serviços no concelho de Fronteira.

²¹ Q.S.: Quadros superiores; Q.M.: Quadros médios; E.C.Ch.: Encarregados, contramestres e chefes de equipa; P.A.Q.: Profissionais altamente qualificados; P.Q.: Profissionais qualificados; P.S.: Profissionais semiquilificados; P.N.Q.: Profissionais não qualificados; P.A.: Praticantes e aprendizes.

Gráfico 4.3.15.: Remuneração base média mensal (€) dos trabalhadores por conta de outrem, por setor de atividade económica²², no concelho de Fronteira, na sub-região Alto Alentejo, na região Alentejo e em Portugal (2019)



Fonte: Pordata (GEP/MTSSS [até 2009] | GEE/MEc [2010 a 2012] | GEP/MSESS, MTSSS [a partir de 2013] - Quadros de Pessoal DGERT/MTSSS)

A sub-região do Alto Alentejo apresenta um número relativamente elevado de pensionistas no cômputo geral da população residente. Esta situação relaciona-se com o facto de a população ser bastante envelhecida. Pela tabela 4.3.17. podemos apurar que as pensões constituem uma importante fonte de rendimento da população residente, tendo sido processadas, durante o ano 2021, no concelho de Fronteira, um total de 1667 pensões, na sua maioria do regime geral da Segurança Social (1426 pensões). Quanto aos valores podemos verificar (cf. gráfico 4.3.16.) variaram, em Fronteira, entre um valor médio mensal de 396€ para as pensões de invalidez, 459€ para as pensões de velhice e 237€ para as pensões de sobrevivência.

Tabela 4.3.17.: Pensões da Segurança Social e Caixa Geral de Aposentações (€) na sub-região Alto Alentejo, na região Alentejo e em Portugal (2021)

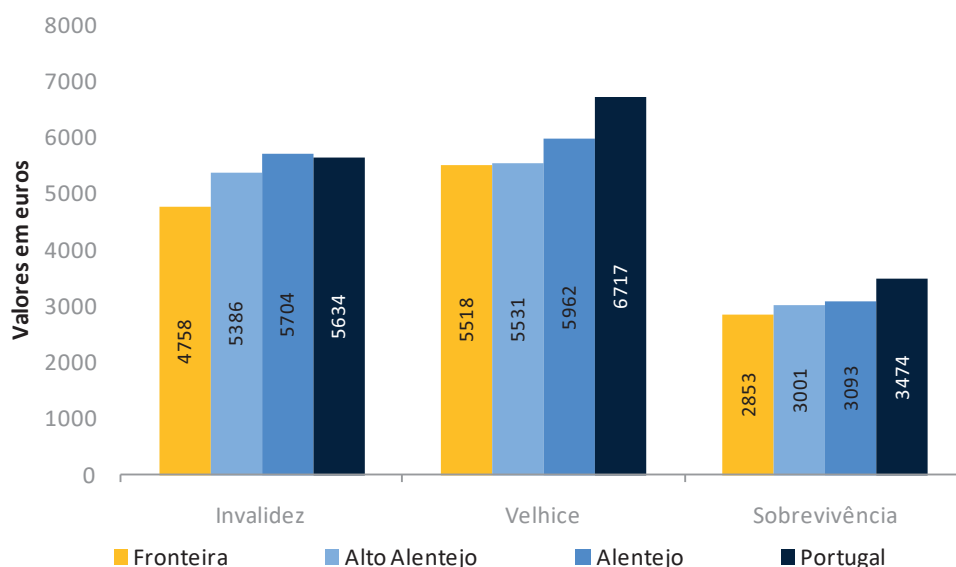
	Total	Segurança Social	Caixa Geral de Aposentações
Alter do Chão	1 667	1 290	377
Arronches	1 346	1 079	267
Avis	1 837	1 566	271
Campo Maior	2 947	2 408	539
Castelo de Vide	1 533	1 187	346
Crato	1 825	1 527	298
Elvas	7 991	5 991	2 000
Fronteira	1 426	1 208	218

²² Agric.; P.A.;C.;S.; P: Agricultura, produção animal, caça, silvicultura e pesca; I., C., Energia e água: Indústria, construção, energia e água; Ind. Tranf.:Indústrias transformadoras; Construção; Serviços.

Gavião	2 082	1 749	333
Marvão	1 492	1 229	263
Monforte	1 298	1 106	192
Nisa	3 366	2 751	615
Ponte de Sor	6 890	6 063	827
Portalegre	10 420	7 793	2 627
Sousel	2 155	1 907	248
Alto Alentejo	48 275	38 854	9 421
Alentejo	287 811	239 471	48 340
Portugal	3 624 790	2 977 307	647 483

Fonte: Pordata (ISS/MTSSS, INE, CGA/MTSSS-MF)

Gráfico 4.3.16.: Valor médio anual (€) das pensões da segurança social por tipo de pensão no concelho de Fronteira, na sub-região Alto Alentejo, na região Alentejo e em Portugal (2021)



Fonte: INE (Instituto de Informática)

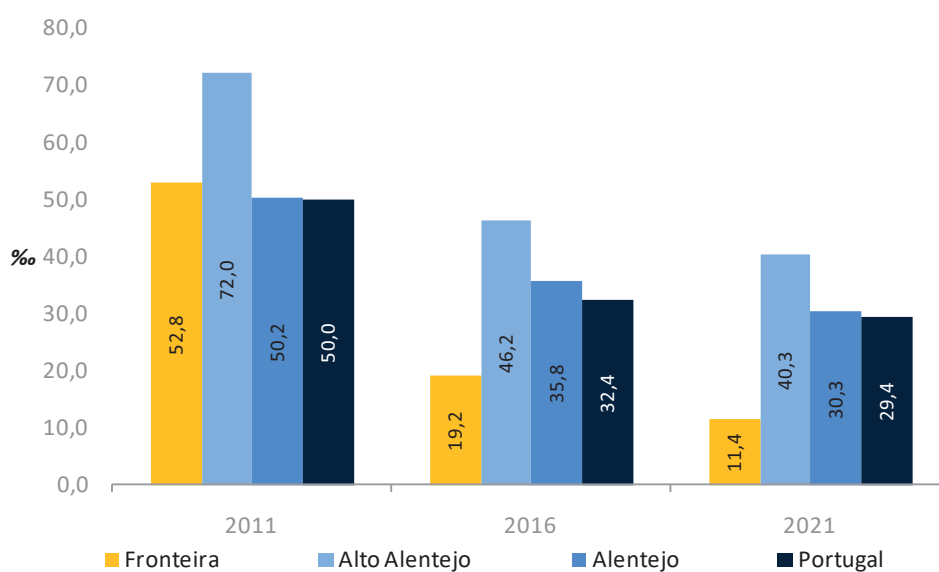
Na tabela 4.3.18. são apresentados dados relativos aos beneficiários do programa de apoio social Rendimento Social de Inserção. Como é possível constatar existe um número significativo de indivíduos que preenchem os critérios de elegibilidade e que se encontram em situação de pobreza ou de exclusão social. Em Fronteira existiam, em 2021, 30 beneficiários deste apoio social o que corresponde a 11 indivíduos por mil habitantes em idade ativa (cf. gráfico 4.3.17.). Considerando o valor processado durante o ano 2021, conforme os valores da tabela 4.3.19., obtemos um valor médio mensal deste rendimento de 111€ por beneficiário em Fronteira.

Tabela 4.3.18.: Beneficiários (N.º) do rendimento social de inserção, da segurança social no concelho de Fronteira, na sub-região Alto Alentejo, na região Alentejo e em Portugal (2019, 2020, 2021)

	2019	2020	2021
Alter do Chão	123	134	137
Arronches	46	29	29
Avis	222	214	231
Campo Maior	361	366	363
Castelo de Vide	34	38	45
Crato	118	111	105
Elvas	1 502	1 290	1 264
Fronteira	51	31	30
Gavião	94	79	68
Marvão	59	50	65
Monforte	350	344	343
Nisa	164	160	163
Ponte de Sor	358	340	351
Portalegre	394	356	374
Sousel	166	142	144
Alto Alentejo	4 042	3 684	3 712
Alentejo	19 492	18 471	18 639
Portugal	267 403	257 939	262 206

Fonte: INE (Instituto de Informática)

Gráfico 4.3.17.: Beneficiários do rendimento social de inserção, da segurança social, por 1000 habitantes em idade ativa (%), no concelho de Fronteira, na sub-região Alto Alentejo, na região Alentejo e em Portugal (2011, 2016, 2021)



Fonte: INE (Instituto de Informática)

Tabela 4.3.19.: Valor processado do rendimento social de inserção (milhares de €), da segurança social no concelho de Fronteira, na sub-região Alto Alentejo, na região Alentejo e em Portugal (2019, 2020, 2021)

	2019	2020	2021
Alter do Chão	147	164	143
Arronches	40	35	28
Avis	295	300	315
Campo Maior	436	438	446
Castelo de Vide	40	40	37
Crato	122	129	124
Elvas	1 692	1 575	1 554
Fronteira	52	38	40
Gavião	101	104	90
Marvão	47	61	71
Monforte	386	429	384
Nisa	204	214	211
Ponte de Sor	392	416	396
Portalegre	430	407	418
Sousel	190	173	188
Alto Alentejo	4 573	4 524	4 447
Alentejo	22 147	22 156	22 346
Portugal	316 811	313 399	324 260

Fonte: INE (Instituto de Informática)

4.3.5. Educação

Os aspetos relacionados com a educação revelam ser de primordial importância na caracterização social de um território ou de uma região. A análise da escolaridade dos indivíduos que residem nos diferentes concelhos da região do Alto Alentejo, do número de alunos matriculados em instituições educativas (considerando diferentes níveis de escolaridade) bem como dos estabelecimentos de ensino atualmente em funcionamento, permite efetuar um retrato em termos de qualificação dos indivíduos, um aspeto que poderá ter um impacto significativo na qualidade de vida dos mesmos e, conseqüentemente, em muitos outros indicadores de natureza social.

4.3.5.1. Escolaridade

Na tabela 4.3.20. verifica-se que na população residente no concelho de Fronteira, predominam os indivíduos que têm o 1.º ciclo do ensino básico completo o que poderá corresponder a uma faixa etária mais envelhecida da população. Por outro lado, a população está também representada por um maior número de indivíduos que têm o ensino secundário completo e por indivíduos com o 3.º ciclo do ensino básico completo. Os dados revelam que existe um pequeno número de indivíduos detentores de cursos de ensino pós-secundário (cursos que se situam entre o ensino secundário e o ensino superior). No concelho, o número de indivíduos com o ensino superior

completo supera o número de indivíduos sem escolaridade e está muito próximo do número de indivíduos que têm o 2.º ciclo do ensino básico.

Tabela 4.3.20.: População residente com 15 e mais anos (N.º) segundo os Censos por nível de escolaridade completo mais elevado nos concelhos, na sub-região Alto Alentejo, na região Alentejo e em Portugal (2021)

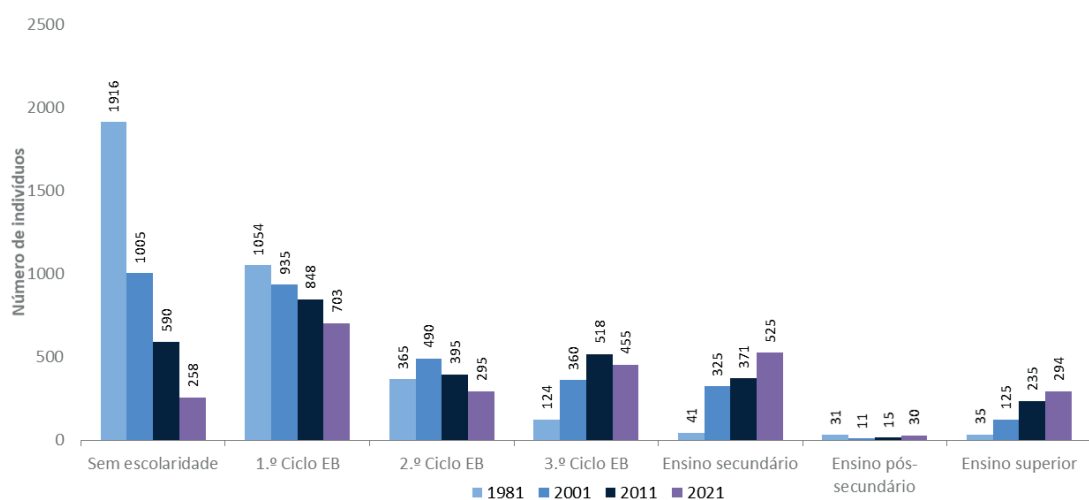
	Sem escolaridade	1.º Ciclo EB	2.º Ciclo EB	3.º Ciclo EB	Ensino secundário	Ensino pós-secundário ²³	Ensino superior
Alter do Chão	304	820	297	462	516	27	282
Arronches	314	705	245	431	499	16	281
Avis	427	943	373	582	700	27	332
Campo Maior	580	1 675	666	1 294	1 712	62	871
Castelo de Vide	253	746	271	521	579	17	434
Crato	328	1 022	302	469	498	22	296
Elvas	1 373	3 918	1 865	3 282	4 678	162	2 560
Fronteira	258	703	295	455	525	30	294
Gavião	300	1 181	318	560	524	13	233
Marvão	301	796	327	492	461	11	345
Monforte	352	735	295	463	467	8	258
Nisa	609	1 832	495	919	983	36	623
Ponte de Sor	1 350	3 809	1 437	2 357	2 909	89	1 579
Portalegre	1 332	4 263	1 588	3 695	4 452	147	4 130
Sousel	436	1 091	347	783	761	42	414
Alto Alentejo	8 517	24 239	9 121	16 765	20 264	709	12 932
Alentejo	52 742	149 409	60 578	114 799	142 736	6579	90 551
Portugal	528 088	2 008 075	864 512	1 604 653	2 119 842	103 820	1 782 888

Fonte: Pordata (INE - Recenseamentos Gerais da População)

Uma análise à informação apresentada no gráfico 4.3.18 permite verificar a evolução das qualificações académicas da população residente no concelho de Fronteira desde o ano 1981 até ao ano 2021. Salienta-se nesta evolução uma diminuição acentuada do número de indivíduos sem qualquer nível de escolaridade ao longo deste período. O número de indivíduos com o 1.º ciclo do ensino básico e com o 2.º ciclo do ensino básico também sofreu ligeiras alterações, diminuindo em 2021 quando comparado com valores do ano 2011. Em 2021, o valor do número de indivíduos residentes no concelho que têm o 3.º ciclo do ensino básico, o ensino secundário e o ensino superior completo aumentou bastante quando comparado com valores referentes ao ano 1981. Por outro lado, o ensino secundário e o ensino superior são os níveis de escolaridade que, sistematicamente, ao longo do período 1981-2021 têm vindo a comportar um maior número de indivíduos.

²³ O ensino pós-secundário é um nível de ensino para qualificação profissional que se situa entre o secundário e o superior, como é o caso do curso de especialização tecnológica. O ensino pós-secundário equivale ao ISCED 4 da Classificação Internacional Tipo da Educação (CITE ou ISCED em inglês). Esta classificação da UNESCO permite comparar níveis de educação de países com diferentes sistemas de ensino.

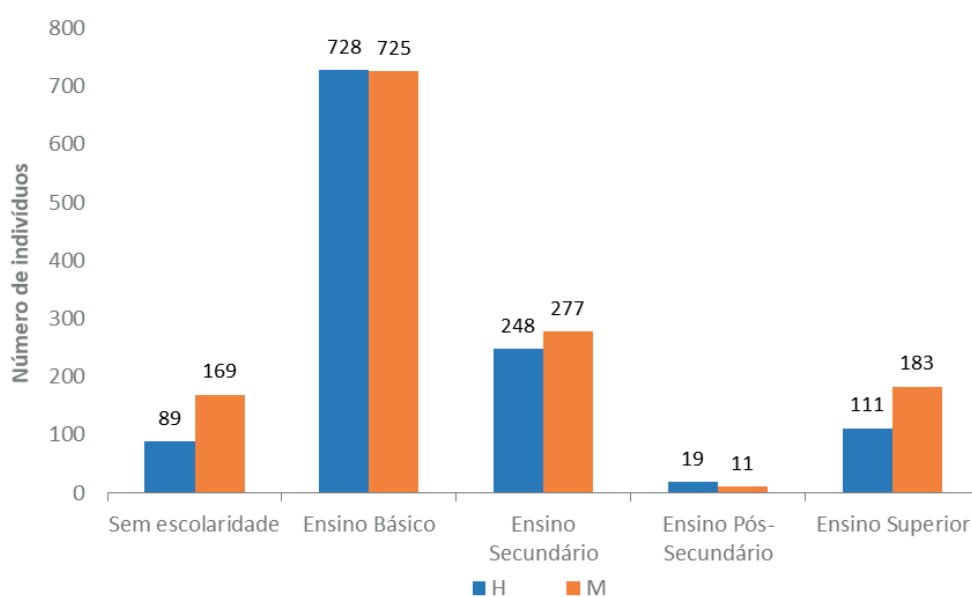
Gráfico 4.3.18.: População residente com 15 e mais anos segundo os censos (N.º) no concelho de Fronteira por nível de escolaridade completo mais elevado (1981, 2001, 2011 e 2021)



Nota: Os valores referentes ao ano 2011 estão identificados na fonte com quebra de série
 Fonte: Pordata (Recenseamentos Gerais da População)

Quando se considera o número de indivíduos da população residente no concelho de Fronteira de acordo com o nível de escolaridade mais elevado completo, distinguindo homens (H) e mulheres (M), verifica-se que existe um maior número de mulheres do que sem escolaridade, com o ensino secundário e com o ensino superior completo (gráfico 4.3.19). A maior diferença entre o número de homens e o número de mulheres regista-se nos indivíduos que não têm qualquer nível de escolaridade.

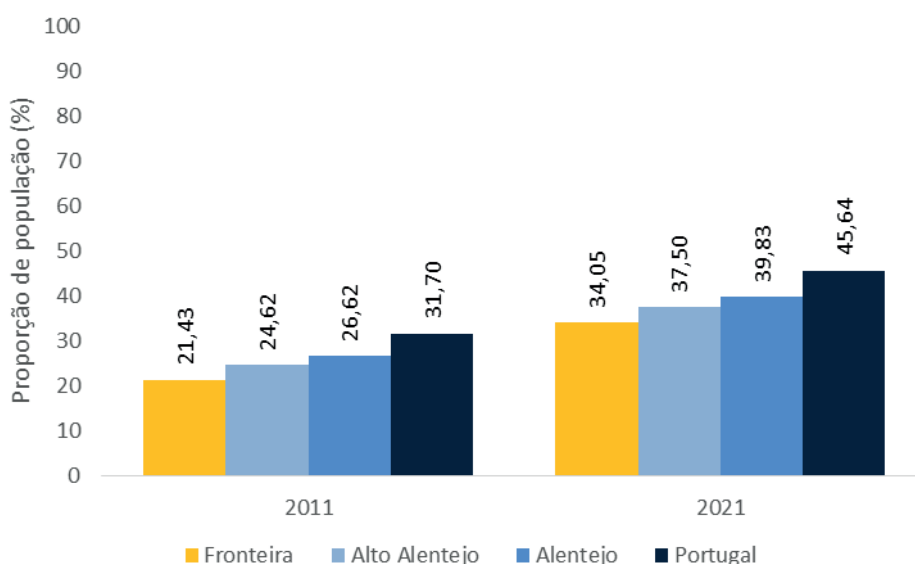
Gráfico 4.3.19.: População residente com 15 e mais anos de idade (N.º) por sexo e nível de escolaridade mais elevado completo no concelho de Fronteira (2021)



Fonte: INE (Recenseamentos Gerais da População)

A proporção de população residente no concelho de Fronteira que tem pelo menos o ensino secundário como nível de escolaridade completo aumentou de 2011 para 2021 à semelhança do que aconteceu com a população da sub-região do Alto Alentejo e com a população de Portugal revelando uma melhoria em termos de qualificação académica da população residente. Ainda assim, os resultados dos Censos 2021 indicam que, no concelho de Fronteira, a proporção de indivíduos com pelo menos o ensino secundário completo é inferior quando comparada com a proporção de indivíduos da sub-região do Alto Alentejo acentuando-se a diferença quando comparada com a proporção de indivíduos residentes em Portugal (gráfico 4.3.20).

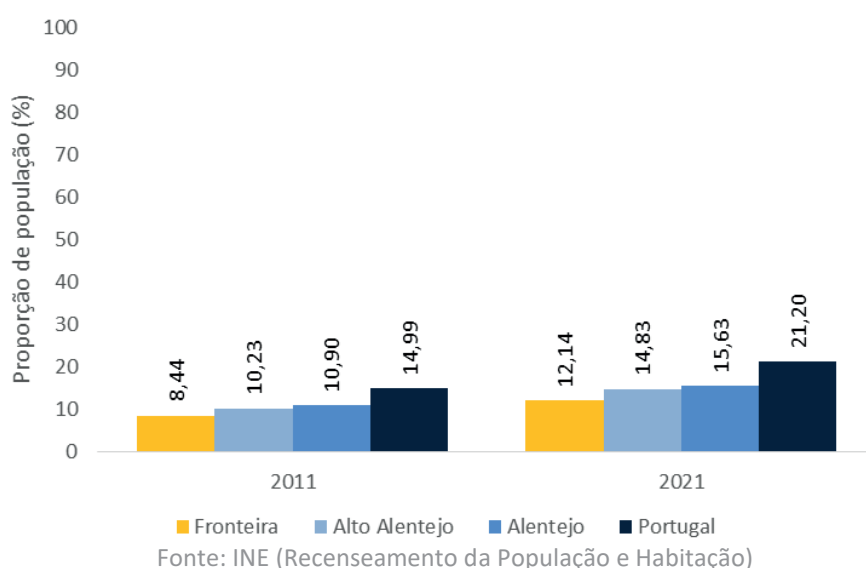
Gráfico 4.3.20.: *Proporção (%) da população residente com pelo menos o ensino secundário completo no concelho de Fronteira, na sub-região Alto Alentejo, na região Alentejo e em Portugal (2021)*



Fonte: INE (Recenseamento da População e Habitação)

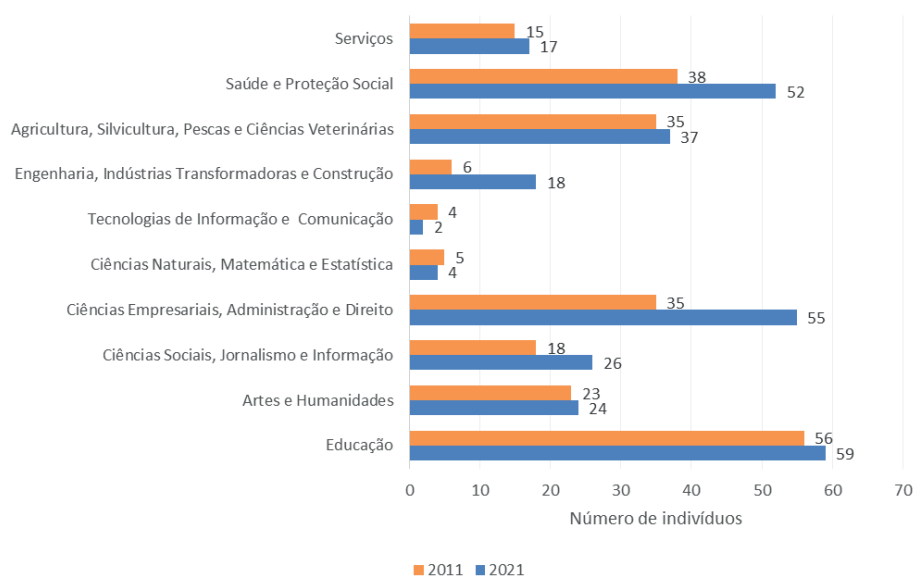
A proporção de população com o ensino superior completo apresenta valores inferiores à proporção de população com pelo menos o ensino secundário completo quando se considera o país na sua globalidade, a região do Alentejo, a sub-região do Alto Alentejo e o concelho de Fronteira. Embora os valores referentes à proporção deste tipo de população tenham aumentado de 2011 para 2021, o concelho de Fronteira revela, em 2021, uma proporção de população residente que tem o ensino superior completo inferior ao valor da sub-região Alto Alentejo, da região Alentejo acentuando-se a diferença quando comparada com o valor registado a nível nacional (gráfico. 4.3.21).

Gráfico 4.3.21.: Proporção (%) da população residente com o ensino superior completo no concelho de Fronteira, na sub-região Alto Alentejo, na região Alentejo e em Portugal (2021)



Na distribuição da população residente no concelho de Fronteira com o ensino superior completo por áreas de estudo destacam-se, em 2021, a área da Educação, a área de Ciências Empresariais, Administração e Direito e a área da Saúde e Proteção Social como áreas preferenciais no que diz respeito à realização de um curso de ensino superior. As áreas de estudos menos procuradas pela população residente no concelho dizem respeito à área de Tecnologias de Informação e Comunicação e à área de Ciências Naturais, Matemática e Estatística tendo-se registado uma diminuição de 2011 para 2021 do número de indivíduos com um curso de ensino superior nestas áreas (gráfico 4.3.22.)

Gráfico 4.3.22.: População residente com o ensino superior completo (N.º) por áreas de estudo no concelho de Fronteira (2011, 2021)



No que diz respeito à taxa de analfabetismo verificada no concelho de Fronteira, os dados dos Censos 2011 e 2021 revelam um decréscimo no valor referente à população residente no concelho embora o valor registado em 2021 seja ainda superior ao valor registado na sub-região do Alto Alentejo, no mesmo ano. Quando se considera a taxa de analfabetismo referente ao país em termos globais, em 2021, verifica-se que a diferença é ainda mais acentuada quando comparada com a taxa verificada no concelho de Fronteira sendo o valor desta última cerca de duas vezes superior ao valor da taxa referente a toda a população portuguesa. Outro aspeto a salientar diz respeito ao facto de serem as mulheres o grupo que apresenta valores superiores de taxa de analfabetismo em todos os concelhos do distrito, na sub-região do Alto Alentejo, na região do Alentejo e no país em geral. Em 2021, no concelho de Fronteira, o valor da taxa de analfabetismo nas mulheres é superior em 3,31% ao valor da taxa verificada no grupo dos homens (tabela 4.3.21.).

Tabela 4.3.21.: Taxa de analfabetismo (%) segundo os Censos por local de residência e por sexo nos concelhos, na sub-região Alto Alentejo, na região Alentejo e em Portugal (2011, 2021)

	2011			2021		
	HM	H	M	HM	H	M
Alter do Chão	12,44	9,59	15,00	8,31	5,28	10,84
Arronches	16,54	12,39	20,39	9,21	5,93	12,40
Avis	13,28	10,00	16,29	8,11	5,47	10,42
Campo Maior	9,70	7,70	11,56	5,29	3,99	6,49
Castelo de Vide	13,13	10,13	15,83	7,02	5,24	8,63
Crato	13,27	9,16	16,81	7,69	5,04	9,95
Elvas	8,23	6,00	10,26	4,84	3,80	5,78
Fronteira	12,70	10,27	14,86	6,99	5,24	8,55
Gavião	15,33	9,97	20,03	5,87	3,54	7,89
Marvão	13,21	10,88	15,41	7,57	6,64	8,42
Monforte	17,26	14,64	19,52	11,76	7,76	15,28
Nisa	12,80	9,31	15,95	7,22	5,01	9,18
Ponte de Sor	12,17	8,40	15,66	7,13	4,68	9,40
Portalegre	7,66	6,09	9,10	4,53	3,61	5,35
Sousel	14,00	11,54	16,10	8,58	6,13	10,69
Alto Alentejo	10,95	8,23	13,43	6,30	4,54	7,88
Alentejo	9,55	7,14	11,79	5,41	3,88	6,83
Portugal	5,22	3,51	6,77	3,08	2,10	3,96

Fonte: INE (Recenseamento da População e Habitação)

4.3.5.2. Alunos matriculados

A dinâmica dos concelhos em termos sociais pode também ser analisada sob o ponto de vista do número de crianças e jovens que frequentam instituições educativas. De acordo com o Recenseamento Escolar (DGEEC/ME-MCTES) referente ao ano 2021, verifica-se que do total de 270 crianças e jovens do concelho de Fronteira matriculados em instituições educativas, cerca de 33,7% frequenta o 3.º ciclo do ensino básico e cerca de 28,1% frequenta o 1.º ciclo do ensino básico. O 2.º ciclo do ensino básico e a educação pré-escolar são os níveis de escolaridade que registam um menor número de alunos matriculados (tabela 4.3.22.).

Tabela 4.3.22.: Alunos matriculados (N.º) no ensino pré-escolar, básico e secundário nos concelhos, na sub-região Alto Alentejo, na região Alentejo e em Portugal (2021)

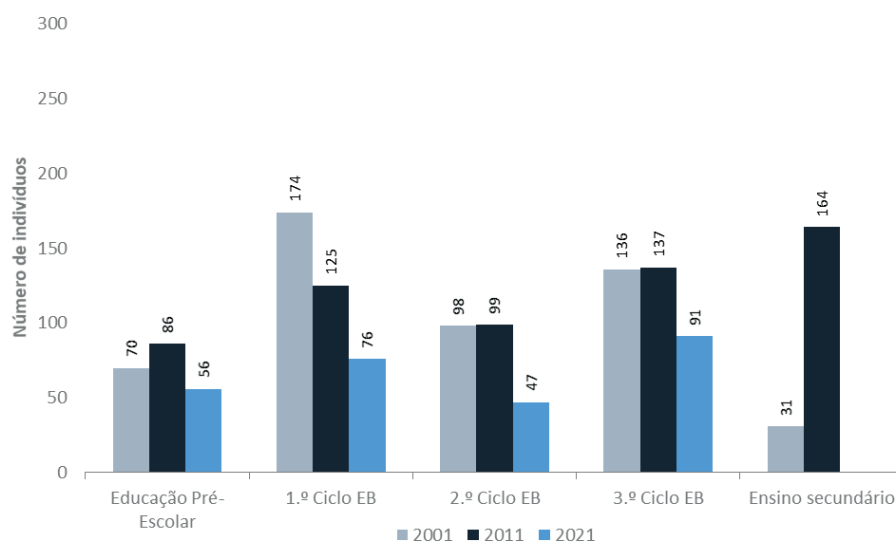
	Total	Educação Pré-Escolar	1.º Ciclo EB	2.º Ciclo EB	3.º Ciclo EB	Ensino secundário
Alter do Chão	480	57	101	49	94	179
Arronches	292	80	80	56	71	5
Avis	356	79	123	50	101	3
Campo Maior	1 530	217	389	202	343	379
Castelo de Vide	270	76	81	50	63	-
Crato	297	58	85	40	63	51
Elvas	3 447	528	916	466	742	795
Fronteira	270	56	76	47	91	-
Gavião	314	56	76	61	87	34
Marvão	213	57	69	26	61	-
Monforte	321	64	113	60	84	-
Nisa	481	76	123	67	112	103
Ponte de Sor	1 967	341	468	273	400	485
Portalegre	3 856	579	770	426	739	1 236
Sousel	557	109	117	89	122	120
Alto Alentejo	14 651	2 433	3 587	1 962	3 173	3 390
Alentejo	102 833	17 111	24 790	13 766	22 381	24 531
Portugal	1 575 679	251 060	373 109	210 064	342 869	393 689

Legenda: - Ausência de valor

Fonte: Pordata (DGEEC/ME-MCTES - Recenseamento Escolar)

O gráfico 4.3.23. apresenta a evolução do número de alunos do concelho de Fronteira matriculados nos diferentes níveis de ensino nos anos 2001, 2011 e 2021. Um aspeto a destacar diz respeito a uma evidente redução do número de alunos em cada um dos níveis de escolaridade representados no gráfico, do ano 2001 para o ano 2021. Estes dados revelam uma evidente tendência na diminuição do número de alunos a frequentar os diferentes níveis de escolaridade situação que merece particular atenção no contexto social de um território.

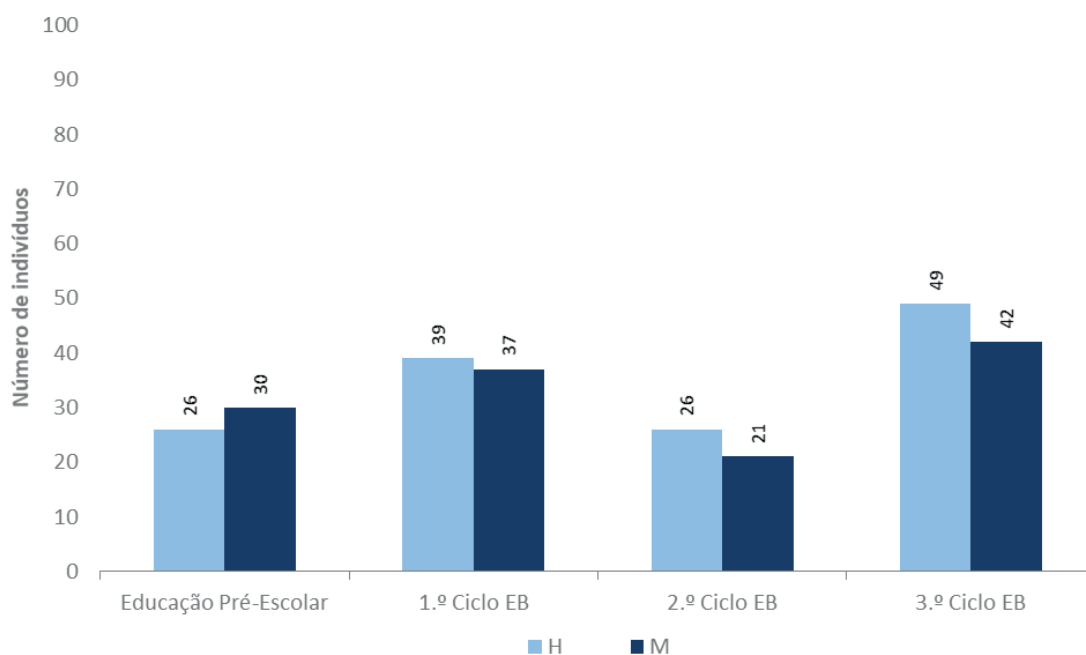
Gráfico 4.3.23: Alunos matriculados (N.º) no ensino pré-escolar, básico e secundário no concelho de Fronteira (2001, 2011 e 2021)



Fonte: Pordata (DGEEC/ME-MCTES - Recenseamento Escolar)

Quando se considera a distribuição do número de alunos do concelho de Fronteira segundo o sexo, verifica-se que o número de alunos do sexo masculino (H) supera o número de alunos do sexo feminino (M) em todos os níveis de escolaridade representados no gráfico 4.3.24 exceto na educação pré-escolar. O 3.º ciclo do ensino básico é o nível de escolaridade que apresenta maior diferença entre o número de rapazes e o número de raparigas que o frequenta.

Gráfico 4.3.24.: Alunos matriculados (N.º) no ensino pré-escolar, básico e secundário por sexo no concelho de Fronteira (2021)



Fonte: Pordata (DGEEC/ME-MCTES - Recenseamento Escolar)

Um aspeto merecedor de análise diz respeito à taxa de retenção²⁴ e desistência²⁵ verificada na população estudantil do concelho de Fronteira. De acordo com a informação apresentada na tabela 4.3.23. verifica-se que é no 3.º ciclo do ensino básico que mais jovens ficam retidos e/ou desistem de continuar o seu percurso académico. O valor da taxa registado neste nível de ensino, no concelho de Fronteira, é superior ao valor da taxa referente à população da sub-região do Alto Alentejo, da região do Alentejo e cerca do dobro do valor da taxa referente a Portugal. Os valores da taxa de retenção e desistência que dizem respeito ao 1.º e 2.º ciclo do ensino básico, no concelho de Fronteira, são inferiores aos valores das taxas registadas no Alto Alentejo, no Alentejo e em Portugal.

Tabela 4.3.23.: Taxa de retenção e desistência (%) no ensino básico e no ensino secundário nos concelhos, na sub-região Alto Alentejo, na região Alentejo e em Portugal (2021)

	1.º Ciclo EB	2.º Ciclo EB	3.º Ciclo EB	Ensino secundário
Alter do Chão	6,9	6,1	13,9	7,3
Arronches	0,0	0,0	0,0	0,0
Avis	10,6	24,0	14,9	NA
Campo Maior	9,6	12,6	15,5	2,4
Castelo de Vide	2,5	0,0	0,0	NA
Crato	2,4	2,5	7,9	13,7
Elvas	5,2	7,8	7,8	7,4
Fronteira	1,3	2,1	8,8	NA
Gavião	0,0	3,3	0,0	8,8
Marvão	2,9	0,0	1,6	NA
Monforte	4,5	12,3	5,1	NA
Nisa	4,1	3,0	3,0	3,9
Ponte de Sor	0,9	1,5	8,4	5,0
Portalegre	1,3	1,5	3,7	7,4
Sousel	0,0	4,5	11,5	9,2
Alto Alentejo	3,8	5,2	7,3	6,7
Alentejo	3,6	4,5	5,8	8,3
Portugal	2,1	3,3	4,3	8,3

Legenda: NA – Não aplicável

Fonte: Pordata (DGEEC/ME-MCTES - Recenseamento Escolar)

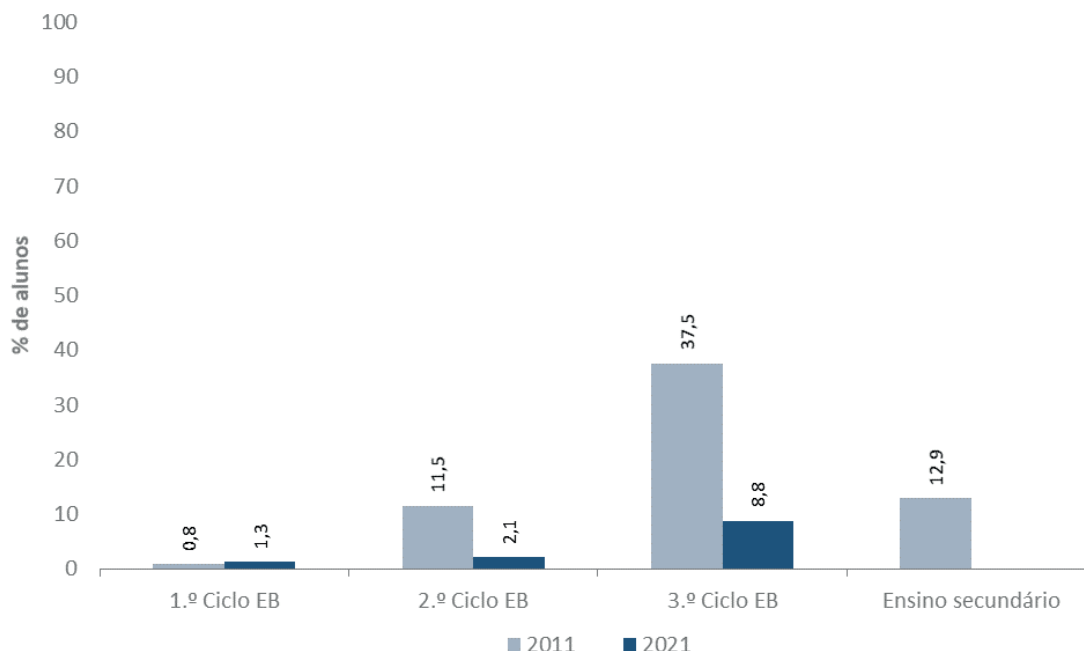
De uma forma geral, no concelho de Fronteira, verifica-se uma melhoria da taxa de retenção e desistência dos alunos matriculados no 1.º, no 2.º e no 3.º ciclo do ensino básico traduzida por um decréscimo dos valores de 2011 para 2021. O gráfico 4.3.25 mostra que esta melhoria foi muito acentuada no 3.º ciclo e no 2.º ciclo do ensino básico. No entanto, destaca-se um aumento, de 2011 para 2021, do valor da taxa de retenção e desistência verificado no 1.º ciclo do ensino básico. Apesar deste aumento

²⁴ Situação que ocorre em consequência do aproveitamento sem êxito do aluno pelo não cumprimento dos requisitos previstos na legislação em vigor para a frequência no ano de escolaridade seguinte àquele em que se encontra.

²⁵ Situação que ocorre em consequência do abandono temporário de aluno ou formandos da frequência das atividades letivas de um curso, de um período de formação ou de uma ou mais disciplinas no decurso de um ano letivo. Notas: inclui-se o abandono, a anulação da matrícula e a exclusão por excesso de faltas.

no 1.º ciclo do ensino básico, o valor indicado em 2021, é inferior ao da taxa registada a nível nacional.

Gráfico 4.3.24.: Taxa de retenção e desistência (%) no ensino básico e no ensino secundário no concelho de Fronteira (2011,2021)



Fonte: Pordata (DGEEC/ME-MCTES - Recenseamento Escolar)

4.3.5.3. Estabelecimentos de ensino

A tabela 4.3.24. apresenta o número de estabelecimentos de ensino sedeados no concelho de Fronteira em 2011 e em 2021. O número de estabelecimentos de ensino, no concelho, manteve-se de 2011 para 2021 em todos os níveis de ensino exceto no ensino secundário. Em 2011, o concelho tinha um estabelecimento onde os jovens podiam frequentar o ensino secundário e, em 2021, esta situação já não se verificava. As crianças do concelho tinham à sua disposição, em 2021, três estabelecimentos de educação pré-escolar, dois estabelecimentos de ensino onde podiam frequentar o 1.º ciclo e um estabelecimento de ensino onde podiam frequentar o 2.º ciclo e o 3.º ciclo do ensino básico.

Tabela 4.3.24.: Estabelecimentos (N.º) no ensino pré-escolar, básico e secundário nos concelhos, na sub-região Alto Alentejo, na região Alentejo e em Portugal (2011, 2021)

	Educação Pré-Escolar		1.º Ciclo EB		2.º Ciclo EB		3.º Ciclo EB		Ensino secundário	
	2011	2021	2011	2021	2011	2021	2011	2021	2011	2021
Alter do Chão	2	2	1	1	1	1	1	2	2	2
Arronches	4	2	3	1	1	1	1	1	0	1
Avis	4	4	5	4	1	1	2	1	1	0
Campo Maior	4	3	5	1	1	1	1	1	1	1
Castelo de Vide	3	3	2	1	1	1	1	1	0	0
Crato	3	2	2	1	1	1	1	1	1	1
Elvas	20	18	13	12	4	4	4	4	2	1

Fronteira	3	3	2	2	1	1	1	1	1	0
Gavião	4	3	3	2	1	1	1	1	1	1
Marvão	2	2	2	2	2	1	2	1	0	0
Monforte	4	4	4	4	1	1	1	1	0	0
Nisa	4	3	3	1	1	1	2	1	2	1
Ponte de Sor	11	12	11	10	2	2	3	2	1	1
Portalegre	19	16	13	10	2	2	3	3	3	3
Sousel	5	5	4	4	1	1	1	1	0	1
Alto Alentejo	92	82	73	56	21	20	25	22	15	13
Alentejo	546	465	458	364	99	96	136	127	77	73
Portugal	6 812	5 774	5 221	4 057	1 170	1 180	1 516	1 440	937	967

Fonte: Pordata (DGEEC/ME-MCTES - Recenseamento Escolar)

No que diz respeito a instituições de ensino superior destaca-se a existência, no distrito de Portalegre, de uma única instituição pública de ensino superior, o Instituto Politécnico de Portalegre, que contempla quatro escolas superiores sedeadas na cidade de Portalegre (Escola Superior de Educação e Ciências Sociais, Escola Superior de Tecnologia e Gestão, Escola Superior de Saúde) e uma escola superior sedeadada na cidade de Elvas (Escola Superior Agrária de Elvas).

4.3.6. Saúde

Para completar o presente capítulo dedicado à caracterização socioeconómica do concelho importa conhecer, além dos aspetos já apresentados, um conjunto de outros indicadores que permitirão efetuar um retrato da região relativamente a questões relacionadas com a saúde nomeadamente no que diz respeito aos recursos humanos e aos serviços de saúde que a população tem à sua disposição. A qualidade dos serviços de saúde oferecidos a uma população constitui um pilar fundamental para a promoção e manutenção do bem-estar dos indivíduos garantindo o direito fundamental de todos os cidadãos à proteção da saúde, independentemente da condição social, da situação económica, ou da localização geográfica de cada um.

4.3.6.1. Recursos humanos

A informação referente aos recursos humanos que estão afetos aos diferentes serviços de saúde disponíveis a toda a população do concelho, permite aferir sobre a suficiência deste tipo de recursos para assegurar condições mínimas de saúde exigidas por uma parte significativa da população cuja faixa etária requer diversos tipos de cuidados especializados.

Na tabela 4.3.25. é possível observar que são os concelhos com maior densidade populacional no distrito, Portalegre, Elvas, Ponte de Sor e Campo Maior, aqueles que em 2021, tinham também um maior número de médicos e enfermeiros. Portalegre, Elvas e Ponte de Sor continuam a destacar-se, em 2021, dos restantes concelhos no que diz respeito ao número de dentistas e de farmacêuticos. Quando se considera a realidade nacional, regional e sub-regional verifica-se, no período 2011-2021, um aumento do número de médicos, dentistas, enfermeiros e farmacêuticos excetuando este último tipo de profissionais na sub-região do Alto Alentejo cujo número sofreu um ligeiro decréscimo de 2011 para 2021 (diminuiu de 116 para 110 farmacêuticos).

No período 2011-2021, o concelho de Fronteira aumentou o número de médicos em uma unidade, manteve o número de um dentista, perdeu um farmacêutico e aumentou o número de enfermeiros segundo o valor provisório apresentado no ano 2021. Salienta-se que o Fronteira, tal como Arronches, Avis e Marvão, são os concelhos do distrito de Portalegre com menor número de farmacêuticos.

Tabela 4.3.25.: Profissionais de saúde (N.º): médicos, dentistas, enfermeiros e farmacêuticos nos concelhos, na sub-região Alto Alentejo, na região Alentejo e em Portugal (2011, 2021)

	Médicos		Dentistas		Enfermeiros		Farmacêuticos	
	2011	2021	2011	2021	2011	2021	2011	2021
Alter do Chão	5	4	1	1	10	Pro 15	5	4
Arronches	7	5	1	1	10	Pro 21	2	2
Avis	4	5	2	1	10	Pro 11	1	2
Campo Maior	54	52	4	4	33	Pro 32	3	4
Castelo de Vide	8	11	2	1	14	Pro 16	5	6
Crato	2	6	2	1	16	Pro 13	3	3
Elvas	111	150	10	17	166	Pro 162	20	19
Fronteira	4	5	2	2	10	Pro 15	3	2
Gavião	2	2	0	0	11	Pro 12	7	4
Marvão	7	7	0	1	5	Pro 19	2	2
Monforte	5	7	0	1	15	Pro 24	2	3
Nisa	10	8	0	2	22	Pro 21	7	7
Ponte de Sor	28	28	6	8	55	Pro 50	16	13
Portalegre	111	120	16	19	393	Pro 483	35	35
Sousel	6	4	0	4	11	Pro 16	5	4
Alto Alentejo	364	414	46	63	781	Pro 910	116	110
Alentejo	1 641	2 284	248	356	3 879	Pro 4 827	740	806
Portugal	42 796	58 735	7 366	11 458	64 478	Pro 80 238	11 887	16 055

Legenda: Pro – Valor provisório

Fonte: Pordata (INE – Estatísticas do Pessoal de Saúde)

Considerando as duas únicas unidades hospitalares (tuteladas administrativamente pelo Estado) do distrito de Portalegre, uma situada no concelho de Elvas, o Hospital de Santa Luzia de Elvas e outra localizada na capital do distrito de Portalegre, o Hospital Doutor José Maria Grande, verifica-se nesta última unidade, um aumento significativo do número de médicos, enfermeiros, pessoal de enfermagem e técnicos de diagnóstico e terapêutica de 2001 para 2021 (considerando os dados provisórios apresentados pelo INE no ano 2021). Esta tendência revela um investimento na quantidade de profissionais afetos à unidade hospitalar do concelho de Portalegre denotando uma preocupação em satisfazer as exigências que a população necessita em termos de saúde. A informação referente à unidade hospitalar localizada no concelho de Elvas, apesar de apresentar a indicação de valor provisório relativamente ao ano 2021 nos diferentes indicadores, não indica qualquer valor provisório o que impossibilita a realização de uma análise sustentada sobre estes indicadores.

Tabela 4.3.26.: Pessoal ao serviço (N.º) em unidades hospitalares (SNS) nos concelhos de Elvas e Portalegre (2001, 2011, 2021)

	Elvas			Portalegre		
	2001	2011	2021	2001	2011	2021
Médicos	55	37	Pro	64	66	Pro 115
Enfermeiros	111	123	Pro	22	281	Pro 448
Pessoal auxiliar de enfermagem	NA	1 109	Pro	216	1 216	Pro 319
Técnicos de diagnóstico e terapêutica	24	33	Pro	36	53	Pro 101

Legenda:

NA - Não aplicável

1 - Quebra de série

Pro – Valor provisório

Fonte: Pordata (INE I DGS/MS – Inquérito aos Hospitais)

A distribuição dos médicos por áreas de especialidade no concelho de Fronteira, em 2011 e em 2021, apresentada na tabela 4.3.27. mostra que neste período o concelho manteve o número de três médicos com especialidade em medicina geral e familiar e apresentou um médico especialista em 2021 situação que em 2011 não se verificava. Não existia, em 2021, nenhum médico nas restantes especialidades apresentadas na tabela 4.3.27.

Tabela 4.3.27.: Médicos especialistas e não especialistas (N.º) no concelho de Fronteira (2011, 2021)

	2011	2021
Cirurgia geral	0	0
Estomatologia	0	0
Ginecologia e Obstetrícia	0	0
Medicina geral e familiar	3	3
Oftalmologia	0	0
Ortopedia	0	0
Pediatria	0	0
Psiquiatria	0	0
Não especialistas	0	1

Fonte: Pordata (INE – Estatísticas do Pessoal de Saúde)

Quando se analisa a informação referente ao número médio de habitantes por médico nas três dimensões geográficas, nacional, regional e sub-regional, observa-se que a nível nacional, o registo global da informação, indica que este número médio tem vindo a diminuir desde o ano 2001 apresentando ao longo do período apresentado na tabela 4.3.28. um menor número de habitantes por médico. Esta tendência de decréscimo verifica-se também na região do Alentejo e na sub-região do Alentejo apresentando, no entanto, valores mais elevados na região do Alentejo quando comparada com a sub-região do Alentejo o que sugere que na região do Alentejo, cada médico tem a seu cargo, em média, um maior número de habitantes.

No concelho de Fronteira, apesar do decréscimo do número de habitantes por médico verificado de 2001 para 2021, ainda assim, o valor registado neste último ano é cerca de

três vezes superior ao valor registado a nível nacional e é cerca do dobro do valor verificado na sub-região do Alto Alentejo.

Quando se consideram as três dimensões geográficas, nacional, regional e sub-regional bem como a informação referente ao concelho de Fronteira na comparação de valores de 2001 para valores de 2021, verifica-se que a realidade relativamente ao número médio de habitantes por farmacêutico apresenta algumas semelhanças em relação à tendência verificada no número médio de habitantes por médico nomeadamente na redução do número médio de farmacêuticos de 2001 para 2021. A média de habitantes por farmacêutico registada no concelho em 2021 apresenta um valor superior aos valores registados a nível sub-regional e regional, acentuando-se ainda mais a diferença quando se compara com a média correspondente à realidade nacional. O fator associado ao decréscimo populacional verificado nas últimas décadas poderá justificar, em parte, a tendência de decréscimo quer do número médio de habitantes por médico quer do número médio de habitantes por farmacêutico nas primeiras duas décadas do atual século.

Tabela 4.3.28.: Habitantes por médico e por farmacêutico (Média) nos concelhos, na sub-região Alto Alentejo, na região Alentejo e em Portugal (2001, 2011, 2021)

	Habitantes por médico			Habitantes por farmacêutico		
	2001	2011	2021	2001	2011	2021
Alter do Chão	1 310,8	714,4	Pre 765,6	1 966,3	714,4	Pre 765,6
Arronches	563,4	451,0	Pre 561,5	1 690,3	1 578,5	Pre 1 403,8
Avis	740,3	1 144,3	Pre 763,6	5 182,0	4 577,0	Pre 1 909,0
Campo Maior	700,4	156,5	Pre 154,7	4 202,5	2 816,3	Pre 2 010,5
Castelo de Vide	550,7	424,6	Pre 284,4	1 927,5	679,4	Pre 521,4
Crato	2 162,8	1 850,0	Pre 537,7	1 441,8	1 233,3	Pre 1 075,3
Elvas	278,1	207,2	Pre 138,2	1 668,8	1 150,0	Pre 1 090,8
Fronteira	744,9	848,5	Pre 573,4	1 862,3	1 131,3	Pre 1 433,5
Gavião	1 217,1	2 056,3	Pre 1 692,3	1 622,8	587,5	Pre 846,1
Marvão	1 004,6	500,8	Pre 433,5	-	1 752,8	Pre 1 517,3
Monforte	681,4	664,1	Pre 429,4	1 703,5	1 660,3	Pre 1 001,8
Nisa	658,4	741,2	Pre 743,3	2 139,8	1 058,9	Pre 849,4
Ponte de Sor	786,4	595,2	Pre 545,6	1 808,7	1 041,6	Pre 1 175,2
Portalegre	273,2	223,3	Pre 186,2	1 442,0	708,3	Pre 638,3
Sousel	1 920,7	842,8	Pre 1 087,6	1 920,7	1 011,4	Pre 1 087,6
Alto Alentejo	464,6	324,5	Pre 253,7	1 865,1	1 018,2	Pre 954,7
Alentejo	618,0	461,0	Pre 309,4	1 694,8	1 022,4	Pre 876,8
Portugal	311,8	246,7	↓ Pre 176,4	1 365,3	888,2	↓ Pre 645,4

Legenda:

-- Ausência de valor

↓ - Quebra de série

Pre – Valor preliminar

Fonte: Pordata (INE – Estatísticas do Pessoal de Saúde; Estimativas Anuais da População Residente)

4.3.6.2. Serviços de saúde

Para complementar a informação correspondente aos recursos humanos associados a diversos tipos de serviços de saúde apresentam-se, de seguida, alguns indicadores estatísticos que permitirão caracterizar a região relativamente a este tipo de serviços.

Os indicadores apresentados inicialmente apresentados referem-se às duas únicas unidades hospitalares localizadas no distrito de Portalegre (o Hospital de Santa Luzia em Elvas e o Hospital Doutor José Maria Grande em Portalegre).

Na tabela 4.3.29., estes dois hospitais, surgem registados como unidades hospitalares de natureza oficial, ou seja, como unidades tuteladas administrativamente pelo Estado, não existindo até 2021, no distrito de Portalegre, qualquer unidade hospitalar de natureza privada.

Tabela 4.3.29.: Hospitais por natureza institucional nos concelhos de Elvas, Ponte de Sor e Portalegre, na sub-região Alto Alentejo, na região Alentejo e em Portugal (2001, 2011, 2021)

	Oficial ²⁶			Privado ²⁷		
	2001	2011	2021	2001	2011	2021
Elvas	1	1	Pro 1	0	0	Pro 0
Ponte de Sor	0	0	Pro 0	1	0	Pro 0
Portalegre	1	1	Pro 1	0	0	Pro 0
Alto Alentejo	2	2	Pro 2	2	1	Pro 1
Alentejo	8	7	Pro 6	3	4	Pro 5
Portugal	122	123	Pro 112	95	103	Pro 128

Legenda:

Pro – Valor provisório

Fonte: Pordata (INE I DGS/MS – Inquérito aos Hospitais)

Apesar dos dados referentes à capacidade em termos de número de camas e de número de salas de operação existentes nas unidades hospitalares do distrito de Portalegre serem, no ano 2021, valores provisórios, verifica-se no hospital localizado em Portalegre um aumento do número de camas de 2011 para 2021 ficando o valor deste último ano abaixo do valor registado em 2001. Relativamente ao número de salas de operação, o hospital de Portalegre revela um aumento gradual deste tipo de recurso existindo em 2021 mais do dobro da capacidade que existia em 2001 (tabela 4.3.30.).

As estatísticas oficiais que dizem respeito ao hospital de Elvas apresentam, em 2021, o valor provisório zero não se apresentando, por este motivo, uma análise da informação que diz respeito aos indicadores descritos na tabela 4.3.30.

Tabela 4.3.30.: Camas e salas de operação (N.º) em unidades hospitalares nos concelhos de Elvas e Portalegre (2001, 2011, 2021)

	Elvas			Portalegre		
	2001	2011	2021	2001	2011	2021
Camas	108	89	Pro 0	274	200	Pro 236
Salas de operação	3	2	Pro 0	3	4	Pro 7

Legenda:

Pro – Valor provisório

Fonte: Pordata (INE I DGS/MS – Inquérito aos Hospitais)

²⁶ Hospital que é tutelado administrativamente pelo Estado, independentemente da propriedade das instalações.

²⁷ Hospital cujas propriedade e administração são pertença de instituição privada, com ou sem fins lucrativos.

A tabela 4.3.31. apresenta o número de consultas externas efetuadas nas duas unidades hospitalares do distrito de Portalegre. O hospital de Portalegre, apresenta um aumento do número de consultas em todas as especialidades registadas na tabela exceto na especialidade de pediatria que apresenta um valor inferior a metade das consultas efetuadas em 2001, situação que poderá estar associada ao decréscimo do número de crianças verificado na região. As especialidades de medicina interna, de oftalmologia e de ortopedia foram as que registaram, em 2021, um maior aumento relativamente aos valores de 2011 destacando-se a ortopedia que apresenta um aumento quatro vezes superior a 2011 e a medicina interna e oftalmologia como especialidades que apresentaram um aumento cerca de três vezes superior ao valor de 2011. No hospital de Portalegre, em 2021, a população recorreu mais a especialidades como cirurgia geral, ortopedia e oftalmologia tendo sido a pediatria e a otorrinolaringologia as que registaram um menor número de consultas.

Mais uma vez, não será apresentada uma análise do número de consultas externas realizadas, em 2021, no hospital de Elvas devido ao facto dos registos indicarem como valor provisório zero em todas as especialidades.

Tabela 4.3.31.: Consultas externas (N.º) por especialidade em unidades hospitalares nos concelhos de Elvas e Portalegre (2001, 2011, 2021)

	Elvas			Portalegre		
	2001	2011	2021	2001	2011	2021
Cirurgia geral	4 701	6 179	Pro 0	7 020	8 209	Pro 11 952
Ginecologia	2 036	1 158	Pro 0	2 128	3 394	Pro 5 415
Medicina interna	2 329	6 312	Pro 0	3 453	2 660	Pro 7 926
Oftalmologia	0	0	Pro 0	1 861	3 121	Pro 9 382
Ortopedia	4 400	3 910	Pro 0	3 452	2 389	Pro 10 252
Otorrinolaringologia	0	0	Pro 0	2 284	0	Pro 2 516
Pediatria médica	1 653	1 253	Pro 0	4 108	2 221	Pro 1 904
Psiquiatria	0	0	Pro 0	5 746	4 301	Pro 4 738

Legenda:

Pro – Valor provisório

Fonte: Pordata (INE I DGS/MS – Inquérito aos Hospitais)

Relativamente à informação apresentada na tabela 4.3.32., a análise apresentada focar-se-á nas estatísticas oficiais referentes ao hospital de Portalegre por existirem em 2021, ainda que provisórios, valores nos diferentes tipos de indicadores apresentados na tabela. Destacam-se, as urgências, como um tipo de serviço que sofreu um maior aumento em termos de procura, em 2021, quase o dobro relativamente aos valores registados em 2001 e em 2011. Os internamentos aumentaram, em 2021, ligeiramente quando comparados com os valores de 2001 e de 2011. O número de partos realizados no hospital, o número médio de cirurgias realizadas por dia bem como a taxa de ocupação são indicadores que apresentam, em 2021, valores ligeiramente inferiores aos registados em 2011.

Tabela 4.3.32.: Urgências, Internamentos, partos (N.º), cirurgias por dia (Média) e taxa de ocupação (%) em unidades hospitalares nos concelhos de Elvas e Portalegre (2001, 2011, 2021)

	Elvas			Portalegre		
	2001	2011	2021	2001	2011	2021
Urgências	28 463	28 738	Pro 0	38 354	38 775	Pro 69 661
Internamentos	3 956	2 989	Pro 0	6 628	6 639	Pro 6 805
Partos	277	0	Pro 0	467	433	Pro 420
Cirurgias por dia	-	4	Pro 0	-	15	Pro 14
Taxa de ocupação num ano (%)	73,6%	82,8%	-	68,5%	77,3%	Pro 76,4%

Legenda: - - Ausência de valor | Pro – Valor provisório

Fonte: Pordata (INE I DGS/MS – Inquérito aos Hospitais)

A informação apresentada de seguida diz respeito a farmácias e postos farmacêuticos móveis, um tipo de serviço que aumentou em 2021 nos concelhos de Castelo de Vide, Elvas e Portalegre mantendo-se, nos restantes concelhos, o número de serviços registados em 2011. No período 2001-2021, verifica-se uma ligeira tendência aumento do número de farmácias e postos farmacêuticos móveis nas dimensões nacional, regional e sub-regional.

Fronteira não sofreu alteração relativamente ao número de farmácias e postos farmacêuticos móveis desde 2001 até 2021, apresentando neste último ano, um total de três estruturas deste tipo de serviço (tabela 4.3.33.).

Tabela 4.3.33.: Farmácias e postos farmacêuticos móveis (N.º) nos concelhos, na sub-região Alto Alentejo, na região Alentejo e em Portugal (2001, 2011, 2021)

	2001	2011	2021
Alter do Chão	4	4	4
Arronches	2	3	3
Avis	5	5	5
Campo Maior	3	3	3
Castelo de Vide	3	2	3
Crato	5	5	5
Elvas	10	9	10
Fronteira	3	3	3
Gavião	4	4	4
Marvão	3	3	3
Monforte	4	4	4
Nisa	6	5	5
Ponte de Sor	7	7	7
Portalegre	13	12	14
Sousel	4	4	4
Alto Alentejo	76	73	77
Alentejo	343	342	348
Portugal	2 888	3 074	3 112

Fonte: Pordata (INE – Estatísticas das Farmácias)

No ponto anterior analisou-se o número de habitantes por farmacêutico, apresentando-se na tabela 4.3.34. o número de habitantes por farmácias e postos farmacêuticos móveis no período 2001-2021. Na realidade nacional, regional e sub-regional verifica-se que

tem vindo a diminuir, desde 2001, o número de habitantes tendo em conta o número de estruturas como farmácias e postos farmacêuticos móveis o que poderá estar associado, por um lado, a um decréscimo populacional e, por outro lado, a um aumento do número de estruturas à disposição da população.

No concelho de Fronteira, o número de habitantes por farmácias e postos farmacêuticos móveis tem vindo a diminuir desde 2001. Este número referente ao ano 2021, é significativamente inferior ao valor indicado a nível sub-regional, a nível regional e cerca de três vezes e meia inferior ao valor preliminar indicado para a realidade nível nacional.

Tabela 4.3.34.: Habitantes por farmácias e postos farmacêuticos móveis (Média) nos concelhos, na sub-região Alto Alentejo, na região Alentejo e em Portugal (2001, 2011, 2021)

	2001	2011	2021
Alter do Chão	983,1	893,0	Pre 765,6
Arronches	1 690,3	1 052,3	Pre 935,8
Avis	1 036,4	915,4	Pre 763,6
Campo Maior	2 801,7	2 816,3	Pre 2 680,7
Castelo de Vide	1 285,0	1 698,5	Pre 1 042,8
Crato	865,1	740,0	Pre 645,2
Elvas	2 336,4	2 555,6	Pre 2 072,5
Fronteira	1 241,5	1 131,3	Pre 955,7
Gavião	1 217,1	1 028,1	Pre 846,1
Marvão	1 339,5	1 168,5	Pre 1 011,5
Monforte	851,8	830,1	Pre 751,4
Nisa	1 426,5	1 482,4	Pre 1 189,2
Ponte de Sor	2 583,9	2 380,7	Pre 2 182,4
Portalegre	1 996,7	2 065,8	Pre 1 595,9
Sousel	1 440,5	1 264,3	Pre 1 087,6
Alto Alentejo	1 668,8	1 617,9	Pre 1 363,8
Alentejo	2 263,0	2 212,1	Pre 2 030,7
Portugal	3 588,2	3 434,5	⊥ Pre 3 329,6

Legenda:

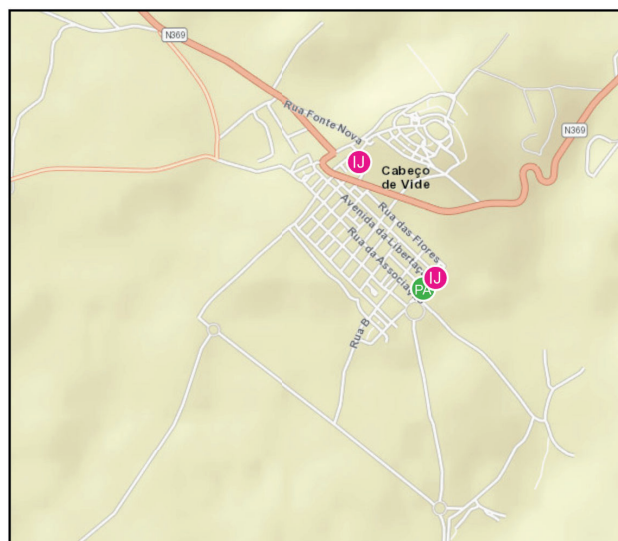
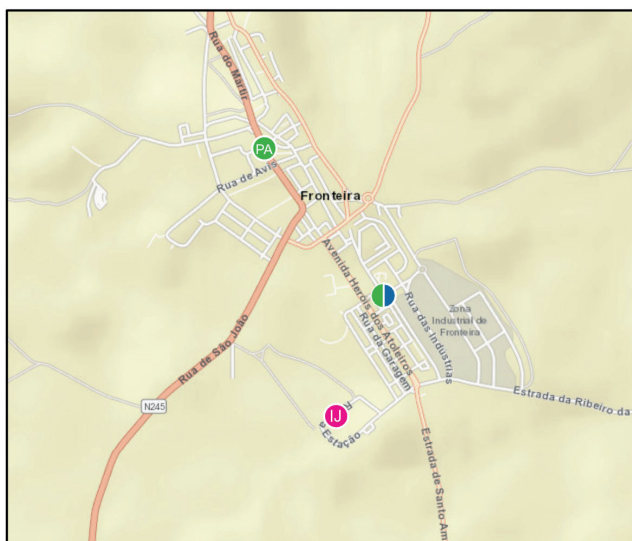
⊥ - Quebra de série

Pre – Valor preliminar

Fonte: Pordata (INE – Estimativas Anuais da População Residente; Estatísticas das Farmácias)

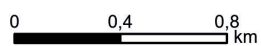
05

CARACTERIZAÇÃO
PROSPETIVA DA REDE
DE EQUIPAMENTOS
E SERVIÇOS SOCIAIS
DO CONCELHO



Respostas sociais

- Infância e Juventude
- População Adulta
- População Adulta/Família e Comunidade



Fonte: CAOP 2021
ESRI

1. Santa Casa da Misericórdia de Cabeço de Vide
2. Agrupamento de Escolas de Fronteira
3. Santa Casa da Misericórdia de Fronteira

5. CARACTERIZAÇÃO PROSPETIVA DA REDE DE EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS SOCIAIS DO CONCELHO DE FRONTEIRA

A caracterização prospetiva da rede de equipamentos e serviços sociais do concelho de Fronteira apresenta-se assim sustentada num processo de participação das entidades locais com intervenção social por via da resposta a um inquérito por questionário aplicado online, bem como pela realização de um focus group, que reuniu diferentes entidades do concelho, com intervenção social.

Ao questionário responderam 3 entidades do concelho de Fronteira, nomeadamente: i) Santa Casa da Misericórdia de cabeço de Vide; ii) Agrupamento de Escolas de Fronteira; iii) Santa casa da Misericórdia de Fronteira.

5.1 Entidades locais com intervenção social

Santa Casa da Misericórdia de Cabeço de Vide

A Associação Recreativa e Cultural de Fronteira é uma Irmandade da Misericórdia, fundada em 1498, que tem como públicos-alvo **Crianças e Jovens** (valências de Creche, Centro de Atividades de Tempos Livres), **Pessoas Idosas** (valências de Serviço de Apoio Domiciliário, Centro de Convívio, Centro de Dia, Estrutura Residencial para Idosos) e a **Família e Comunidade** (valências de Refeitório/ Cantina Social, Ajuda Alimentar). A Santa casa da Misericórdia de Cabeço de Vide conta, à data da realização do presente documento, com 89 colaboradores.

Agrupamento de Escolas de Fronteira

O Agrupamento Escolas de Fronteira, fundado em 1998, é uma Instituição dependente de outro Ministério e a entidade proprietária é o Ministério da Educação. Tem como público-alvo **Crianças e Jovens e Crianças e Jovens com Deficiência e Crianças**. Tem, atualmente, as valências de Educação Pré-escolar e Intervenção Precoce. A instituição conta, à data da realização do questionário, com 71 colaboradores.

Santa Casa da Misericórdia de Fronteira

A Santa Casa da Misericórdia de Fronteira, fundada em 1583, é uma Irmandade da Misericórdia. Tem como públicos-alvo **Crianças e Jovens, Pessoas Idosas, Pessoas Adultas com Deficiência, Pessoas em Situação de Dependência e Família e Comunidade em Geral**. Atualmente, as suas valências são: Creche, Educação Pré-Escolar, Serviço de Apoio Domiciliário, Centro de Convívio, Centro de Dia, Estrutura Residencial para Idosos e Refeitório/ Cantina Social e Ajuda Alimentar. A instituição conta, à data da realização do questionário, com 69 colaboradores.

5.1.1. Caracterização das entidades sociais

Apresenta-se, na Tabela 5.1.1, uma breve caracterização das entidades e respetivos equipamentos/respostas sociais/ valências no concelho de Fronteira.

Tabela 5.1.1: Caracterização das entidades

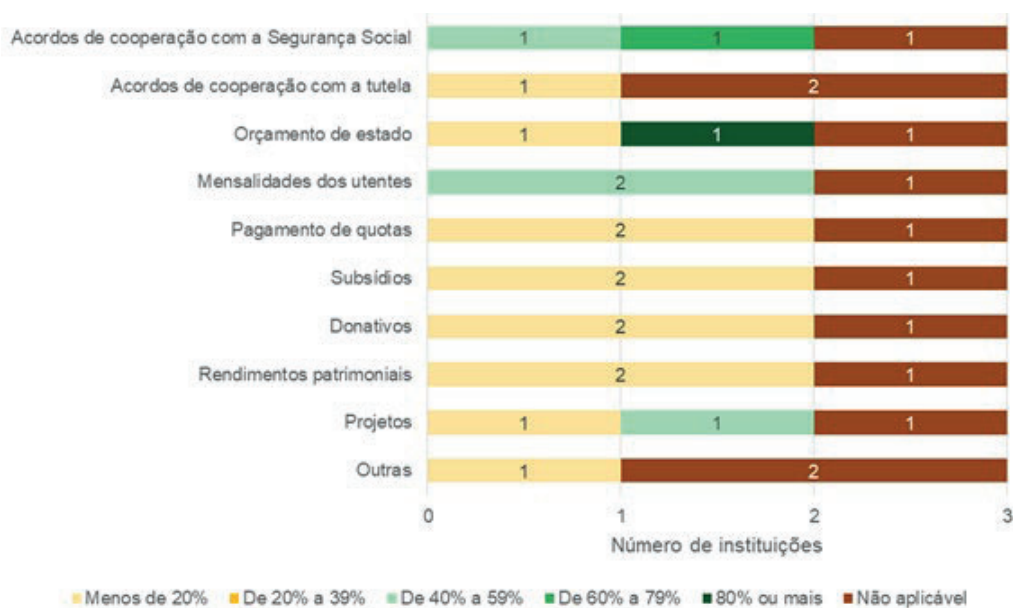
Entidade	Natureza jurídica	Freguesia	Público-Alvo	Equipamentos/Respostas Sociais/ Valências
Santa Casa da Misericórdia da Cabeço de Vide	Irmadade da Misericórdia	Cabeço de Vide	Crianças e jovens; Pessoas Idosas; Família e Comunidade.	- Creche; - Centro de Atividades de Tempos Livres; - Serviço de Apoio Domiciliário; - Centro de Convívio; - Centro de Dia; - Estrutura Residencial para Idosos; - Refeitório/ Cantina Social; - Ajuda Alimentar.
Agrupamento de Escolas de Fronteira	Instituição dependente de outro Ministério	Fronteira	Crianças e jovens; Crianças e jovens com deficiência.	- Educação Pré-escolar; - Intervenção Precoce.
Santa Casa da Misericórdia de Fronteira	Irmadade da Misericórdia	Fronteira	Crianças e jovens; Pessoas idosas; Família e Comunidade em geral.	- Creche; - Educação Pré-escolar; - Serviço de Apoio Domiciliário; - Centro de Convívio; - Centro de Dia; - Estrutura Residencial para idosos; - Refeitório/ Cantina social; - Ajuda Alimentar.

Fonte: inquérito por questionário.

5.2 Fontes de financiamento (entidades sociais)

Tendo como referência os anos de 2020, 2021 e 2022, as instituições indicaram, em média, o peso (em %) referente às suas diferentes fontes de financiamento. No gráfico 5.2.1, podemos verificar que os Acordos de Cooperação com a Segurança Social, as Mensalidades dos Utentes e o Orçamento de Estado são a principal fonte de financiamento das instituições.

Gráfico 5.2.1: Peso (em%) de fontes de financiamento nas instituições, nos últimos três anos (2020, 2021 e 2022)



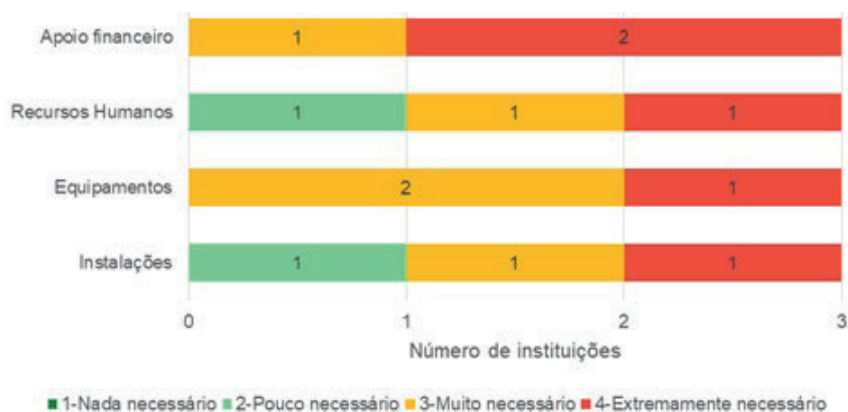
Fonte: inquérito por questionário.

À altura da aplicação do questionário, nenhuma instituição indicou desenvolver algum tipo de projeto, programa ou medida com financiamento nos anos em causa.

5.3 Necessidades das instituições (entidades sociais)

Relativamente às necessidades da instituição, numa escala de 1 a 4, onde 1 é “nada necessário” e 4 é “extremamente necessário”, o Apoio financeiro foi apontado como a principal necessidade das respostas sociais integradas nas instituições do concelho de Fronteira. Uma das instituições referiu também a necessidade de reforço de Recursos Humanos como “extremamente necessário”, tendo acontecido o mesmo com a necessidade de Equipamentos e a necessidade de Instalações.

Gráfico 5.3.1: Necessidades das respostas integradas nas instituições

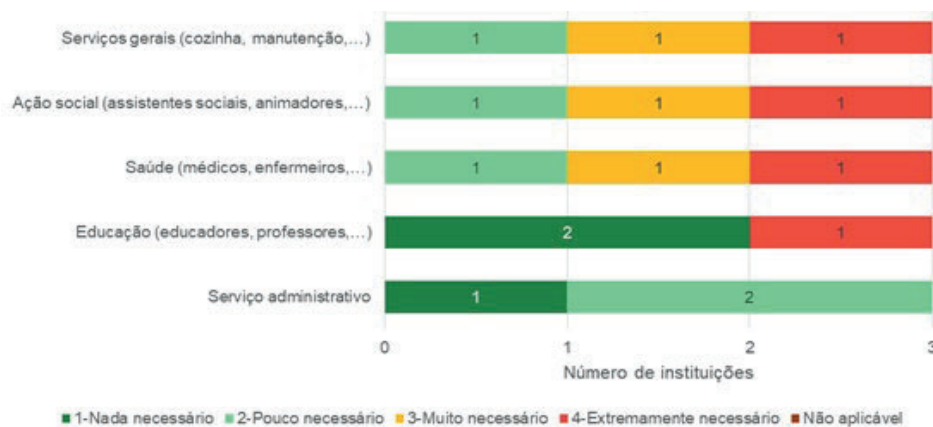


Fonte: inquérito por questionário.

5.4 Necessidade de reforço de Recursos Humanos nas instituições (entidades sociais)

Relativamente à necessidade de reforçar os recursos humanos a desempenhar funções nos serviços referidos, numa escala de 1 a 4, onde 1 é “nada necessário” e 4 é “extremamente necessário”, a necessidade extrema ou muito elevada de reforço de recursos humanos no âmbito dos Serviços Gerais, Ação Social e Saúde foi reportada pela maioria das instituições. Uma instituição revelou uma extrema necessidade por professores.

Gráfico 5.4.1: Necessidades de reforço de recursos humanos nas instituições

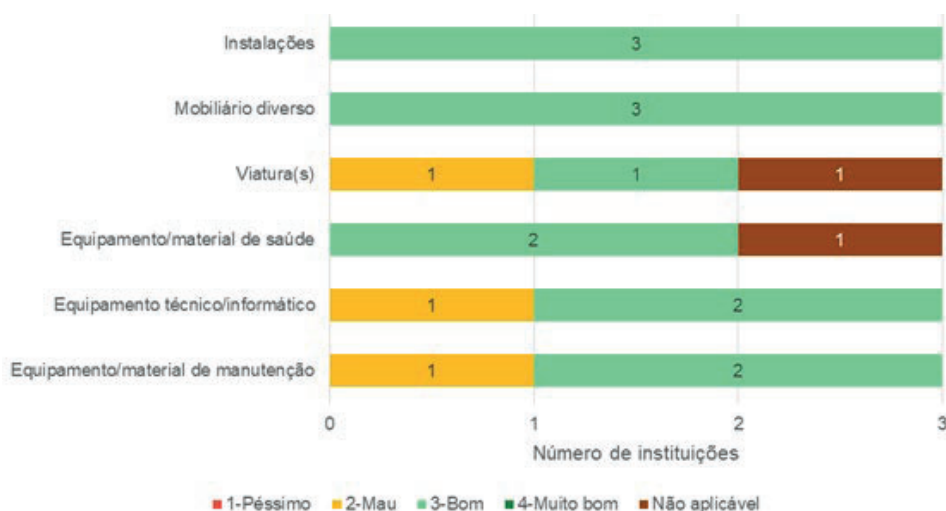


Fonte: inquérito por questionário.

5.5 Avaliação do estado geral das instalações, viaturas e equipamentos (entidades sociais)

No que se refere ao estado geral, numa escala de 1 a 4, onde 1 é “péssimo” e 4 é “excelente”, uma instituição classificou o Equipamento técnico/ informático como péssimo, tendo o mesmo acontecido em relação ao Equipamento/ material de manutenção. Todas as instituições consideraram “Bom” o estado geral das Instalações e do Mobiliário diverso. Uma instituição reportou que o estado geral das suas viaturas era “mau”, tendo o mesmo acontecido com o estado geral do equipamento informático e do equipamento/material de manutenção.

Gráfico 5.5.1: Estado geral relativamente aos aspetos a seguir identificados

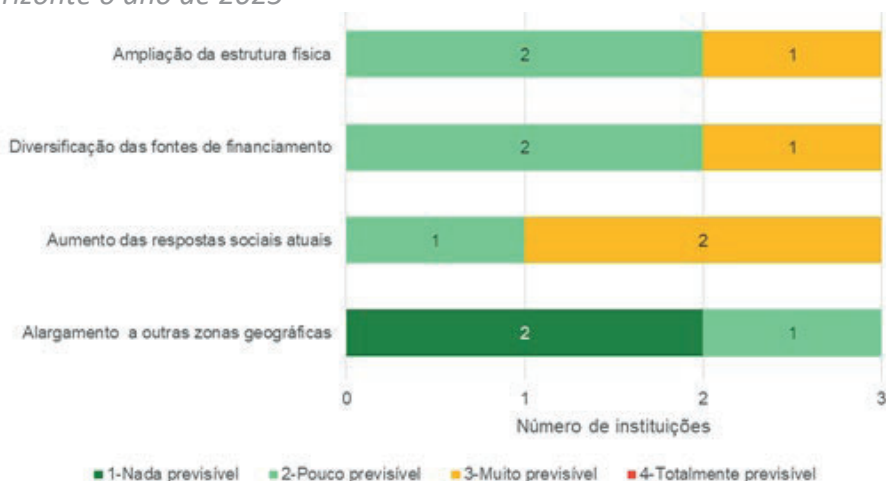


Fonte: inquérito por questionário.

5.6 Perspetivas de futuro relativamente às instituições (horizontes temporais 2025 e 2030) (entidades sociais)

Tendo como horizonte o ano 2025, numa escala de previsibilidade de 1 a 4, onde 1 é “nada previsível” e 4 é “totalmente previsível” os seguintes aspetos foram considerados, nomeadamente: a) Ampliação da estrutura física da instituição; b) Diversificação das fontes de financiamento; c) Aumento das respostas sociais atuais; d) Alargamento da instituição a outras zonas geográficas como. Neste sentido, observa-se no Gráfico 5 que, à data da aplicação do questionário em análise, uma instituição prevê a “ampliação da estrutura física”, uma instituição considerou “muito previsível” a “Diversificação das fontes de financiamento”, duas instituições consideram “muito previsível” o “Aumento das respostas sociais”. No entanto, todas as entidades inquiridas referiram que era pouco ou nada previsível o alargamento a outras zonas geográficas.

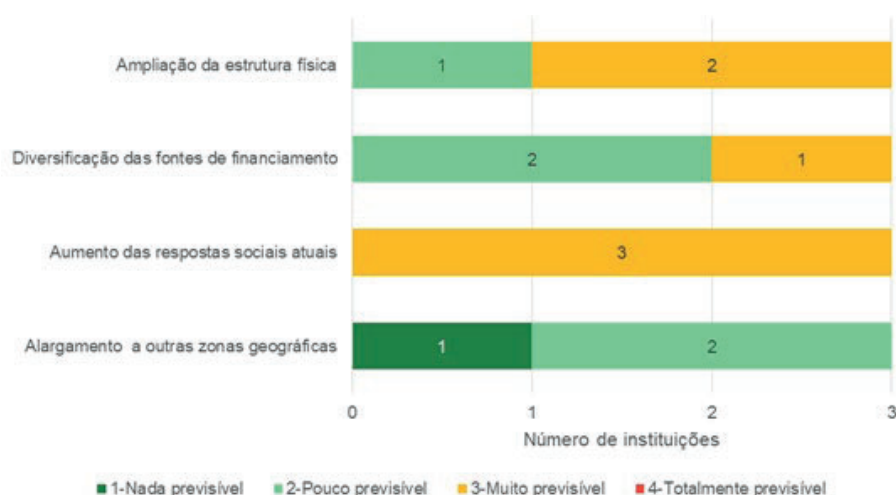
Gráfico 5.6.1: Previsibilidade relativamente aos aspetos a seguir identificados tendo como horizonte o ano de 2025



Fonte: inquérito por questionário.

Por outro lado, tendo como horizonte o ano 2030, numa escala de previsibilidade de 1 a 4, onde 1 é “nada previsível” e 4 é “totalmente previsível” os aspetos supra também foram considerados, nomeadamente: a) Ampliação da estrutura física da instituição; b) Diversificação das fontes de financiamento; c) Aumento das respostas sociais atuais; d) Alargamento da instituição a outras zonas geográficas como. Desta forma, de acordo com o Gráfico 6, duas das instituições inquiridas consideram a Ampliação da estrutura física da instituição “muito previsível” até 2030. Uma das três instituições considerou a “Diversificação das fontes de financiamento” “muito previsível até à mesma data. Todas as instituições consideram o “Aumento das respostas sociais” como muito previsível e pouco ou nada previsível o “Alargamento a outras zonas geográficas” até 2030.

Gráfico 5.6.2: Previsibilidade relativamente aos aspetos a seguir identificados tendo como horizonte o ano de 2030



Fonte: inquérito por questionário.

5.7 Distribuição das respostas Sociais do concelho Fronteira por domínio de atuação e freguesia

As respostas sociais do concelho de Fronteira por freguesia e por domínio de atuação estão distribuídas em, nomeadamente infância e juventude²⁸; pessoas adultas²⁹; família e comunidade³⁰; grupo fechado de respostas pontuais³¹.

²⁸ Integra as áreas das crianças e jovens em geral, das crianças e jovens com deficiência e das crianças e jovens em situação de perigo.

²⁹ Integra as áreas das pessoas idosas, das pessoas com deficiência, das pessoas em situações de dependência, das pessoas com doença mental e das pessoas em situação de sem-abrigo.

³⁰ Integra respostas abrangentes, e subdivide-se nas áreas dirigidas à família e comunidade em geral, às pessoas com VIH/SIDA e suas famílias, às pessoas com comportamentos aditivos e às pessoas vítimas de violência doméstica.

³¹ Inclui respostas sociais com abrangência e expansão limitada, cuja intervenção se mantém pertinente. Inclui respostas sociais para as quais não se prevê a celebração de novos acordos – “Apoio em Regime Ambulatório”; “Imprensa Braille” e “Escola de Cães-Guia”.

5.7.1 Respostas sociais no concelho de Fronteira

Desta forma, na tabela 5.7.1 apresentamos o número de respostas sociais no concelho de Fronteira de acordo com as especificidades descritas acima.

Tabela 5.7.1: Número de respostas sociais do concelho de Fronteira

Concelho	Freguesia	Infância e juventude	Pessoas adultas	Família e comunidade	Grupo Fechado de Resposta Pontuais	Total
Fronteira	Fronteira	4	4	2	0	10
	São Saturnino	0	0	0	0	0
	Cabeço de Vide	2	4	2	0	8

Fonte: inquérito por questionário.

5.7.2 Respostas Sociais para a Infância e Juventude

Não obtivemos respostas ao questionário referente a este ponto.

5.7.3 Respostas Sociais para as Pessoas Adultas

Não obtivemos respostas ao questionário referente a este ponto.

5.7.4 Respostas Sociais para a Família e Comunidade

Não obtivemos respostas ao questionário referente a este ponto.

5.7.5 Respostas Sociais em Grupo Fechado de Respostas Pontuais

Não obtivemos respostas ao questionário referente a este ponto.

5.8 Diagnóstico das respostas sociais direcionadas a Crianças e Jovens

Não obtivemos respostas ao inquérito nesta dimensão.

5.9 Diagnóstico das respostas sociais direcionadas à População Adulta

Não obtivemos respostas ao inquérito nesta dimensão.

5.10 Diagnóstico das respostas sociais direcionadas a Família e Comunidade

Não obtivemos respostas ao inquérito nesta dimensão.

5.11 Diagnóstico das respostas sociais direcionadas a Grupo Fechado de Respostas Pontuais

Não obtivemos respostas ao inquérito nesta dimensão.

5.12 Focus Group

Participaram na realização de um *focus group* representantes de 5 instituições do concelho de Fronteira, nomeadamente: Agrupamento de Escolas de Fronteira, Câmara Municipal de Fronteira, Santa Casa da Misericórdia de Fronteira, Santa Casa da Misericórdia de Cabeço de Vide, Guarda Nacional Republicana.

Os representantes das instituições que participaram no *focus group*, considerando o âmbito de intervenção em que atuam, com o objetivo de recolher informações e insights qualitativos sobre as perceções, opiniões, atitudes e experiências dos participantes em relação às principais necessidades ao nível de desenvolvimento social do concelho de Fronteira, abaixo sistematizadas.

Foi referido como primordial a curto, médio e/ou longo prazo, para o concelho, investir em respostas às lacunas referentes a: i) escassez de vagas e insuficiência dos acordos com a segurança social ao nível das Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas; ii) falta de respostas ao nível da saúde mental das pessoas idosas; iii) falta de respostas ao nível dos cuidados continuados; iv) Combater o isolamento das pessoas idosas que não estão abrangidas por respostas sociais; v) limitações de espaço no ensino pré-escolar; ix) melhoria das condições do Agrupamento de Escolas.

As instituições representadas no *Focus Group* manifestaram acreditar que, de um modo geral, era necessário investir na criação de parcerias e trabalhar na integração de respostas que estejam de acordo com as necessidades do concelho.

5.13 - Síntese dos elementos mais relevantes da oferta dos equipamentos sociais do concelho de Fronteira

Apesar de não termos conseguido recolher informação através dos inquéritos relativamente às valências desenvolvidas pelas instituições que responderam ao primeiro inquérito, a informação recolhida através do *Focus Group* acima referido

permite-nos concluir que ao nível do desenvolvimento social o concelho de Fronteira se debate sobretudo com:

Escassez de vagas e insuficiência dos acordos com a segurança social ao nível das Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas;

Falta de respostas ao nível da saúde mental, principalmente nas pessoas idosas;

Falta de respostas ao nível dos cuidados continuados, principalmente ao nível da pessoa idosa;

Necessidade de combater o isolamento das pessoas idosas que não estão abrangidas por respostas sociais;

Limitações de espaço no ensino pré-escolar;

Melhoria das condições do Agrupamento de Escolas por forma a poder acolher eventos culturais dinamizados pela comunidade escolar com maior assistência.

06

PROGRAMA DE
INTERVENÇÃO,
AMPLIAÇÃO
E MODERNIZAÇÃO
DA REDE SOCIAL

6. PROGRAMA DE INTERVENÇÃO, AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA REDE SOCIAL

Este capítulo procura estabelecer diretrizes claras para o desenvolvimento da rede social do concelho de Fronteira. Através de linhas estratégicas, objetivos e ações, pretende-se impulsionar a concretização de produtos que atendam às necessidades sociais identificadas, promovendo assim o bem-estar e a qualidade de vida da população local.

As estratégias delineadas visam orientar a ação dos atores com responsabilidade no desenvolvimento social do município de Fronteira, bem como no que diz respeito ao planeamento estratégico do mesmo. Ao mesmo tempo, buscam guiar a sua atuação, destacando as necessidades e prioridades de investimento. Isso inclui tanto a criação de novos equipamentos e respostas sociais, como a qualificação das condições físicas e humanas da oferta existente.

O objetivo central dessas estratégias é a materialização de produtos concretos, que visam suprir as necessidades sociais do concelho de Fronteira. Essas necessidades foram sistematizadas em diferentes dimensões, nomeadamente:

Infância e Juventude: São estabelecidos objetivos e ações voltados para garantir um ambiente favorável ao desenvolvimento integral das crianças e jovens, contemplando áreas como educação, cultura, lazer e participação ativa na comunidade.

Pessoas Idosas: As seguintes propostas reconhecem a importância de proporcionar um envelhecimento ativo e digno, através da implementação de ações que fortaleçam a rede de apoio social, melhorem a qualidade dos serviços disponíveis e promovam o convívio e a participação social das pessoas idosas.

Além das ações específicas para cada dimensão, são identificadas as condicionantes que podem influenciar a implementação das estratégias propostas. Essas condicionantes devem ser cuidadosamente consideradas, incluindo a disponibilidade de recursos financeiros, a articulação entre diferentes entidades e a necessidade de qualificação das condições físicas e humanas existentes.

Dimensões	Linhas estratégicas	Objetivos	Ações
1. Infância e juventude	Requalificação do espaço do Agrupamento de Escolas de Fronteira, de forma a proporcionar um ambiente adequado e acolhedor para a comunidade educativa.	Melhorar as condições físicas e funcionais das instalações do agrupamento de escolas;	Realizar uma avaliação completa das necessidades de requalificação do espaço, incluindo a infraestrutura física, equipamentos e acessibilidade;
		Proporcionar um ambiente seguro, confortável e estimulante para estudantes, professores e funcionários;	Elaborar um plano de intervenção, identificando as áreas prioritárias de requalificação e estabelecendo um cronograma de execução;
		Promover a qualidade do ensino e aprendizagem, criando espaços adequados para atividades pedagógicas.	Realizar obras de renovação, reparação e melhoramento das instalações;
			Criar espaços de sombreamento e áreas ao ar livre adequadas para recreio e atividades extracurriculares;
			Promover a acessibilidade e inclusão, adaptando as instalações para atender às necessidades de alunos com mobilidade reduzida ou deficiências.
			Estabelecer parcerias com entidades públicas ou privadas para obter apoio técnico e financeiro na execução das obras de requalificação.
			Realizar uma monitorização contínua da implementação das ações, garantindo a qualidade e eficácia das intervenções realizadas.
	Possíveis linhas de financiamento: Fundos de apoio social de empresas e fundações (algumas empresas e fundações têm programas de responsabilidade social corporativa que apoiam projetos relacionados com a Infância e Juventude e a inclusão social), Programa Alentejo 2030, Fundo Social Europeu (FSE).		
	Expansão e melhoria das infraestruturas do Ensino Pré-Escolar em Fronteira.	Garantir acesso universal ao ensino pré-escolar para todas as crianças do concelho de Fronteira;	Identificar áreas com potencial para construção ou adaptação de infraestruturas adequadas ao ensino pré-escolar;
		Aumentar a capacidade de acolhimento do ensino pré-escolar para atender à procura crescente;	Realizar estudos de viabilidade para determinar a localização e o custo das novas infraestruturas;
		Melhorar as condições físicas e pedagógicas dos espaços destinados ao ensino pré-escolar;	Desenvolver parcerias com entidades públicas e privadas para obter apoio financeiro e recursos adicionais;
		Promover a qualidade e a excelência educativa no ensino pré-escolar;	Proceder à construção, reabilitação ou ampliação de edifícios para atender às necessidades de espaço.
	Possíveis linhas de financiamento: Fundo Social Europeu (FSE), Fundos de apoio social de empresas e fundações (algumas empresas e fundações têm programas de responsabilidade social corporativa que apoiam projetos relacionados com a Infância e Juventude e a inclusão social), Programa Alentejo 2030.		

Dimensões	Linhas estratégicas	Objetivos	Ações
2. Pessoas Idosas	Promoção da Inclusão e Melhoria das Respostas Sociais para idosos isolados em Fronteira.	<p>Estabelecer e fortalecer grupos de apoio para idosos isolados;</p> <p>Realizar visitas domiciliares regulares para idosos sem acesso a serviços de saúde e sociais;</p> <p>Promover atividades culturais e de lazer que integrem os idosos na comunidade;</p> <p>Capacitar voluntários e profissionais para combater o isolamento social dos idosos;</p> <p>Estabelecer parcerias para desenvolver projetos de combate ao isolamento social dos idosos em áreas rurais.</p>	<p>Sustentar os grupos de apoio formados por voluntários que acompanhem e prestem suporte emocional aos idosos isolados;</p> <p>Desenvolvimento de programas de visitas domiciliares regulares para os idosos que não têm acesso a serviços de saúde e sociais;</p> <p>Realização de atividades culturais e de lazer que fortaleçam a integração dos idosos na comunidade local</p> <p>Formação e capacitação de voluntários e profissionais de saúde e de ação social para trabalhar com idosos e combater o isolamento social;</p> <p>Parcerias com instituições públicas e privadas para desenvolver e financiar projetos de combate ao isolamento social dos idosos em áreas rurais;</p>

Possíveis linhas de financiamento: Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (POISE), Programa de Contratos Locais de Desenvolvimento Social (CLDS), Fundos de apoio social de empresas e fundações (algumas empresas e fundações têm programas de responsabilidade social corporativa que apoiam projetos relacionados ao envelhecimento ativo e à inclusão social), Fundo Social Europeu;

Desenvolver uma rede de apoio integrada e especializada para pessoas idosas com demência, visando proporcionar respostas mais adequadas e melhorar seu bem-estar.	<p>Melhorar as condições de acolhimento e cuidado: Garantir que as pessoas idosas com demência recebem cuidados de qualidade, adaptados às suas necessidades específicas, tanto em instituições como em casa;</p> <p>Capacitar profissionais e cuidadores: Promover formação especializada para os profissionais de saúde, cuidadores e familiares, visando melhorar suas competências no cuidado de pessoas idosas com demência;</p> <p>Promover a autonomia e a qualidade de vida: Implementar estratégias que permitam às pessoas idosas com demência manter a sua autonomia e qualidade de vida por meio de atividades adequadas, apoio social e estímulo cognitivo;</p>	<p>Avaliação das necessidades locais: Realizar um levantamento das necessidades específicas das pessoas idosas com demência em Fronteira, identificando as lacunas existentes na rede de apoio e áreas que necessitam de intervenção;</p> <p>Criação de equipas multidisciplinares: Formar equipas multidisciplinares compostas por profissionais de saúde, psicólogos, assistentes sociais e terapeutas ocupacionais, que possam fornecer uma abordagem abrangente e especializada no cuidado de pessoas idosas com demência;</p> <p>Criação de centros de dia especializados: Estabelecer centros de dia especializados, com programas adaptados às necessidades de pessoas idosas com demência, oferecendo atividades terapêuticas, estimulação cognitiva e suporte social;</p>
---	--	--

Dimensões	Linhas estratégicas	Objetivos	Ações
2. Pessoas Idosas	Desenvolver uma rede de apoio integrada e especializada para pessoas idosas com demência, visando proporcionar respostas mais adequadas e melhorar seu bem-estar.	Desenvolver parcerias e redes de colaboração: Estabelecer parcerias com entidades públicas e privadas, incluindo instituições de saúde, associações locais e voluntários, para fortalecer a rede de apoio e garantir a integração de serviços.	<p>Apoio domiciliário especializado: Implementar serviços de apoio domiciliário especializado, que possam fornecer cuidados personalizados e adaptados às necessidades individuais das pessoas idosas com demência que preferem permanecer em casa;</p> <p>Sensibilização e formação: Promover campanhas de sensibilização e oferecer programas de formação para cuidadores formais e informais, com o objetivo de aumentar a compreensão da demência e das estratégias de cuidado adequadas;</p> <p>Acesso a informações e recursos: Disponibilizar informações sobre os serviços disponíveis, recursos locais e direitos das pessoas idosas com demência e seus cuidadores, facilitando o acesso aos apoios necessários;</p> <p>Monitorização e avaliação contínua: Estabelecer mecanismos de monitorização e avaliação da qualidade dos serviços prestados, garantindo a sua melhoria contínua e o cumprimento dos objetivos propostos.</p>
<p>Possíveis linhas de financiamento: Programa Operacional de Inclusão e Emprego (Poise), Fundo Social Europeu (FSE), Programa Primeiro Direito (a criação de centros de dia especializados e a adaptação de instalações para atender às necessidades das pessoas idosas com demência podem ser consideradas dentro do contexto do programa), programas de responsabilidade social corporativa (algumas empresas e fundações têm programas de responsabilidade social corporativa que apoiam projetos relacionados ao envelhecimento ativo, bem-estar de idosos e cuidados especializados), Programa Alentejo 2030.</p>			
Expansão da Capacidade de Acolhimento das Instituições com Estrutura Residencial para Idosos em Fronteira.	<p>Aumentar a capacidade de acolhimento das instituições do concelho de Fronteira para atender às necessidades crescentes de vagas em Estruturas Residenciais para Idosos.</p> <p>Melhorar as condições físicas e infraestruturais das instituições para garantir o conforto e a segurança dos idosos.</p>	<p>Avaliação das necessidades: Realizar um levantamento detalhado das necessidades atuais e futuras da população idosa local, incluindo o número de pessoas a serem acolhidas, bem como requisitos específicos relativos às infraestruturas;</p> <p>Expansão e remodelação das estruturas residenciais: Realizar obras de expansão e remodelação nas instalações existentes para aumentar a capacidade de acolhimento e melhorar o conforto e a qualidade de vida dos utentes;</p>	

Dimensões	Linhas estratégicas	Objetivos	Ações
2. Pessoas Idosas	Expansão da Capacidade de Acolhimento das Instituições com Estrutura Residencial para Idosos em Fronteira.	<p>Aumentar a capacidade de acolhimento das instituições do concelho de Fronteira para atender às necessidades crescentes de vagas em Estruturas Residenciais para Idosos.</p> <p>Melhorar as condições físicas e infraestruturais das instituições para garantir o conforto e a segurança dos idosos.</p>	<p>Recrutamento e formação de pessoal: Contratar profissionais qualificados e capacitados para garantir um atendimento adequado aos idosos, oferecendo formação específica para lidar com as necessidades dos residentes;</p> <p>Parcerias e colaborações: Estabelecer parcerias com outras instituições de saúde e serviços sociais para obter apoio adicional e compartilhar recursos, fortalecendo a capacidade de resposta da Santa Casa da Misericórdia.</p>

Possíveis linhas de financiamento: Programa Operacional de Inclusão e Emprego (Poise), Fundo Social Europeu (FSE), Programa Primeiro Direito (a criação de centros de dia especializados e a adaptação de instalações para atender às necessidades das pessoas idosas com demência podem ser consideradas dentro do contexto do programa), programas de responsabilidade social corporativa, Programa Alentejo 2030, Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais (PARES).

Promoção da qualificação dos recursos humanos no âmbito dos cuidados à pessoa idosa no concelho de Fronteira e valorização dos profissionais do setor.	<p>Melhorar a qualidade dos cuidados: Promover a qualificação dos profissionais que lidam com a pessoa idosa, visando oferecer serviços de qualidade, centrados no bem-estar e nas necessidades individuais;</p> <p>Atualização de conhecimentos e práticas: Capacitar os profissionais com as competências necessárias para lidar com os desafios específicos do envelhecimento, incluindo o conhecimento sobre doenças relacionadas à idade, técnicas de cuidados especializados e abordagens terapêuticas adequadas;</p> <p>Desenvolvimento de competências interdisciplinares: Promover a colaboração entre diferentes profissionais envolvidos nos cuidados à pessoa idosa, como médicos, enfermeiros, cuidadores, assistentes sociais e terapeutas, para uma abordagem integrada e holística;</p>	<p>Programas de formação especializada: Oferecer programas de formação especializada em cuidados geriátricos, incluindo cursos, workshops e palestras ministradas por profissionais qualificados e especialistas na área.</p> <p>Desenvolver ações de sensibilização junto das entidades empregadoras, com o objetivo de combater a precarização das condições de trabalho dos profissionais;</p> <p>Criação de planos de carreira e valorização salarial por parte das entidades empregadoras: Desenvolver planos de carreira claros e estruturados, com possibilidade de progressão e reconhecimento salarial baseado na qualificação, experiência e desempenho dos profissionais;</p> <p>Promoção de um ambiente de trabalho adequado: Garantir condições de trabalho seguras, saudáveis e confortáveis, proporcionando recursos adequados, equipamentos atualizados e apoio necessário para o desempenho das atividades profissionais;</p>
--	---	--

Dimensões	Linhas estratégicas	Objetivos	Ações
2. Pessoas Idosas	Promoção da qualificação dos recursos humanos no âmbito dos cuidados à pessoa idosa no concelho de Fronteira e valorização dos profissionais do setor.	Promoção do bem-estar e autonomia: Capacitar os profissionais para incentivar a independência e a qualidade de vida dos idosos, oferecendo suporte emocional, atividades estimulantes e respeito à dignidade e autonomia pessoal.	Estímulo à investigação e inovação: Incentivar a pesquisa e a implementação de práticas inovadoras nos cuidados à pessoa idosa, promovendo a troca de conhecimentos e a adoção de abordagens baseadas em evidências. Reconhecimento e valorização do trabalho dos profissionais: Realizar eventos, premiações e cerimônias de reconhecimento para valorizar e destacar os profissionais que se destacam no cuidado à pessoa idosa, compartilhando as suas boas práticas e incentivando outros a seguirem o exemplo.

Possíveis linhas de financiamento: Programa Operacional Inclusão e Emprego (POISE), Fundo Social Europeu (FSE), Fundos de apoio social de empresas e fundações, Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (POISE), Programa Alentejo 2030.

Desenvolvimento de uma Unidade de Cuidados Continuados em Fronteira para fornecer cuidados de saúde e apoio social a pessoas idosas com dependência e/ou doenças crónicas.	Garantir a disponibilidade de cuidados de qualidade, especializados e personalizados para a população idosa do concelho de Fronteira que necessite de cuidados continuados. Melhorar a qualidade de vida e a autonomia dos utentes através de cuidados adequados às suas necessidades. Promover a reabilitação e a reintegração social dos utentes na comunidade.	Identificar os recursos necessários e adequados à instalação de uma unidade de cuidados continuados; Realizar estudos de viabilidade técnica, financeira e regulatória para a criação da unidade; Estabelecer parcerias com entidades públicas e privadas, como instituições de solidariedade social com capacidade de implementação e gestão da unidade. Promover a sensibilização e a educação da comunidade sobre a importância dos cuidados continuados e a disponibilidade da unidade;
--	---	--

Possíveis linhas de financiamento: Programa de Capacitação para o Investimento Social (PCIS); Programa de Financiamento a Projetos pelo Instituto Nacional para a Reabilitação; Programa de Recuperação e Resiliência (PRR) e, dentro deste o Programa Primeiro Direito, Fundo Social Europeu (FSE), Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais (PARES), Programa Operacional Inclusão e Emprego (POISE), Fundo Social Europeu (FSE), Fundos de apoio social de empresas e fundações, Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (POISE), Programa Alentejo 2030.

3. Condicionantes Recursos financeiros limitados: Um dos principais constrangimentos pode ser a disponibilidade de recursos financeiros para implementar as ações propostas. É importante identificar e aceder a linhas de financiamento adequadas e garantir uma gestão eficiente dos recursos disponíveis;

Desigualdades socioeconómicas: A região do Alentejo enfrenta desafios socioeconómicos, incluindo um nível de rendimento per capita inferior à média nacional. Essas desigualdades podem impactar a implementação de ações de desenvolvimento social, exigindo estratégias específicas para alcançar e envolver todos os segmentos da população;

Baixa densidade populacional e dispersão geográfica: O Alentejo é uma região caracterizada por baixa densidade populacional e uma dispersão geográfica significativa. Isso pode representar um desafio na oferta de serviços e no acesso a recursos, especialmente em áreas mais remotas. É necessário considerar a adequação e a distribuição geográfica das ações propostas;

Desafios demográficos e migração: O ônus demográfico e a migração de jovens para áreas urbanas podem afetar a implementação de políticas sociais. Isso pode resultar na falta de mão de obra qualificada, falta de serviços adequados e uma maior pressão sobre os serviços existentes;

Envelhecimento da população: O envelhecimento da população é uma realidade em todo o país, incluindo o Alentejo. Ações voltadas para a infância, juventude e pessoas com deficiência devem ser complementadas com medidas que abordem as necessidades específicas das pessoas idosas, como cuidados de saúde, apoio domiciliário e combate ao isolamento social;

Infraestruturas e acessibilidade limitadas: Alguns municípios no Alentejo podem ter infraestruturas limitadas, incluindo equipamentos e serviços sociais. Além disso, a acessibilidade física em edifícios e espaços públicos pode ser um desafio para pessoas com deficiência ou dificuldades de mobilidade. É importante considerar a adaptação e melhoria dessas infraestruturas;

Dificuldades de coordenação e cooperação interinstitucional: A coordenação efetiva entre diferentes instituições públicas e privadas e organizações da sociedade civil é essencial para o sucesso das políticas sociais. No entanto, a falta de coordenação e coordenação adequadas podem dificultar a implementação integrada e coerente das políticas, resultando em lacunas e sobreposições;

Acesso limitado aos serviços: Em áreas rurais e remotas, o acesso a determinados serviços pode ser limitado devido à distância geográfica. A escassez de transportes públicos, por exemplo, pode dificultar o acesso a serviços essenciais, como cuidados de saúde e apoio social.

07

CONSIDERAÇÕES
FINAIS

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A elaboração da Carta Social do Município de Fronteira representa um marco significativo no desenvolvimento e fortalecimento das políticas sociais do município, bem como da região do Alto Alentejo.

Nesta carta, é reconhecida a importância de promover a inclusão social, garantir o bem-estar de todos os cidadãos e fortalecer os laços comunitários. As estratégias delineadas têm como objetivo orientar tanto o planeamento e ordenamento do território, como a ação dos diversos atores sociais, a fim de atender às necessidades e prioridades identificadas.

No entanto, é importante salientar que a implementação dessas políticas sociais pode enfrentar condicionantes e desafios específicos. A escassez de recursos financeiros, o envelhecimento populacional, as desigualdades socioeconómicas, o acesso limitado aos serviços, a baixa densidade populacional, os desafios demográficos e a coordenação interinstitucional são fatores que requerem atenção e esforços conjuntos.

É fundamental procurar parcerias estratégicas e explorar as diversas linhas de financiamento disponíveis. Esses recursos podem ser fundamentais para a implementação das ações propostas, garantindo a efetividade e o alcance dos resultados esperados.

Além disso, a participação ativa da comunidade local, das organizações da sociedade civil e de todos os atores envolvidos é essencial para o sucesso das políticas sociais. O diálogo e a cooperação entre esses atores são fundamentais para fortalecer a coesão social e promover uma cultura de solidariedade e inclusão no Município de Fronteira.

A Carta Social representa um compromisso com o desenvolvimento social e humano de Fronteira. É um documento que orientará a tomada de decisões, a alocação de recursos e o acompanhamento das ações ao longo do tempo. É uma ferramenta dinâmica que deve ser atualizada e adaptada às necessidades em constante evolução do município. É também um elemento fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva, alicerçada no respeito pela diversidade e na busca pela qualidade de vida para todos os residentes de Fronteira.

08

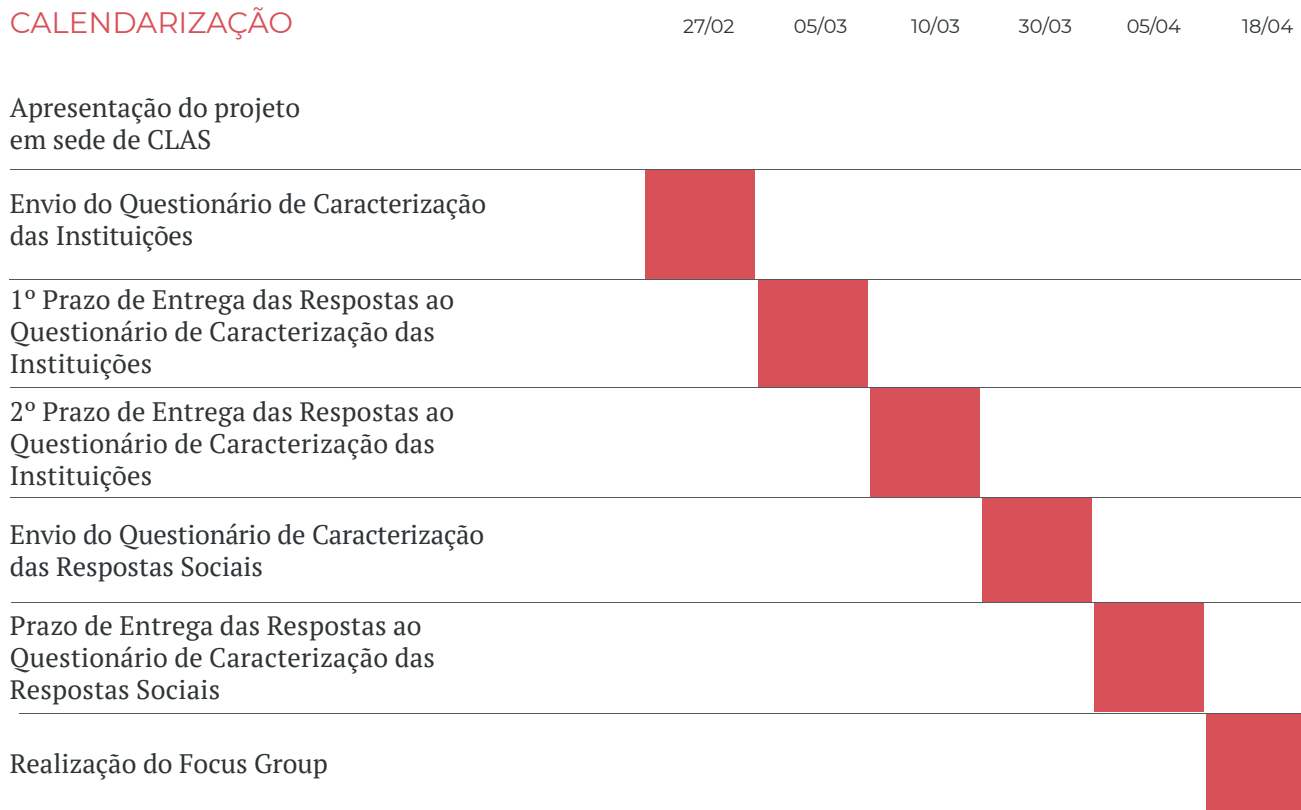
REFERÊNCIAS

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Câmara Municipal de Fronteira (s.d). <https://www.cm-fronteira.pt/>
- Comissão Europeia (2020). Report from the commission to the European Parliament, the Council, the European Economic and Social Committee and the Committee of regions on the impact of demographic change. https://commission.europa.eu/system/files/2020-06/commission-staff-working-document-impact-demographic-change-17june2020_en.pdf
- Comissão Europeia (s.d.). Estatísticas sobre os fluxos migratórios para a Europa. Imigrantes na sociedade europeia - Números globais. https://commission.europa.eu/strategy-and-policy/priorities-2019-2024/promoting-our-european-way-life/statistics-migration-europe_pt
- Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo [CIMAA], (s.d). <https://www.cimaa.pt/>
- Eurostat (s.d). Database. <https://ec.europa.eu/eurostat/web/main/data/database>
- Euroregião Alentejo, Algarve e Andaluzia (s.d). Alentejo. <https://www.euroaaa.eu/site/alentejo>
- Instituto Nacional de Estatística (INE) (2022). Censos 2021, Resultados Definitivos - Portugal. População e sociedade/População. https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=65586079&PUBLICACOESmodo=2
- Pordata (s.d). Conheça o seu Município. Fronteira. <https://www.pordata.pt/Municipios>
- Ministério dos Negócios Estrangeiros (s.d). Portal Diplomático. Dados Gerais. <https://ue.missaoportugal.mne.gov.pt/pt/portugal/sobre-portugal/dados-gerais>
- United Nations (2022). World Population Prospects 2022. Summary of Results. United Nations Department of Economic and Social Affairs, Population Division. https://www.un.org/development/desa/pd/sites/www.un.org.development.desa.pd/files/wpp2022_summary_of_results.pdf
- United Nations High Commissioner for Refugees [UNHCR]. (2021). Global Trends Report 2021. <https://www.unhcr.org/publications/brochures/62a9d1494/global-trends-report-2021.html>
- União Europeia (s.d). Factos e números sobre a vida na União Europeia. https://european-union.europa.eu/principles-countries-history/key-facts-and-figures/life-eu_pt
- Worlddata (s.d). Europe. <https://www.worlddata.info/europe/index.php>

ANEXOS

CALENDARIZAÇÃO



LISTA DE INSTITUIÇÕES PRESENTES NO FOCUS GROUP DE FRONTEIRA

- 1.Município de Fronteira
- 2.Agrupamento de Escolas de Fronteira
- 3.Santa Casa da Misericórdia de Fronteira
- 4.Santa Casa da Misericórdia de Cabeço de Vide
- 5.GNR

TERMO DE CONSENTIMENTO PARA A REALIZAÇÃO DO FOCUS GROUP

O objetivo da realização deste focus group é aprofundar as informações quanto aos inquéritos realizados anteriormente para as entidades sociais do concelho de Fronteira, sendo este um dos instrumentos de recolha de dados para a elaboração da Carta Social Municipal, bem como da Carta Social Supramunicipal, relativa aos municípios que integram a Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo (CIMAA), visando: a) A adequação, otimização e racionalização dos serviços e equipamentos sociais existentes e previstos face às necessidades diagnosticadas, bem como a coerência no planeamento de alargamento da rede de serviços e equipamentos; b) O planeamento conjunto e articulado entre os vários níveis de decisão pública, considerando a dupla vertente de diagnóstico e intervenção planeada; c) Promover uma gestão mais eficiente, eficaz e racional dos recursos, através da concertação da atuação das Câmaras Municipais, das Instituições de Solidariedade Social e dos Conselhos Locais de Ação Social.

As Cartas Sociais Municipais, devem incluir: a) A caracterização prospetiva da procura de equipamentos sociais; b) A avaliação da oferta de equipamentos sociais e suas carências; c) O programa de intervenção, de ampliação e modernização da oferta de equipamentos até 2030.

O concelho de Fronteira, resumidamente, seguindo a tendência de todos os concelhos do Alto Alentejo, de 2001 a 2021, registou um decréscimo populacional. A diminuição da taxa de natalidade e o aumento da taxa de mortalidade implica que se registem mais óbitos que nascimentos, resultando na fragilização da capacidade de renovação geracional. O envelhecimento da população continua a ser um dos fatores mais preocupantes, comparativamente às realidades nacional, do Alentejo e do Alto Alentejo, Fronteira apresenta um índice de envelhecimento muito superior, sendo o índice de dependência um dos indicadores mais evidentes do envelhecimento demográfico neste concelho. Fronteira, em 2021, registou 1,9 indivíduos em idade ativa por idoso, e em 2011 era de 2,3 indivíduos por idoso.

A sub-região do Alto Alentejo, à semelhança de outras regiões, tem assistido a mudanças significativas nas estruturas familiares ao longo das últimas décadas. As causas para tais alterações são múltiplas e incluem fenómenos como o envelhecimento da população, os processos de urbanização, as mudanças na dinâmica do trabalho ou as alterações na formação dos relacionamentos.

No concelho de Fronteira é possível verificar um elevado número relativo de famílias unipessoais (correspondendo a 27,0% do total de famílias). Este número é o reflexo de uma tendência que se vem verificando ao longo dos últimos vinte anos e que se traduz na diminuição do tamanho das famílias, com mais famílias unipessoais e famílias nucleares mais pequenas (do total de 641 famílias com 3 ou mais elementos, contabilizadas em 1991 em Fronteira, contabilizam-se apenas 410 em 2021).

As alterações na dimensão das famílias indicam uma mudança na dinâmica familiar e na composição global das famílias na região. As implicações sociais desta tendência não devem ser subestimadas; famílias mais pequenas podem significar menos apoio para familiares idosos, por exemplo. A análise prévia deste estudo permite perceber que, em Fronteira,

65,1% das famílias unipessoais correspondem a idosos que residem sozinhos (correspondendo a 211 das 324 famílias unipessoais). Esta é uma situação que pode traduzir-se numa maior vulnerabilidade dos idosos na medida em que pode resultar numa maior dificuldade financeira, falta de apoio social, declínio da saúde mental, maiores dificuldades com as tarefas do dia-a-dia e uma maior exposição a fraudes e crimes.

O despovoamento da região tem provocado uma abundância de casas vagas disponíveis para venda, arrendamento ou devolutas excedendo largamente a média nacional. Esta mudança traz consigo tanto desafios como oportunidades. Por um lado, pode levar ao abandono de propriedades, deterioração da infraestrutura e a perda de património cultural e histórico. Por outro lado, pode igualmente, constituir uma oportunidade de atração para quem procura uma opção de estilo de vida residindo fora dos grandes centros urbanos. Fronteira inscreve-se nesta tendência de configuração do parque habitacional, em 2021, do total de 2565 alojamentos apenas 1198 constituíam residência habitual.

O emprego garante um rendimento regular, o que permite às pessoas satisfazer as suas necessidades básicas e melhorar a sua qualidade de vida. O mercado de trabalho reflete a saúde económica de uma comunidade. Fronteira apresenta uma taxa de atividade menor em comparação com a realidade nacional. A explicar esta tendência encontramos o envelhecimento da população que tem um impacto negativo direto na taxa de atividade.

O nível de desemprego constitui um importante indicador social pois tem repercussão direta na capacidade financeira das famílias, limitando a capacidade de consumo e condicionando, por vezes, o acesso à satisfação de necessidades básicas. O número médio de inscritos nos centros de emprego no total da população sofreu, no concelho de Fronteira, algumas oscilações ao longo das últimas décadas, situando-se em 2021 em 7,7%, um valor superior ao ocorrido em Portugal (5,9%).

A sub-região do Alto Alentejo apresenta um número relativamente elevado de pensionistas no cômputo geral da população residente. Esta situação relaciona-se com o facto de a população ser bastante envelhecida. Podemos apurar que as pensões constituem uma importante fonte de rendimento da população residente, tendo sido processadas, durante o ano 2021, no concelho de Fronteira, um total de 1667 pensões, na sua maioria do regime geral da Segurança Social (1426 pensões).

Quanto aos dados relativos aos beneficiários do programa de apoio social Rendimento Social de Inserção é possível constatar que existe um número significativo de indivíduos que preenchem os critérios de elegibilidade e que se encontram em situação de pobreza ou de exclusão social. Em Fronteira existiam, em 2021, 30 beneficiários deste apoio social, o que corresponde a 11 indivíduos por mil habitantes em idade ativa.

Diante da breve síntese apresentada com os dados atuais do concelho, neste sentido, importa referir que as informações obtidas através da recolha de dados através deste focus group serão utilizadas para alcançar os objetivos anteriormente mencionados. Após o esclarecimento de dúvidas, se houver, solicitamos a autorização dos representantes das entidades sociais presentes para a gravação deste focus group para que os dados possam ser analisados posteriormente e assim integrados aos documentos descritos anteriormente.

O focus group terá cerca de 60 minutos, com 3 questões abertas para que cada entidade aqui representada possa responder às mesmas.

Questão 1:

Partindo da síntese de informação que apresentamos, e na perspectiva da entidade que representam e considerando o âmbito de intervenção em que atuam, solicitamos que identifiquem as principais necessidades em termos de infraestruturas/respostas sociais no concelho de Fronteira tendo como horizonte temporal os próximos anos.

Questão 2:

Das necessidades elencadas, pedimos agora que indiquem até três das necessidades elencadas que considerem mais urgentes e que reclamem uma intervenção a curto prazo.

Questão 3:

Por fim, pedimos agora que indiquem possíveis ações/iniciativas/projetos que considerem plausíveis para desenvolver em parceria/em rede com outras entidades do concelho e da região Alto Alentejo, tendo em vista a melhoria das condições de vida das comunidades, no âmbito da área de ação em que atuam as entidades que representam.

ANEXO II

Questionário às Respostas Sociais no âmbito da Família e Comunidade - Cartas Sociais Municipais

O presente questionário tem como objetivo a recolha de informação necessária e relevante para a elaboração das Cartas Sociais de 14 municípios que integram a Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo (CIMAA) e da Carta Supramunicipal, trabalho que está a ser desenvolvido por uma equipa do Instituto Politécnico de Portalegre.

O questionário está dividido em três partes:

Parte 1 - Caracterização da resposta social

Parte 2 - Capacidade e ocupação da resposta social

Parte 3 - Necessidades da resposta social

Os dados recolhidos através deste questionário serão utilizados para a elaboração das Cartas Sociais Municipais e outros projetos de natureza exclusivamente académica.

O preenchimento total do questionário terá uma duração aproximada de 15 minutos, devendo preferencialmente ser preenchido por um elemento responsável da resposta social. Ao prosseguir com o preenchimento do questionário, submetendo-o no final, está a consentir a realização do mesmo tendo em conta o objetivo apresentado inicialmente.

Reconhecendo a importância da vossa colaboração no estudo, agradecemos a disponibilidade no preenchimento do questionário.

Quaisquer esclarecimentos adicionais poderão ser remetidos para:

Sofia Martins (Email): cartassociais.cimaa@ipportalegre.pt

* Indica uma pergunta obrigatória

PARTE 1. CARACTERIZAÇÃO DA RESPOSTA SOCIAL

1. Instituição na qual está integrada a resposta social: *

2. 2. Município ao qual está associada a resposta social: *

Marcar apenas uma oval.

- Alter do Chão
- Arronches
- Avis
- Campo Maior
- Castelo de Vide
- Crato
- Elvas
- Fronteira
- Gavião
- Marvão
- Nisa
- Ponte de Sôr
- Portalegre
- Sousel

3. 3. Designação da resposta social: *

4. 4. Indique o ano de início de funcionamento da resposta social: *

5. 5. Assinale o público-alvo da resposta social: *

Marcar tudo o que for aplicável.

- Família e comunidade em geral
- Pessoas com VIH/Sida e suas famílias
- Pessoas com comportamentos aditivos
- Pessoas vítimas de violência doméstica

6. 6. A resposta social está certificada pela Segurança Social? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não

7. Tendo em conta as funções listadas abaixo, indique o número de **recursos humanos** que lhes estão afetos:

7.1. Direção Técnica

7. 7.1.1. A tempo integral

8. 7.1.2. A tempo parcial

7.2. Assistente Social

9. 7.2.1. A tempo integral

10. 7.2.2. A tempo parcial

7.3. Psicólogo(a)

11. 7.3.1. A tempo integral

12. 7.3.2. A tempo parcial

7.4. Educador(a) Social

13. 7.4.1. A tempo integral

14. 7.4.2. A tempo parcial

7.5. Monitor(a)

15. 7.5.1. A tempo integral

16. 7.5.2. A tempo parcial

7.6. Animador(a) Sociocultural

17. 7.6.1. A tempo integral

18. 7.6.2. A tempo parcial

19. **7.7. Voluntário(a)**

7.8. Técnico(a) de Desporto

20. 7.8.1. A tempo integral

21. 7.8.2. A tempo parcial

7.9. Professor(a)/Educador(a) de Infância

22. 7.9.1. A tempo integral

23. 7.9.2. A tempo parcial

7.10. Administrativo(a)

24. 7.10.1. A tempo integral

25. 7.10.2. A tempo parcial

7.11. Terapeuta (ocupacional, fala,...)

26. 7.11.1. A tempo integral

27. 7.11.2. A tempo parcial

7.12. Enfermeiro(a)

28. 7.12.1. A tempo integral

29. 7.12.2. A tempo parcial

7.13. Médico(a) ou outro profissional de saúde (excluindo enfermeiros(as) e terapeutas)

30. 7.13.1. A tempo integral

31. 7.13.2. A tempo parcial

7.14. Auxiliar/Técnico de serviços gerais (cozinha, limpeza, manutenção,...)

32. 7.14.1. A tempo integral

33. 7.14.2. A tempo parcial

7.15. Outras funções

34. 7.15.1. Identifique outro tipo de funções que têm recursos humanos afetos a **tempo integral**

35. 7.15.2. Identifique outro tipo de funções que têm recursos humanos afetos a **tempo parcial**

PARTE 2 - CAPACIDADE E OCUPAÇÃO DA RESPOSTA SOCIAL

36. 8. Indique o **número de vagas** da resposta social **com acordo** com a Segurança Social: *

37. 9. Indique o **número de vagas** da resposta social **sem acordo** com a Segurança Social: *

38. 10. Indique o **número atual de utentes** a ocupar vagas **com acordo** com a Segurança Social: *

39. 11. Indique o **número atual de utentes** a ocupar vagas **sem acordo** com a Segurança Social: *

40. 12. Indique o número de utentes atualmente em lista de espera: *

41. 13. Em média, quanto tempo espera um utente por um lugar vago na resposta social? *

Marcar apenas uma oval.

- Nenhum (entra imediatamente)
- Menos de 1 mês
- De 1 até 3 meses (exclusive)
- De 3 até 6 meses (exclusive)
- De 6 meses até 1 ano (exclusive)
- 1 ano ou mais

42. 14. Indique a tendência de procura da resposta social nos últimos três anos (2020, 2021 e 2022): *

Marcar apenas uma oval.

- Aumentou
- Manteve-se
- Diminuiu

PARTE 3. NECESSIDADES DA RESPOSTA SOCIAL

43. 15. Indique, numa escala de 1 a 4 (1-Nada necessário e 4-Extremamente necessário) se a resposta social apresenta algum nível de necessidade relativamente aos seguintes aspetos: *

Marcar apenas uma oval por linha.

	1-Nada necessário	2-Pouco necessário	3-Muito necessário	4- Extremamente necessário
Apoio financeiro	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Recursos humanos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Equipamentos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Instalações	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

44. 15.1. Identifique **outros aspetos que apresentam algum nível de necessidade.**

45. 16. Classifique, numa escala de 1 a 4 (1-Nada necessário e 4-Extremamente necessário), a necessidade de reforçar os recursos humanos a desempenhar funções nos seguintes serviços: *

Marcar apenas uma oval por linha.

	1-Nada necessário	2-Pouco necessário	3-Muito necessário	4- Extremamente necessário	Não aplicável
Serviços gerais (cozinha, limpeza, manutenção,...)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Ação Social (assistentes sociais, animadores,...)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Saúde (médicos, enfermeiros, fisioterapeutas, psicólogos...)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Educação (educadores, professores,...)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Serviço administrativo	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

46. 16.1. Identifique **outras necessidades de recursos humanos**.

47. 17. Classifique, numa escala de 1 a 4 (1-Péssimo e 4-Excelente), o estado geral relativamente aos * seguintes aspetos:

Marcar apenas uma oval por linha.

	1- Péssimo	2-Mau	3-Bom	4- Muito bom	Não aplicável
Instalações	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Mobiliário diverso	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Viatura(s)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Equipamento/materia l de saúde	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Equipamento técnico/informático	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Equipamento/materia l de manutenção	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

48. 17.1. Identifique **outros aspetos relativamente ao estado geral das instalações e/ou equipamentos** da resposta social.

49. Neste campo, pode registar observações e/ou comentários que considere necessários:

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pela Google.

Google Formulários

ANEXO III

Questionário às Respostas Sociais no âmbito da Infância e Juventude - Cartas Sociais Municipais

O presente questionário tem como objetivo a recolha de informação necessária e relevante para a elaboração das Cartas Sociais de 14 municípios que integram a Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo (CIMAA) e da Carta Supramunicipal, trabalho que está a ser desenvolvido por uma equipa do Instituto Politécnico de Portalegre.

O questionário está dividido em três partes:

Parte 1 - Caracterização da resposta social

Parte 2 - Capacidade e ocupação da resposta social

Parte 3 - Necessidades da resposta social

Os dados recolhidos através deste questionário serão utilizados para a elaboração das Cartas Sociais Municipais e outros projetos de natureza exclusivamente académica.

O preenchimento total do questionário terá uma duração aproximada de 15 minutos, devendo preferencialmente ser preenchido por um elemento responsável da resposta social. Ao prosseguir com o preenchimento do questionário, submetendo-o no final, está a consentir a realização do mesmo tendo em conta o objetivo apresentado inicialmente.

Reconhecendo a importância da vossa colaboração no estudo, agradecemos a disponibilidade no preenchimento do questionário.

Quaisquer esclarecimentos adicionais poderão ser remetidos para:

Sofia Martins (Email): cartassociais.cimaa@ipportalegre.pt

* Indica uma pergunta obrigatória

PARTE 1. CARACTERIZAÇÃO DA RESPOSTA SOCIAL

1. 1. Instituição na qual está integrada a resposta social: *

2. 2. Município ao qual está associada a resposta social: *

Marcar apenas uma oval.

- Alter do Chão
- Arronches
- Avis
- Campo Maior
- Castelo de Vide
- Crato
- Elvas
- Fronteira
- Gavião
- Marvão
- Nisa
- Ponte de Sôr
- Portalegre
- Sousel

3. 3. Designação da resposta social: *

4. 4. Indique o ano de início de funcionamento da resposta social: *

5. 5. Assinale o público-alvo da resposta social: *

Marcar tudo o que for aplicável.

- Crianças e jovens
- Crianças e jovens com dependência
- Crianças e jovens em situação de perigo

6. 6. A resposta social está certificada pela Segurança Social? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não

7. Tendo em conta as funções listadas abaixo, indique o número de **recursos humanos** que lhes estão afetos:

7.1. Direção Técnica

7. 7.1.1. A tempo integral

8. 7.1.2. A tempo parcial

7.2. Assistente Social

9. 7.2.1. A tempo integral

10. 7.2.2. A tempo parcial

7.3. Psicólogo(a)

11. 7.3.1. A tempo integral

12. 7.3.2. A tempo parcial

7.4. Educador(a) Social

13. 7.4.1. A tempo integral

14. 7.4.2. A tempo parcial

7.5. Monitor(a)

15. 7.5.1. A tempo integral

16. 7.5.2. A tempo parcial

7.6. Animador(a) Sociocultural

17. 7.6.1. A tempo integral

18. 7.6.2. A tempo parcial

19. **7.7. Voluntário(a)**

7.8. Técnico(a) de Desporto

20. 7.8.1. A tempo integral

21. 7.8.2. A tempo parcial

7.9. Professor(a)/Educador(a) de Infância

22. 7.9.1. A tempo integral

23. 7.9.2. A tempo parcial

7.10. Administrativo(a)

24. 7.10.1. A tempo integral

25. 7.10.2. A tempo parcial

7.11. Terapeuta (ocupacional, fala,...)

26. 7.11.1. A tempo integral

27. 7.11.2. A tempo parcial

7.12. Enfermeiro(a)

28. 7.12.1. A tempo integral

29. 7.12.2. A tempo parcial

7.13. Médico(a) ou outro profissional de saúde (excluindo enfermeiros(as) e terapeutas)

30. 7.13.1. A tempo integral

31. 7.13.2. A tempo parcial

7.14. Auxiliar/Técnico de serviços gerais (cozinha, limpeza, manutenção,...)

32. 7.14.1. A tempo integral

33. 7.14.2. A tempo parcial

7.15. Outras funções

34. 7.15.1. Identifique outro tipo de funções que têm recursos humanos afetos a **tempo integral**

35. 7.15.2. Identifique outro tipo de funções que têm recursos humanos afetos a **tempo parcial**

PARTE 2 - CAPACIDADE E OCUPAÇÃO DA RESPOSTA SOCIAL

36. 8. Indique o **número de vagas** da resposta social **com acordo** com a Segurança Social: *

37. 9. Indique o **número de vagas** da resposta social **sem acordo** com a Segurança Social: *

38. 10. Indique o **número atual de utentes** a ocupar vagas **com acordo** com a Segurança Social: *

39. 11. Indique o **número atual de utentes** a ocupar vagas **sem acordo** com a Segurança Social:

40. 12. Indique o número de utentes atualmente em lista de espera: *

41. 13. Em média, quanto tempo espera um utente por um lugar vago na resposta social? *

Marcar apenas uma oval.

- Nenhum (entra imediatamente)
- De 1 até 3 meses (exclusive)
- De 3 até 6 meses (exclusive)
- De 6 meses até 1 ano (exclusive)
- 1 ano ou mais

42. 14. Indique a tendência de procura da resposta social nos últimos três anos (2020, 2021 e 2022): *

Marcar apenas uma oval.

- Aumentou
- Manteve-se
- Diminuiu

PARTE 3. NECESSIDADES DA RESPOSTA SOCIAL

43. 15. Indique, numa escala de 1 a 4 (1-Nada necessário e 4-Extremamente necessário) se a resposta social apresenta algum nível de necessidade relativamente aos seguintes aspetos: *

Marcar apenas uma oval por linha.

	1-Nada necessário	2-Pouco necessário	3-Muito necessário	4- Extremamente necessário
Apoio financeiro	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Recursos humanos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Equipamentos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Instalações	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

44. 15.1. Identifique **outros aspetos que apresentam algum nível de necessidade.**

45. 16. Classifique, numa escala de 1 a 4 (1-Nada necessário e 4-Extremamente necessário), a necessidade de reforçar os recursos humanos a desempenhar funções nos seguintes serviços: *

Marcar apenas uma oval por linha.

	1-Nada necessário	2-Pouco necessário	3-Muito necessário	4- Extremamente necessário	Não aplicável
Serviços gerais (cozinha, limpeza, manutenção,...)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Ação Social (assistentes sociais, animadores,...)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Saúde (médicos, enfermeiros, fisioterapeutas, psicólogos...)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Educação (educadores, professores,...)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Serviço administrativo	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

46. 16.1. Identifique **outras necessidades de recursos humanos**.

47. 17. Classifique, numa escala de 1 a 4 (1-Péssimo e 4-Excelente), o estado geral relativamente aos * seguintes aspetos:

Marcar apenas uma oval por linha.

	1- Péssimo	2-Mau	3-Bom	4- Muito bom	Não aplicável
Instalações	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Mobiliário diverso	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Viatura(s)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Equipamento/materia l de saúde	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Equipamento técnico/informático	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Equipamento/materia l de manutenção	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

48. 17.1. Identifique **outros aspetos relativamente ao estado geral das instalações e/ou equipamentos** da resposta social.

49. Neste campo, pode registar observações e/ou comentários que considere necessários:

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pela Google.

Google Formulários

Questionário às Respostas Sociais no âmbito da População Adulta - Cartas Sociais Municipais

O presente questionário tem como objetivo a recolha de informação necessária e relevante para a elaboração das Cartas Sociais de 14 municípios que integram a Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo (CIMAA) e da Carta Supramunicipal, trabalho que está a ser desenvolvido por uma equipa do Instituto Politécnico de Portalegre.

O questionário está dividido em três partes:

Parte 1 - Caracterização da resposta social

Parte 2 - Capacidade e ocupação da resposta social

Parte 3 - Necessidades da resposta social

Os dados recolhidos através deste questionário serão utilizados para a elaboração das Cartas Sociais Municipais e outros projetos de natureza exclusivamente académica.

O preenchimento total do questionário terá uma duração aproximada de 15 minutos, devendo preferencialmente ser preenchido por um elemento responsável da resposta social. Ao prosseguir com o preenchimento do questionário, submetendo-o no final, está a consentir a realização do mesmo tendo em conta o objetivo apresentado inicialmente.

Reconhecendo a importância da vossa colaboração no estudo, agradecemos a disponibilidade no preenchimento do questionário.

Quaisquer esclarecimentos adicionais poderão ser remetidos para:

Sofia Martins (Email): cartassociais.cimaa@ipportalegre.pt

* Indica uma pergunta obrigatória

PARTE 1. CARACTERIZAÇÃO DA RESPOSTA SOCIAL

1. Instituição na qual está integrada a resposta social: *

2. 2. Município ao qual está associada a resposta social: *

Marcar apenas uma oval.

- Alter do Chão
- Arronches
- Avis
- Campo Maior
- Castelo de Vide
- Crato
- Elvas
- Fronteira
- Gavião
- Marvão
- Nisa
- Ponte de Sôr
- Portalegre
- Sousel

3. 3. Designação da resposta social: *

4. 4. Indique o ano de início de funcionamento da resposta social: *

5. 5. Assinale o público-alvo da resposta social: *

Marcar tudo o que for aplicável.

- Pessoas idosas
- Pessoas adultas com deficiência
- Pessoas em situação de dependência
- Pessoas com doença do foro mental ou psiquiátrico
- Pessoas sem abrigo

6. 6. A resposta social está certificada pela Segurança Social? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não

7. Tendo em conta as funções listadas abaixo, indique o número de **recursos humanos** que lhes estão afetos:

7.1. Direção Técnica

7. 7.1.1. A tempo integral

8. 7.1.2. A tempo parcial

7.2. Assistente Social

9. 7.2.1. A tempo integral

10. 7.2.2. A tempo parcial

7.3. Psicólogo(a)

11. 7.3.1. A tempo integral

12. 7.3.2. A tempo parcial

7.4. Educador(a) Social

13. 7.4.1. A tempo integral

14. 7.4.2. A tempo parcial

7.5. Monitor(a)

15. 7.5.1. A tempo integral

16. 7.5.2. A tempo parcial

7.6. Animador(a) Sociocultural

17. 7.6.1. A tempo integral

18. 7.6.2. A tempo parcial

19. **7.7. Voluntário(a)**

7.8. Técnico(a) de Desporto

20. 7.8.1. A tempo integral

21. 7.8.2. A tempo parcial

7.9. Professor(a)/Educador(a) de Infância

22. 7.9.1. A tempo integral

23. 7.9.2. A tempo parcial

7.10. Administrativo(a)

24. 7.10.1. A tempo integral

25. 7.10.2. A tempo parcial

7.11. Terapeuta (ocupacional, fala,...)

26. 7.11.1. A tempo integral

27. 7.11.2. A tempo parcial

7.12. Enfermeiro(a)

28. 7.12.1. A tempo integral

29. 7.12.2. A tempo parcial

7.13. Médico(a) ou outro profissional de saúde (excluindo enfermeiros(as) e terapeutas)

30. 7.13.1. A tempo integral

31. 7.13.2. A tempo parcial

7.14. Auxiliar/Técnico de serviços gerais (cozinha, limpeza, manutenção,...)

32. 7.14.1. A tempo integral

33. 7.14.2. A tempo parcial

7.15. Outras funções

34. 7.15.1. Identifique outro tipo de funções que têm recursos humanos afetos a **tempo integral**

35. 7.15.2. Identifique outro tipo de funções que têm recursos humanos afetos a **tempo parcial**

PARTE 2 - CAPACIDADE E OCUPAÇÃO DA RESPOSTA SOCIAL

36. 8. Indique o **número de vagas** da resposta social **com acordo** com a Segurança Social: *

37. 9. Indique o **número de vagas** da resposta social **sem acordo** com a Segurança Social: *

38. 10. Indique o **número atual de utentes** a ocupar vagas **com acordo** com a Segurança Social: *

39. 11. Indique o **número atual de utentes** a ocupar vagas **sem acordo** com a Segurança Social:

40. 12. Indique o número de utentes atualmente em lista de espera: *

41. 13. Em média, quanto tempo espera um utente por um lugar vago na resposta social? *

Marcar apenas uma oval.

- Nenhum (entra imediatamente)
- De 1 até 3 meses (exclusive)
- De 3 até 6 meses (exclusive)
- De 6 meses até 1 ano (exclusive)
- 1 ano ou mais

42. 14. Indique a tendência de procura da resposta social nos últimos três anos (2020, 2021 e 2022): *

Marcar apenas uma oval.

- Aumentou
- Manteve-se
- Diminuiu

PARTE 3. NECESSIDADES DA RESPOSTA SOCIAL

43. 15. Indique, numa escala de 1 a 4 (1-Nada necessário e 4-Extremamente necessário) se a resposta social apresenta algum nível de necessidade relativamente aos seguintes aspetos: *

Marcar apenas uma oval por linha.

	1-Nada necessário	2-Pouco necessário	3-Muito necessário	4- Extremamente necessário
Apoio financeiro	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Recursos humanos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Equipamentos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Instalações	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

44. 15.1. Identifique **outros aspetos que apresentam algum nível de necessidade.**

45. 16. Classifique, numa escala de 1 a 4 (1-Nada necessário e 4-Extremamente necessário), a necessidade de reforçar os recursos humanos a desempenhar funções nos seguintes serviços: *

Marcar apenas uma oval por linha.

	1-Nada necessário	2-Pouco necessário	3-Muito necessário	4- Extremamente necessário	Não aplicável
Serviços gerais (cozinha, limpeza, manutenção,...)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Ação Social (assistentes sociais, animadores,...)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Saúde (médicos, enfermeiros, fisioterapeutas, psicólogos...)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Educação (educadores, professores,...)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Serviço administrativo	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

46. 16.1. Identifique **outras necessidades de recursos humanos**.

47. 17. Classifique, numa escala de 1 a 4 (1-Péssimo e 4-Excelente), o estado geral relativamente aos * seguintes aspetos:

Marcar apenas uma oval por linha.

	1- Péssimo	2-Mau	3-Bom	4- Muito bom	Não aplicável
Instalações	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Mobiliário diverso	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Viatura(s)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Equipamento/materia l de saúde	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Equipamento técnico/informático	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Equipamento/materia l de manutenção	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

48. 17.1. Identifique **outros aspetos relativamente ao estado geral das instalações e/ou equipamentos** da resposta social.

49. Neste campo, pode registar observações e/ou comentários que considere necessários:

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pela Google.

Google Formulários

Questionário às Instituições Sociais no âmbito do processo de elaboração das Cartas Sociais Municipais (Fronteira)

O presente questionário tem como objetivo a recolha de informação necessária e relevante para a elaboração das Cartas Sociais de 14 municípios que integram a Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo (CIMAA) e da Carta Supramunicipal, trabalho que está a ser desenvolvido por uma equipa do Instituto Politécnico de Portalegre.

O questionário está dividido em três partes:

Parte 1 - Caracterização da instituição

Parte 2 - Necessidades da instituição

Parte 3 - Perspetivas de futuro relativamente à instituição

Os dados recolhidos através deste questionário serão utilizados para a elaboração das Cartas Sociais Municipais e outros projetos de natureza exclusivamente académica. Os resultados das partes 2 e 3 serão apresentados globalmente, de forma a proteger a identificação das instituições.

O preenchimento total do questionário terá uma duração aproximada de 20 minutos, devendo preferencialmente ser preenchido por um membro da equipa dirigente da instituição. Ao prosseguir com o preenchimento do questionário, submetendo-o no final, está a consentir a realização do mesmo tendo em conta o objetivo apresentado inicialmente.

Reconhecendo a importância da vossa colaboração no estudo, agradecemos a disponibilidade no preenchimento do questionário.

Quaisquer esclarecimentos adicionais poderão ser remetidos para:

Sofia Martins (Email): cartassociais.cimaa@ipportalegre.pt

* Indica uma pergunta obrigatória

PARTE 1. CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

1. 1. Denominação da instituição: *

2. Morada e contactos institucionais

2. 2.1. Morada da instituição: *

3. 2.2. Contacto(s) telefónico(s): *

4. 2.3. Email: *

5. 3. Horário (dias e horas) de funcionamento dos serviços administrativos da instituição: *

6. 4. Entidade proprietária da instituição: *

7. 5. Data em que a instituição foi fundada: *

Exemplo: 7 de janeiro de 2019

8. 6. Natureza jurídica da instituição: *

Marcar apenas uma oval.

- Irmandade da Misericórdia / SCM
- Associação de Solidariedade Social
- Cooperativa de Solidariedade Social
- Fundação de Solidariedade Social
- Instituição dependente de outro Ministério
- Entidade Privada Lucrativa
- Outra: _____

9. 7. Indique a missão da instituição: *

10. 8. Indique os objetivos da instituição: *

9.1. Se aplicável, assinale as respostas sociais que a instituição dispõe no âmbito da **INFÂNCIA E JUVENTUDE**. Se não se aplicar, passe à página seguinte do questionário.

11. 9.1.1. **Crianças e Jovens**

Marcar tudo o que for aplicável.

- Ama
- Ama (Creche Familiar)
- Creche
- Estabelecimento de Educação Pré-escolar
- Centro de Atividades de Tempos Livres

12. 9.1.2. **Crianças e Jovens com Deficiência**

Marcar tudo o que for aplicável.

- Intervenção Precoce
- Lar de Apoio
- Transporte de Pessoas com Deficiência

13. 9.1.3. **Crianças e Jovens em situação de perigo**

Marcar tudo o que for aplicável.

- Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental
- Equipa de Rua de Apoio a Crianças e Jovens
- Acolhimento Familiar para Crianças e Jovens
- Casa de Acolhimento para Resposta a Situações de Emergência
- Casa de Acolhimento
- Casa de Acolhimento com Unidade de Apoio e Promoção de Autonomia dos Jovens
- Atividades Socioeducativas

9.2. Se aplicável, assinale as respostas sociais que a instituição dispõe no âmbito da **POPULAÇÃO ADULTA**. Se não se aplicar, passe à página seguinte do questionário.

14. 9.2.1. **Pessoas Idosas**

Marcar tudo o que for aplicável.

- Serviço de Apoio Domiciliário
- Centro de Convívio
- Centro de Dia
- Centro de Noite
- Acolhimento Familiar para Pessoas Idosas
- Estrutura Residencial para Idosos: Apartamentos/Moradias
- Estrutura Residencial para Idosos: Quartos
- Estrutura Residencial para Idosos (lar de idosos e residência)

15. 9.2.2. **Pessoas adultas com deficiência**

Marcar tudo o que for aplicável.

- Centro de Atendimento, Acompanhamento e Reabilitação Social para Pessoas com Deficiência e Incapacidade (CAARPD)
- Serviço de Apoio Domiciliário
- Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão (CACI)
- Acolhimento Familiar para Pessoas Adultas com Deficiência
- Lar Residencial
- Residência de Autonomização e Inclusão (RAI)
- Transporte de Pessoas com Deficiência

16. 9.2.3. **Pessoas em situação de dependência**

Marcar tudo o que for aplicável.

- Serviço de Apoio Domiciliário
- Apoio Domiciliário Integrado - ADI
- Unidade de Apoio Integrado - UAI

17. 9.2.4. **Pessoas com doença do foro mental ou psiquiátrico**

Marcar tudo o que for aplicável.

- Fórum Sócio-Ocupacional
- Unidade de Vida Protegida
- Unidade de Vida Autónoma
- Unidade de Vida Apoiada

18. 9.2.5. **Pessoas sem abrigo**

Marcar tudo o que for aplicável.

- Equipa de Rua para Pessoas Sem Abrigo
- Atelier Ocupacional

9.3. Se aplicável, assinale as respostas sociais que a instituição dispõe no âmbito da **FAMÍLIA E COMUNIDADE**. Se não se aplicar, passe à página seguinte do questionário.

19. 9.3.1. **Família e comunidade em geral**

Marcar tudo o que for aplicável.

- Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social
- Grupo de Auto-Ajuda
- Centro Comunitário
- Centro de Férias e Lazer
- Refeitório/Cantina Social
- Centro de Apoio à Vida
- Comunidade de Inserção
- Centro de Alojamento Temporário
- Ajuda Alimentar

20. 9.3.2. **Pessoas com VIH/SIDA e suas famílias**

Marcar tudo o que for aplicável.

- Centro de Atendimento e Acompanhamento Psicossocial
- Serviço de Apoio Domiciliário
- Residência para Pessoas com VIH/SIDA

21. 9.3.3. **Pessoas com Comportamentos Aditivos**

Marcar tudo o que for aplicável.

- Equipa de Intervenção Directa
- Apartamento de Reinserção Social

22. 9.3.4. **Pessoas vítimas de violência doméstica**

Marcar tudo o que for aplicável.

- Estrutura de Atendimento
- Casa de Abrigo

9.4. Se aplicável, assinale as respostas sociais que a instituição dispõe no âmbito do **GRUPO FECHADO**. Se não se aplicar, passe à página seguinte do questionário.

23. 9.4.1. **Família e comunidade em geral**

Marcar tudo o que for aplicável.

- Apoio Domiciliário para Guarda de Crianças
- Apoio em Regime Ambulatório
- Imprensa Braille
- Escola de Cães-Guia

10. Tendo em conta as funções listadas abaixo, indique o número de recursos humanos que lhes estão afetos:

10.1. Dirigente (Direção/Administração/Provedoria,...)

24. 10.1.1. A tempo integral

25. 10.1.2. A tempo parcial

10.2. Direção Técnica

26. 10.2.1. A tempo integral

27. 10.2.2. A tempo parcial

10.3. Assistente Social

28. 10.3.1. A tempo integral

29. 10.3.2. A tempo parcial

10.4. Psicólogo(a)

30. 10.4.1. A tempo integral

31. 10.4.2. A tempo parcial

10.5. Educador(a) Social

32. 10.5.1. A tempo integral

33. 10.5.2. A tempo parcial

10.6. Monitor(a)

34. 10.6.1. A tempo integral

35. 10.6.2. A tempo parcial

10.7. Animador(a) Sociocultural

36. 10.7.1. A tempo integral

37. 10.7.2. A tempo parcial

38. **10.8. Voluntário(a)**

10.9. Técnico(a) de Desporto

39. 10.9.1. A tempo integral

40. 10.9.2. A tempo parcial

10.10. Professor(a)/Educador(a) de Infância

41. 10.10.1. A tempo integral

42. 10.10.2. A tempo parcial

10.11. Administrativo(a)

43. 10.11.1. A tempo integral

44. 10.11.2. A tempo parcial

10.12. Terapeuta (ocupacional, fala,...)

45. 10.12.1. A tempo integral

46. 10.12.2. A tempo parcial

10.13. Enfermeiro(a)

47. 10.13.1. A tempo integral

48. 10.13.2. A tempo parcial

10.14. Médico(a) ou outro profissional de saúde (excluindo enfermeiros(as) e terapeutas)

49. 10.14.1. A tempo integral

50. 10.14.2. A tempo parcial

10.15. Auxiliar/Técnico de serviços gerais (cozinha, limpeza, manutenção,...)

51. 10.15.1. A tempo integral

52. 10.15.2. A tempo parcial

10.16. Outras funções

53. 10.16.1. **Identifique outro tipo de funções** que têm recursos humanos afetos a **tempo integral** indicando, para cada tipo, o **número de pessoas**:

54. 10.16.2. **Identifique outro tipo de funções** que têm recursos humanos afetos a **tempo parcial** indicando, para cada tipo, o **número de pessoas**:

55. 11. A instituição desenvolve, atualmente, algum tipo de projeto/programa/medida com financiamento? *

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

56. 11.1. Se respondeu "Sim" na questão anterior, identifique o(s) projeto(s)/programa(s)/medida(s) atualmente em curso:

57. 12. Tendo como referência os últimos três anos (2020, 2021 e 2022) indique, em média, o peso * (em %) referente a cada fonte de financiamento da instituição:

Marcar apenas uma oval por linha.

	Menos de 20%	De 20% a 39%	De 40% a 59%	De 60% a 79%	80% ou mais	Não aplicável
Acordos de cooperação com a Segurança Social	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Acordos de cooperação com a tutela (se a mesma não for a Segurança Social)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Orçamento de Estado (apenas para instituições públicas)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Mensalidades dos utentes	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Pagamento de quotas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Subsídios	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Donativos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Rendimentos patrimoniais	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Projetos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Outras	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

58. 12.1. Se na questão anterior assinalou "Outras", identifique as fontes de financiamento:

PARTE 2. NECESSIDADES DA INSTITUIÇÃO

59. 13. Indique, numa escala de 1 a 4 (1-Nada necessário e 4-Extremamente necessário) se as respostas sociais associadas à instituição apresentam algum nível de necessidade relativamente aos seguintes aspetos: *

Marcar apenas uma oval por linha.

	1-Nada necessário	2-Pouco necessário	3-Muito necessário	4-Extremamente necessário
Apoio financeiro	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Recursos humanos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Equipamentos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Instalações	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

60. 13.1. Identifique **outros aspetos que apresentam algum nível de necessidade**, classificando cada um deles de acordo com a escala apresentada na questão anterior (1-Nada necessário, 2-Pouco necessário, 3-Muito necessário, 4-Extremamente necessário):

61. 14. Classifique, numa escala de 1 a 4 (1-Nada necessário e 4-Extremamente necessário), a necessidade de reforçar os recursos humanos a desempenhar funções nos seguintes serviços:

*

Marcar apenas uma oval por linha.

	1-Nada necessário	2-Pouco necessário	3-Muito necessário	4- Extremamente necessário	Não aplicável
Serviços gerais (cozinha, limpeza, manutenção,...)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Ação Social (assistentes sociais, animadores,...)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Saúde (médicos, enfermeiros, fisioterapeutas, psicólogos...)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Educação (educadores, professores,...)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Serviço administrativo	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

62. 15. Classifique, numa escala de 1 a 4 (1-Péssimo e 4-Excelente), o estado geral relativamente aos * seguintes aspetos:

Marcar apenas uma oval por linha.

	1- Péssimo	2-Mau	3-Bom	4- Muito bom	Não aplicável
Instalações	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Mobiliário diverso	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Viatura(s)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Equipamento/materia l de saúde	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Equipamento técnico/informático	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Equipamento/materia l de manutenção	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

63. 15.1. Se aplicável, identifique **outros aspetos cujo estado geral seja péssimo ou mau**, não contemplados na questão anterior:

PARTE 3. PERSPETIVAS DE FUTURO RELATIVAMENTE À INSTITUIÇÃO

64. 16. Tendo como horizonte o **ano 2025**, avalie numa escala de previsibilidade de 1 a 4 (1-Nada previsível a 4-Totalmente previsível) os seguintes aspetos:

*

Marcar apenas uma oval por linha.

	1-Nada previsível	2-Pouco previsível	3-Muito previsível	4- Totalmente previsível
Ampliação da estrutura física da instituição	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Diversificação das fontes de financiamento	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Aumento das respostas sociais atuais	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Alargamento da instituição a outras zonas geográficas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

65. 17. Tendo como horizonte o **ano 2030**, avalie numa escala de previsibilidade de 1 a 4 (1-Nada previsível a 4-Totalmente previsível) os seguintes aspetos: *

Marcar apenas uma oval por linha.

	1-Nada previsível	2-Pouco previsível	3-Muito previsível	4- Totalmente previsível
Ampliação da estrutura física da instituição	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Diversificação das fontes de financiamento	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Aumento das respostas sociais atuais	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Alargamento da instituição a outras zonas geográficas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

66. Neste campo pode registar observações e/ou comentários que considere necessários:

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pela Google.

Google Formulários

ANEXO VI

Questões Orientadoras do Focus Group

Questão 1:

Na perspetiva da entidade que representam e considerando o âmbito de intervenção em que atuam, solicitamos que identifiquem as principais necessidades em termos de infraestruturas/respostas sociais no concelho, tendo como horizonte temporal os próximos anos.

Questão 2:

Das necessidades elencadas, pedimos agora que indiquem até três das necessidades elencadas que considerem mais urgentes e que reclamem uma intervenção a curto prazo.

Questão 3:

Por fim, pedimos agora que indiquem possíveis ações/iniciativas/projetos que considerem plausíveis para desenvolver em parceria/em rede com outras entidades do concelho e da região Alto Alentejo, tendo em vista a melhoria das condições de vida das comunidades, no âmbito da área de ação em que atuam as entidades que representam.

┌

LOGO

└

FICHA DE CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

Denominação	Agrupamento de Escolas de Fronteira		
Localização	Largo da Estação - 7460 103 Fronteira		
Natureza Jurídica	Instituição dependente de outro Ministério		
Data da Fundação	13-Jul-1998		
Áreas de intervenção	Crianças e Jovens, Crianças e Jovens com Deficiência		
Acordo com Segurança Social			
Respostas Sociais/Valências	Estabelecimento de Educação Pré-escolar, Intervenção Precoce		
Capacidade	Total	Com acordo	Sem acordo
Número de utentes			
Horário de funcionamento dos Serviços Administrativos	Abertura 09:00h	Encerramento 17:30h	
Nº de colaboradores	Técnicos 39	Não Técnicos 28	

LOGO

FICHA DE CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

Denominação	Santa Casa da Misericórdia de Cabeço de Vide		
Localização	Rua do Combatentes, 2 7460-043 Cabeço de Vide		
Natureza Jurídica	Irmandade da Misericórdia / SCM		
Data da Fundação	01-Jan-1498		
Áreas de intervenção	Crianças e Jovens, Pessoas Idosas, Família e comunidade em geral		
Acordo com Segurança Social			
Respostas Sociais/Valências	Creche, Centro de Atividades de Tempos Livres, Serviço de Apoio Domiciliário, Centro de Convívio, Centro de		
Capacidade	Total	Com acordo	Sem acordo
Número de utentes			
Horário de funcionamento dos Serviços Administrativos	Abertura 09:00h	Encerramento 17:30h	
Nº de colaboradores	Técnicos 4	Não Técnicos 43	

LOGO

FICHA DE CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

Denominação	Santa Casa da Misericórdia de Fronteira		
Localização	Rua Nossa Senhora da Vila Velha		
Natureza Jurídica	Irmandade da Misericórdia / SCM		
Data da Fundação	22-Mai-1583		
Áreas de intervenção	Crianças e Jovens, Pessoas Idosas, Pessoas adultas com deficiência, Pessoas em situação de dependência, Família e comunidade		
Acordo com Segurança Social			
Respostas Sociais/Valências	Creche, Estabelecimento de Educação Pré-escolar, Serviço de Apoio Domiciliário, Centro de Convívio, Centro de		
Capacidade	Total	Com acordo	Sem acordo
Número de utentes			
Horário de funcionamento dos Serviços Administrativos	Abertura 09:00h	Encerramento 17:00h	
Nº de colaboradores	Técnicos 7	Não Técnicos 62	



Cofinanciado por:

